

A ESCOLA STALINISTA DE FALSIFICAÇÃO REVISITADA

***UMA RESPOSTA AO JORNAL MAOÍSTA
GUARDIAN (1973)***



Tradução pelo Reagrupamento Revolucionário
Publicação em livreto - dezembro de 2013

Nota da tradução

*Estes artigos foram originalmente publicados em série em **Workers Vanguard** (jornal da então revolucionária Liga Espartaquista) em 1973, começando na edição de 22 de junho (Num. 23) e concluindo no dia 10 de outubro (Num. 30). Eles são uma resposta a um ataque contra o trotskismo, que foi publicado no jornal maoísta **Guardian**. Sua tradução para o português foi realizada pelo Reagrupamento Revolucionário em dezembro de 2012. Para citações de alguns artigos foram utilizadas as respectivas versões em português disponíveis em marxists.org.*

A Liga Espartaquista foi uma organização trotskista que, ao longo dos anos 1960 e 1970 conseguiu resgatar o trotskismo abandonado pela direção revisionista da Quarta Internacional no Pós-Guerra, produzindo também atualizações importantes para o programa revolucionário. Apesar de reivindicarmos sua herança desse período, rejeitamos a degeneração burocrática que essa organização sofreu posteriormente, que fizeram dela uma seita sem vida e incapaz de contribuir para a reconstrução da Quarta Internacional.

Índice

1. A Revolução Permanente	03
2. Socialismo em um só País	08
3. O "Terceiro Período"	14
4. A Frente Popular	19
5. A Luta Pela Quarta Internacional	23
6. A Terceira Revolução Chinesa	27
7. A China de Mao: de Stalin a Nixon	31
8. Trotskismo vs Revisionismo no SWP.....	40

Reagrupamento Revolucionário

Blog temporário: reagrupamento-rr.blogspot.com

Site (com seção em português): regroupment.org

Rio de Janeiro: Cx. Postal 50048 - RJ, 20050-971

reagrupamento.revolucionario@gmail.com

Nova York: P.O. Box 542 - Brooklyn, NY, 11204

revolutionary_regroupment@yahoo.com

1. A Revolução Permanente

Nos seus esforços para trair as lutas dos trabalhadores e camponeses, os stalinistas precisam continuar a manter uma aparência revolucionária. No entanto suas doutrinas se colocam em oposição à linha do marxismo. Isso os põe em um dilema, que eles só podem resolver recorrendo a mentiras sistemáticas sobre os trotskistas. Isso vai desde distorções das posições políticas de Trotsky (assim como das de Marx e Lenin), até negar o papel de liderança de Trotsky como organizador militar da revolução de outubro e acusa-lo de realizar espionagem para o império japonês! Enquanto muitas das acusações específicas levantadas contra Zinoviev, Bukharin e outros líderes bolcheviques durante os Processos de Moscou foram admitidos como completas invenções por Kruschchev em 1956, o método permanece. Hoje nós estamos testemunhando um renascimento difundido da “Escola Stalinista de Falsificação”, especialmente por parte de vários grupos maoístas. Assim como Stalin nos seus dias precisava de uma forma de encobrir seus crimes contra a classe trabalhadora, os maoístas de hoje devem recorrer a calúnias criminosas para poder encobrir a sua política contrarrevolucionária em Bangladesh, na Indonésia e em outros lugares. Essa série tem o objetivo de responder a essas mentiras e de ser uma introdução a alguns conceitos básicos do trotskismo, conforme eles foram desenvolvidos na luta contra o reformismo stalinista ao longo dos últimos cinquenta anos.

A luta entre a linha reformista do stalinismo e a política revolucionária de Marx, Lenin e Trotsky não é um assunto acadêmico de interesse apenas para historiadores. As políticas contrarrevolucionárias do “Grande Organizador de Derrotas” (Stalin) levaram não apenas ao assassinato de Trotsky por um agente da GPU de Stalin e de dezenas de milhares de membros da Oposição de Esquerda russos nos campos de concentração da Sibéria, mas também à estrangulação das revoluções chinesa (1927), alemã (1933), francesa (1936), espanhola (1937), indonésia (1965) e francesa (1968), assim como a “acordos de paz” traidores dos stalinistas vietnamitas em 1946 e 1954. A luta contra stalinismo e trotskismo é literalmente uma questão de vida ou morte para o movimento revolucionário e deve receber a maior atenção dos militantes que buscam a estrada do marxismo.

O que é a Revolução Permanente?

No centro desse conflito está a teoria trotskista da revolução permanente. Essa teoria, primeiramente formulada na época da revolução russa de 1905, foi resumida por Trotsky em seu artigo “Três Conceitos da Revolução Russa”, escrito em 1939:

“(...) a completa vitória da revolução democrática na Rússia é concebível apenas na forma da ditadura do proletariado, apoiada pelo

campesinato. A ditadura do proletariado, que iria inevitavelmente colocar na ordem do dia não apenas tarefas democráticas, mas também as socialistas, iria ao mesmo tempo dar um poderoso ímpeto à revolução socialista internacional. Somente a vitória do proletariado no Ocidente poderia proteger a Rússia da restauração burguesa e garantir a possibilidade de completar o estabelecimento do socialismo.”

É nessa teoria, que o dirigente maoísta Davidson e os stalinistas rejeitam quando dizem que “As visões de Trotsky sobre o curso da Revolução Russa, assim como as dos mencheviques, foram refutadas pela história” (*Guardian*, 4 de abril de 1973). Na verdade, a teoria de Trotsky não foi confirmada na prática em 1905 apenas porque o levante nunca chegou à tomada do poder. O curso da revolução russa de 1917 verificou completamente essa teoria. Apenas a ditadura do proletariado, incorporada pelo poder soviético, poderia resolver a questão da paz e da terra, assim como liberar as nações oprimidas pelo regime czarista. Além disso, uma análise cuidadosa das visões de Lenin em 1905 e 1917 mostra que ele chegou a um acordo nos aspectos essenciais com a formulação de Trotsky, e abandonou o seu antigo slogan de uma “ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato”.

A afirmação stalinista de que Lenin ainda defendia a “revolução democrática” em 1917 e chamou pelo “socialismo em um só país” são pura invenção. Da mesma forma, a sua acusação de que o slogan de Trotsky era “Abaixo o Czar, por um Governo dos Trabalhadores”, supostamente ignorando o campesinato, foi repetidamente negado por Trotsky. O slogan da revolução permanente foi, ao invés disso, pela ditadura do proletariado, apoiada pelo campesinato.

Na visão de Trotsky, em razão do desenvolvimento desigual e combinado da economia mundial, a burguesia dos países atrasados estava estreitamente ligada aos interesses feudais e imperialistas, e isso a impedia de levar em frente as tarefas fundamentais da revolução burguesa – democracia, revolução agrária e emancipação nacional. Na presença de um campesinato energizado e uma classe trabalhadora combativa, cada um desses objetivos iria ameaçar diretamente a dominação política e econômica da classe capitalista. As tarefas da revolução burguesa só podem ser resolvidas pela aliança do campesinato e do proletariado.

O marxismo defende que só pode haver uma classe dominante no Estado. Uma vez que, como declara o *Manifesto Comunista*, o proletariado é a única classe revolucionária consistente, a aliança deve tomar a forma da ditadura do proletariado, apoiada pelo campesinato. Ao levar adiante as tarefas democráticas da revolução, o Estado proletário deve inevitavelmente realizar “ações despóticas contra os direitos de propriedade burgueses” (ou seja, a expropriação dos latifundiários), e assim a

revolução passa diretamente para as tarefas socialistas, sem pausar em nenhuma “etapa” arbitrária ou, como disse Lenin, sem erguer uma “muralha da China” entre as fases burguesa e proletária. Assim a revolução se torna permanente, finalmente levando à completa abolição das classes (socialismo).

Mas o socialismo é o produto da liberação das forças produtivas ao nível mais alto do desenvolvimento capitalista: as classes podem ser abolidas apenas eliminando a penúria, ou seja, a escassez. Assim, enquanto a ditadura do proletariado pode ser estabelecida em um país isolado e atrasado, o socialismo deve ser o alcance conjunto de ao menos vários países avançados. Por essas razões complementares, a revolução deve ser estendida e se aprofundar – ou então necessariamente perecer. De forma que a oposição entre a “revolução permanente” de Trotsky e o “socialismo em um só país” de Stalin é na realidade a oposição entre o socialismo em escala mundial e o mais brutal regime fruto de uma reação burguesa-feudal (barbarismo); não existe caminho do meio.

Enquanto a formulação teórica da revolução permanente foi um feito de Leon Trotsky, o conceito foi primeiramente introduzido por Karl Marx em 1850. Davidson, em seu esforço para cobrir o “socialismo em um só país” de Stalin com o manto do marxismo, sustenta que o uso por Marx da expressão “revolução permanente” era simplesmente uma observação geral sobre a continuidade da luta de classes até o socialismo:

“Assim a revolução é ‘permanente’ de duas formas. Primeiro, olhando para o futuro, o seu curso é de lutas de classes ininterruptas até que as próprias classes estejam abolidas. Segundo, olhando para trás historicamente uma vez que as classes estejam abolidas, a revolução é permanente no sentido em que não há mais luta de classes e a tomada do poder e dominação de uma classe sobre a outra.”

— *Guardian*, 4 de abril de 1973

Nesse nível de abstração, não é nenhuma surpresa que Davidson conclua que a diferença surge somente “na particularidade da questão”. Mas deixe-nos dar uma olhada no que Marx realmente disse:

Ao passo que os pequeno-burgueses democratas querem pôr fim à revolução o mais depressa possível, realizando, quando muito, as exigências atrás referidas, o nosso interesse e a nossa tarefa são tornar permanente a revolução até que todas as classes mais ou menos possuidoras estejam afastadas da dominação, até que o poder de Estado tenha sido conquistado pelo proletariado, que a associação dos proletários, não só num país, mas em todos os países dominantes do mundo inteiro, tenha avançado a tal ponto que tenha cessado a concorrência dos proletários nesses países e que, pelo menos, estejam concentradas

nas mãos dos proletários as forças produtivas decisivas. Para nós não pode tratar-se da transformação da propriedade privada, mas apenas do seu aniquilamento, não pode tratar-se de encobrir oposições de classes, mas de suprimir as classes, nem de aperfeiçoar a sociedade existente, mas de fundar uma nova.

— **Karl Marx, “Mensagem da Direção Central à Liga dos Comunistas” (1850)**

Essa é, de fato, uma poderosa polêmica, 75 anos adiantada, contra a sofística de Stalin sobre “socialismo em um só país”. A teoria de Trotsky é um desenvolvimento posterior dessas proposições fundamentais na época do imperialismo, quando o capitalismo penetrou através das regiões atrasadas e os pré-requisitos para o socialismo em uma escala mundial já existem (colocando em risco, portanto, até mesmo as mais jovens burguesias dos antigos países coloniais).

Revolução em Etapas: Alemanha 1848

De acordo com os stalinistas, o erro principal do trotskismo é a sua falha em reconhecer a necessidade das “etapas” da revolução, em particular a etapa democrática *em oposição* à etapa socialista. Um dos mais ilustres predecessores de Davidson escreveu (poucos anos antes de Stalin ordenar o seu assassinato sob a acusação de “trotskista”!):

“O camarada Trotsky coloca a ditadura da classe trabalhadora no começo do processo, mas não vê os passos e transições que o levaram até essa ditadura; ele ignorou a relação concreta das forças... ele não viu as etapas da revolução...”

— **N. Bukharin, “Sobre a Teoria da Revolução Permanente”, 1925**

Vamos considerar essa “teoria” da revolução em duas etapas e a “particularidade” da revolução permanente. Será que Marx, talvez, tinha tal teoria? Marx, é claro, distinguia as revoluções proletária e burguesa pelo seu conteúdo social, já que elas representam diferentes épocas de desenvolvimento histórico. Mas mesmo em meados do século XIX, começava a ficar claro que a burguesia era muito fraca e o proletariado muito poderoso para que existisse uma “muralha da China” entre as revoluções proletária e burguesa. Distintas em seu conteúdo social, elas estariam muito próximas historicamente. A revolução alemã de 1848 tornou essa proximidade particularmente clara. No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels escreveram:

“Para a Alemanha dirigem os comunistas a sua atenção principal. Há duas razões para isso. Primeiro porque a Alemanha está em vésperas de uma revolução burguesa. Segundo porque esta revolução irá acontecer em condições de maior progresso relativo da civilização europeia em geral, e com um proletariado muito mais

desenvolvido do que o da Inglaterra no século XVII e o da França no século XVIII. Consequentemente, na Alemanha do século XIX, a revolução burguesa só pode ser o prelúdio imediato de uma revolução proletária.”

Marx não acreditava que a classe trabalhadora fosse atingir diretamente a vitória em 1848, mas que ela seria obrigada a apoiar a burguesia liberal e a pequeno-burguesia até onde elas lutassem contra a reação feudal-absolutista. Mas mesmo nesse período pré-imperialista, quando o proletariado era bastante fraco e politicamente dominado pelos interesses artesãos e democráticos da pequeno-burguesia, ele aconselhou os trabalhadores a “simultaneamente erigir seu próprio governo revolucionário dos trabalhadores apesar do novo governo oficial” para poder se opor ao seu aliado prévio, assim como o “armamento geral do proletariado”.

A previsão de Marx de que a revolução proletária iria acompanhar de perto as revoluções burguesas de 1848 não se comprovou. Mas tampouco foram bem sucedidas essas revoluções democrático-burguesas, precisamente porque o medo de que uma revolução proletária fosse irromper se o menor passo fosse dado para levantar as massas levou os liberais aos braços da reação prussiana e austríaca. Ligada aos feudais por um medo comum da revolução social, os liberais se esforçaram não para derrubar a monarquia (como fez a burguesia francesa em 1789), mas para dividir o poder com os feudais. A burguesia alemã não podia se elevar acima do nível de uma “aristocracia lojista” (“shopocracy”) conforme classificou Engels.

Revolução em Etapas: Rússia 1905

A revolução russa de 1905 novamente levantou a questão da revolução permanente, mas em uma forma muito mais aguda. A burguesia russa era muito mais fraca do que a alemã. Por séculos a principal característica do desenvolvimento russo fora o seu primitivismo e lentidão, resultantes da localização geográfica desfavorável da Rússia e da sua população dispersa. O desenvolvimento capitalista na parte norte do Império tinha sido primariamente importada do Ocidente pelo Estado autocrático, e simplesmente inserido na economia feudal existente. Assim, enquanto um proletariado industrial moderno estava se formando nas principais cidades, concentrado em grandes fábricas que utilizavam as mais avançadas técnicas, as manufaturas e oficinas urbanas que haviam formado a base econômica da burguesia no Ocidente, nunca tiveram tempo para se desenvolver. Com a grande indústria primariamente nas mãos do capital europeu e dos bancos estatais, a classe capitalista russa permaneceu pequena em tamanho, isolada, semistrangeira e sem tradição histórica. Além do mais, ela permaneceu ligada por uma série de laços ao Estado feudal-absolutista e à aristocracia fundiária. Uma revolução liderada pela burguesia que pudesse resolver as tarefas da democracia, revolução agrária e emancipação nacional, estava totalmente fora de questão. E, no entanto,

permaneciam as tarefas da revolução burguesa.

Diante dessa realidade as duas alas do Partido Operário Social Democrata Russo tomaram duas posições bastante distintas. Os mencheviques, com seu formalismo escolástico e sua total falta de vigor, deduziram do caráter democrático das tarefas iniciais da revolução a “estratégia” de aliança com a burguesia liberal. Em um discurso no “Congresso de Unificação” do POSDR (1906), Axelrod, um líder menchevique, pontuou:

“As relações sociais na Rússia só amadureceram para uma revolução burguesa... Enquanto a ilegalidade política geral persistir, nós não devemos chegar nem sequer a mencionar a luta direta do proletariado contra outras classes pelo poder político... Devemos lutar pelas condições do desenvolvimento burgues. As condições históricas objetivas condenam o nosso proletariado a uma inevitável colaboração com a burguesia contra o nosso inimigo comum.”

Essa conclusão era derivada da simples cópia mecânica do esquema clássico do desenvolvimento europeu (e mais particularmente o francês) para as condições russas, ou as implicações de que uma revolução proletária só poderia vir após muitas décadas de desenvolvimento capitalista. O cerne da posição menchevique foi capturado pelo apontamento de Plekhanov de que “nós devemos prezar pelo apoio aos partidos não-proletários e não afastá-los de nós com um comportamento indelicado”. A isso, Lenin respondeu: “... os liberais entre a nobreza vão lhe perdoar milhões de atos ‘indelicados’, mas eles nunca irão perdoar insinuações de retirar as suas terras”.

E contra a coalizão de Plekhanov com a burguesia, Lenin chamou por um bloco com o campesinato para realizar a revolução agrária. Isso foi codificado na sua fórmula de “ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato”:

“Devemos conhecer de maneira exata quais as forças sociais reais que se opõem ao czarismo (...). Essas forças não podem ser a grande burguesia, os latifundiários, os fabricantes, a ‘sociedade’ que segue os *Osvobojdenistas* [os liberais]. Vemos que eles nem sequer desejam uma vitória decisiva. Sabemos que são incapazes, pela sua situação de classe, de uma luta decisiva contra o czarismo: para irem à luta decisiva, a propriedade privada, o capital e a terra são lastros demasiadamente pesados. Eles têm demasiada necessidade do czarismo, com as suas forças policiais, burocráticas e militares, contra o proletariado e o campesinato, para poderem aspirar à sua destruição. Não, a única força capaz de obter a ‘vitória decisiva sobre o czarismo’ é a *ditadura revolucionária democrática do proletariado e do campesinato*.” (ênfase no original).

— V. I. Lenin “Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática”, 1905

Essa política era irreconciliavelmente oposta ao insípido liberalismo dos mencheviques e, ao invés disso, incendiava a revolta camponesa e levava o proletariado a um assalto “indelicado” contra a autocracia czarista. Mas ao mesmo tempo ele insistia na caracterização da revolução enquanto burguesa, com o poder a ser posto nas mãos do campesinato e abrindo o futuro para o florescimento de um desenvolvimento capitalista:

“Os marxistas estão absolutamente convencidos do carácter burguês da revolução russa. Que significa isto? Isto significa que as transformações democráticas no regime político e as transformações económico-sociais, que se converteram numa necessidade para a Rússia, não só não implicam por si o enfraquecimento do capitalismo, o enfraquecimento da dominação da burguesia, mas, pelo contrário, desbravarão pela primeira vez realmente o terreno para um desenvolvimento vasto e rápido, europeu e não asiático, do capitalismo e, pela primeira vez, tornarão possível a dominação da burguesia como classe.”

— **Idem.**

A visão de Trotsky, citada no início desse artigo, era diferente daquela dos mencheviques e dos bolcheviques, embora muito mais próximas dos últimos. Como ele posteriormente escreveu:

“A teoria da revolução permanente, que se originou em 1905... apontou que as tarefas democráticas das nações burguesas atrasadas levavam diretamente, em nossa época, à ditadura do proletariado e que a ditadura do proletariado coloca as tarefas socialistas na ordem do dia.”

— **“A Revolução Permanente”, 1929**

De acordo com Davidson, Lenin “insistiu que a revolução iria se desenvolver em etapas” enquanto Trotsky supostamente ignorava completamente a etapa democrático-burguesa. Isso é simplesmente uma cortina de fumaça. Trotsky nunca negou o caráter burguês das fases iniciais da revolução no sentido das suas tarefas históricas imediatas, mas apenas no sentido de suas forças motoras e perspectivas:

“Já em 1905, os trabalhadores de Petrogrado chamaram seu soviete de um governo proletário. Essa designação passou à linguagem corrente da época e foi completamente incorporada no programa da luta da classe trabalhadora pelo poder. Ao mesmo tempo, *nós estabelecemos contra o czarismo um elaborado programa de democracia política* (sufrágio universal, república, milícia, etc.). Nós não podíamos agir de outra forma. *A democracia política é uma*

etapa necessária no desenvolvimento das massas trabalhadoras – com a altamente importante reserva de que em um caso essa etapa dura décadas, enquanto em outra, a situação revolucionária permite às massas se emanciparem dos preconceitos da democracia política mesmo antes das suas instituições terem se convertido em realidade.” (ênfase no original).

— **L. D. Trotsky, “Introdução” a *O Ano de 1905*, 1922**

Davidson novamente tenta escurecer a questão afirmando que Trotsky era “hostil ao campesinato” enquanto “a visão de Lenin é diretamente oposta”. Isso é pura invenção. É verdade que Trotsky descartou imediatamente a ideia de que o campesinato como um todo podia ser um “aliado socialista” da classe trabalhadora:

“Desde o primeiro momento depois da tomada do poder, o proletariado terá que encontrar apoio nos antagonismos entre o rico do vilarejo e o pobre do vilarejo, entre o proletariado agrícola e a burguesia agrícola.”

— **L. D. Trotsky, “Balanços e Perspectivas”, 1905**

Mas com relação a isso, a visão de Lenin era idêntica:

“A luta contra o burocrata e o latifundiário pode e deve ser travada junto com todos os camponeses, até mesmo com os bem-de-vida e os camponeses médios. Por outro lado, é somente junto com o proletariado rural que a luta contra a burguesia e, portanto, também contra os camponeses bem-de-vida pode ser realizada apropriadamente.”

— **V. I. Lenin, “Socialismo Proletário e Pequeno-burguês”, 1905**

A disputa entre Lenin e Trotsky não era sobre se poderia ou não ser pulada a etapa democrático-burguesa da revolução ou se uma aliança entre trabalhadores e camponeses era necessária, mas com relação à dinâmica da colaboração entre o proletariado e o campesinato, o nível de independência do último. Trotsky sustentou (como havia sido demonstrado por toda experiência revolucionária anterior, assim como nos escritos de Marx e Engels) que em razão da sua posição intermediária e a heterogeneidade da sua composição social, o campesinato enquanto classe era incapaz de cumprir um papel independente ou de formar o seu próprio partido independente. Ele ficava compelido a seguir a liderança da burguesia ou então do proletariado.

Revolução em Etapas: 1917

Não é acidente que os artigos de Davidson dificilmente mencionam a revolução de outubro de 1917, saltando das disputas em 1905 a respeito do papel do campesinato direto para a questão do “socialismo em um só país”. De fato, se Davidson tivesse reproduzido os escritos de Lenin

desse período ele teria tido que mostrar declarações radicalmente diferentes da visão de Lenin do período de 1905-1907. Antes da chegada de Lenin da Europa em 4 de abril, a maioria do partido bolchevique chamava por um “apoio crítico” ao governo provisório burguês do Príncipe Lvov, que havia tomado o poder depois de a revolução de fevereiro derrubar o Czar. Stalin era o porta-voz chefe desse ponto de vista na conferência de março de 1917 do partido bolchevique. Em seu relatório sobre a atitude do Governo Provisório, ele disse:

“... o Governo Provisório tomou de fato o papel de fortificador das conquistas do povo revolucionário... Não é vantagem para nós no presente momento forçar os acontecimentos, acelerando o processo de repelir as camadas burguesas, que no futuro irão inevitavelmente se afastar de nós. É necessário para nós ganhar tempo colocando um freio no rompimento das camadas burguesas médias... Quando o Governo Provisório fortificar os passos da revolução, então aí nós devemos apoiá-lo; mas quando ele for contrarrevolucionário, não se deve permitir apoio ao Governo Provisório.”

— **“Rascunho Protocolar da Conferência de Março de 1917 dos Trabalhadores do Partido de Toda a Rússia”**

Enquanto o grosso da liderança do partido chamou a “completar a revolução democrático-burguesa”, Lenin insistiu que a única política revolucionária era chamar pela ditadura do proletariado. Ao tomar essa posição ele se encontrou com o programa de Trotsky da revolução permanente e foi acusado de trotskismo pela ala direita do partido. Isso exigiu um rearmamento ideológico do partido e em determinado momento Lenin ameaçou se retirar do Comitê Central para poder levar a luta à base do partido, quando as suas “Teses de Abril” foram inicialmente rejeitadas pela liderança. A passagem chave nessas teses declarava:

“A peculiaridade do momento atual na Rússia consiste na *transição* da primeira etapa da revolução, que deu o poder à burguesia por faltar ao proletariado o grau necessário de consciência e organização, para a sua *segunda* etapa, que deve colocar o poder nas mãos do proletariado e das camadas pobres do campesinato.”

— **V.I. Lenin, “Sobre as Tarefas do Proletariado na Presente Revolução”, 1917**

Em direta oposição à posição de Stalin menos de uma semana antes, Lenin exigiu “Nenhum apoio ao Governo Provisório; a total falsidade de todas as suas promessas deveria ser exposta claramente...” (Idem.). A oposição a Lenin foi liderada por Y. Kamenev, que afirmava que “a revolução democrático-burguesa não está completa... Quanto ao esquema geral do camarada Lenin, ele nos parece inaceitável, já que ele procede da crença de que a revolução democrático-burguesa está *completa*, e se

baseia na imediata transformação dessa revolução em uma revolução socialista”. Nas suas “Cartas Sobre Táticas”, Lenin respondeu a essa acusação:

“Depois da revolução [de fevereiro-março de 1917], o poder está nas mãos de uma classe diferente, uma nova classe, que é a burguesia...”

“Em razão disso, a revolução burguesa, ou democrático-burguesa, está *completa*.”

“Mas nesse ponto nós ouvimos um clamor de protesto daqueles que prontamente chamam a si mesmos de ‘velhos bolcheviques’. Nós não mantivemos sempre, dizem eles, que a revolução democrático-burguesa é completada só pela ‘ditadura democrática revolucionária do campesinato e do proletariado’? (...) Minha resposta é: Os slogans e ideias bolcheviques *como um todo* foram confirmados pela história; mas *concretamente*, as coisas se desenvolveram *diferentemente*...”

“O soviete de deputados trabalhadores e soldados – aí está a sua ‘ditadura democrática revolucionária do campesinato e do proletariado’ já concretizada.”

“Essa fórmula está já antiquada...”

“Uma nova e diferente tarefa agora se põe diante de nós: realizar um racha *dentro* dessa ditadura entre os elementos proletários (os elementos anti-defensistas, internacionalistas, ‘comunistas’, que defendem uma transição para a comuna) e os elementos pequeno-burgueses...”

“A pessoa que *agora* só fala da ‘ditadura democrática revolucionária do campesinato e do proletariado’ está atrasada no tempo, e consequentemente está se colocando, na prática, ao lado da pequeno-burguesia contra a luta da classe proletária; essa pessoa deveria ser mantida no arquivo das antiguidades pré-revolucionárias ‘bolcheviques’...”

“O camarada Kamenev... está repetindo o preconceito burguês sobre a Comuna de Paris querer introduzir o socialismo ‘imediatamente’. Não é bem assim. A Comuna, infelizmente, foi muito lenta em introduzir o socialismo. A verdadeira essência da Comuna... é a criação de um *Estado* de um tipo especial. Tal Estado *já* surgiu na Rússia, é o soviete de deputados trabalhadores e soldados!”

— **V.I. Lenin, “Castras Sobre Táticas”, abril de 1917**

E a Comuna de Paris, camarada Davidson, era a ditadura do proletariado. Em um artigo para o *Pravda* por volta dessa época, Lenin formulou a questão de uma maneira idêntica à de Trotsky:

“Nós somos por um governo revolucionário forte... A questão é – *qual* classe está fazendo esta revolução? Uma revolução *contra quem*?”

“Contra o czarismo? Se assim for, a maior parte

dos latifundiários e capitalistas da Rússia são hoje revolucionários...”

“Contra os latifundiários? Se assim for, a maior parte dos camponeses, mesmo os mais bem-de-vida, ou seja, provavelmente nove décimos da população da Rússia, são revolucionários. Muito provavelmente, alguns dos capitalistas também estão prontos a se tornarem revolucionários uma vez que os latifundiários não podem se salvar de qualquer forma...”

“Contra os capitalistas? Agora essa é o verdadeiro assunto. Esse é o xis da questão, porque sem uma revolução contra os capitalistas, toda essa conversa sobre a ‘paz sem anexações’ e a término rápido da guerra por tal paz é, ou extremamente ingênua e ignorante, ou uma estupidez e uma enganação...”

“Os líderes da pequeno-burguesia – os intelectuais, os camponeses prósperos, os atuais partidos dos narodniks... e dos mencheviques – não estão nesse momento a favor de uma revolução contra os capitalistas...”

“A conclusão é óbvia: somente se o proletariado assumir o poder, apoiado pelos semiproletários, pode-se dar ao país um verdadeiro governo revolucionário forte.”

— **V. I. Lenin, “Um Governo revolucionário Forte”, maio de 1917**

É verdade que Lenin, ambos nessa época e depois, ocasionalmente se referia aos soviets do período fevereiro-outubro como uma expressão da “ditadura democrática revolucionária do campesinato e do proletariado”, mas aqueles soviets não tinham o poder de Estado. A luta por “Todo poder aos soviets” era, como Lenin defendia, a luta contra a pequeno-burguesia, que não desejava lutar contra o capitalismo. E o Estado que resultou da revolução de outubro era a ditadura da classe trabalhadora, apoiada pelo campesinato. De 1917 em diante, Lenin nunca deixou de entender que pudesse existir algo como um Estado de duas classes, tal como vislumbrado por Stalin e Mao. Como ele defendeu em sua polêmica contra Kautsky, “Os soviets são a forma russa da ditadura do proletariado” (“A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky”, 1918).

Slogans e programa de partidos revolucionários tem um significado concreto na luta de classes: eles chamam por certos cursos de ação e se opõem a outros. Kamenev, que em abril liderou a luta para manter o slogan da “ditadura democrática revolucionária do campesinato e do proletariado”, em outubro se opôs à insurreição revolucionária, e depois do levante bem sucedido de fato renunciou do Comitê Central do Conselho de Comissários do Povo em protesto. Nesse comportamento, havia ao menos um semblante de consistência.

Mas Davidson e os stalinistas por toda a parte nos querem fazer crer que o “velho programa bolchevique” foi confirmado pela revolução de outubro! Por trás dessa

mentira enganosa está um propósito: o de justificar as políticas antirrevolucionárias do stalinismo. É sempre “cedo demais” para demandas socialistas, nós devemos sempre passar por uma “etapa democrática” antes que os camponeses tomem a terra e o proletariado possa expropriar os expropriadores. Como verdadeiro revolucionário proletário, Lenin aprendeu da experiência da revolução de 1917, avançando com um novo programa quando a inadequação do antigo tinha se revelado claramente. Mas o que nós podemos dizer das pessoas que se recusam a assimilar essas lições e, ao invés disso, insistem em proclamar que preto é branco? Na boca de Stalin em 1927, o slogan de uma “ditadura democrática” foi a justificativa para ordenar ao Partido Comunista Chinês que abandonasse suas armas exatamente quando Chiang Kai-shek se preparava para massacrar milhares de comunistas e trabalhadores combativos. Hoje, quando o mesmo slogan é usado para justificar apoio para “anti-imperialistas”, tais quais o Príncipe Sihanouk do Camboja, terá o mesmo resultado – aniquilação dos revolucionários e estrangulamento da revolução. A escolha está colocada para todo o mundo: socialismo ou barbárie, não há caminho do meio.

2. Socialismo em um só país

A história das origens da doutrina stalinista do “socialismo em um só país” é uma de usurpação do poder por uma camada burocrática por cima do primeiro Estado proletário da história. Essa casta privilegiada se consolidou ao redor do aparato de Estado soviético, que foi formado como um meio necessário de defender as conquistas da revolução de outubro em um país atrasado e camponês, arrasado por uma guerra civil e isolado pelo bloqueio imperialista e a tripla derrota da revolução proletária na Alemanha (1919, 1921 e 1923). Essas condições desfavoráveis exigiram uma política de “compromisso” e consolidação ao invés de uma “extensão” da revolução. O recrutamento de especialistas burgueses para ajudar na reconstrução da indústria, as garantias ao médio campesinato para poder acabar com a fome, uma política de frente única com os líderes reformistas do movimento operário nos países capitalistas para poder encontrar o caminho para as massas – essas foram tarefas necessárias do momento. Rejeitar os “compromissos” em princípio, como fizeram os “comunistas de esquerda”, rejeitar o uso dos especialistas burgueses em princípio, e chamar pela substituição da administração estatal da indústria pelo controle sindical, como fez a “Oposição Operária”, só poderia levar à derrota. Ao mesmo tempo, todo compromisso trás consigo perigos.

Lenin estava ciente desses perigos desde o começo e montou a “Inspetoria Operária e Camponesa” (Rabkrin) já em 1919, para poder conter os abusos burocráticos. A Rabkrin, entretanto, foi dirigida por Stalin e se tornou na verdade a sua força policial privada.

No Décimo Primeiro Congresso do partido, em 1922,

Lenin foi forçado a observar:

“Se nós tomamos Moscou com os seus 4700 comunistas em posições de responsabilidade e, se nós tomamos aquela gigantesca máquina burocrática, aquela enorme massa, nós devemos nos perguntar: quem está controlando quem? Eu duvido muito que se possa dizer verdadeiramente que os comunistas estejam controlando aquela massa.”

E, no seu último escrito, “Melhor menos, mas melhor” (1923) ele chamou por uma guerra aberta contra o burocratismo, um drástico corte da Rabkrin e do seu envolvimento com o a Comissão de Controle, notando que a primeira “não apresenta hoje a menor autoridade”. Em um pós-escrito ao seu “testamento político”, Lenin pediu a remoção de Stalin do cargo de secretário geral do partido.

O Triunvirato contra Trotsky

Mas simples ações administrativas não podiam abolir um fenômeno criado pela própria história, e não por uma falha individual ou organizativa. O país estava exausto dos cinco anos de fome e guerra civil, cansado de esperar a revolução europeia que nunca chegou. Esse humor e os interesses conservadores da vasta burocracia, que esmagadoramente dominava o próprio Partido Comunista, se refletiram logo após a morte de Lênin, pela consolidação do poder nas mãos do Triunvirato de Stalin, Zinoviev e Kamenev, e a exclusão prática de Trotsky da liderança central.

Uma crise aguda no partido irrompeu no inverno europeu de 1923-1924, em cima das questões combinadas da democracia partidária e da industrialização. A “Nova Política Econômica” de cooperação com o campesinato tinha levado ao surgimento de um poderoso elemento *kulak* (camponês rico) no campo, que era crescentemente consciente de seus interesses burgueses em oposição ao governo soviético, enquanto a indústria continuava a crescer em “passo de tartaruga”; ao mesmo tempo, Stalin estava dirigindo o partido como um feudo privado, através do sistema de indicação de secretários. Trotsky exigiu um giro rumo ao planejamento centralizado e industrialização, uma ofensiva contra os *kulaks* e pelo retorno das normas democráticas dentro do partido. O Triunvirato se opôs a isso. (Um ano mais tarde, Bukharin, que apoiou as políticas de Stalin, fez seu famoso discurso sobre “construir o socialismo a passo de tartaruga” e chamou os camponeses a “enriquecei-vos!”). Ainda mais, eles fizeram de tudo para garantir que a sua posição iria prevalecer a todo custo: em fevereiro-março de 1924, nada menos do que 240 mil recrutas despreparados foram postos para dentro do partido na “leva de Lenin” e, logo que foram aceitos, foram organizados como massa de manobra para votar na linha do secretário geral (Stalin). Através dessa e várias outras manobras burocráticas, ele foi capaz de eliminar quase todos os seus opositores na conferência partidária de maio de 1924, que foi

transformado em um evento anti-Trotsky.

O segundo round da luta começou com a “polêmica literária” envolvendo as “Lições de Outubro” de Trotsky, que foi escrito como introdução aos seus artigos de 1917, e no qual ele expôs o papel desempenhado pelos então líderes do partido durante a revolução. O fato de que Zinoviev e Kamenev tinham se oposto à insurreição, se retirado dos seus cargos no governo e no partido e exigido uma coalizão com os mencheviques, ou de que Stalin tinha chamado por apoio ao Governo Provisório do Príncipe Lvov em março de 1917, não era amplamente conhecido entre a geração mais jovem e isso tornou-se extremamente embaraçoso para o grupo dominante.

Eles contra-atacaram negando o fato de que algum dia tivesse existido uma ala direita do bolchevismo e afirmaram que Trotsky tinha desempenhado um papel insignificante durante a insurreição, lançaram ainda uma campanha acusando Trotsky, o organizador militar da revolução de outubro e do Exército Vermelho, de nunca ter rompido com suas visões pré-1917 de conciliação com os mencheviques. Eles também o acusaram de ser hostil ao campesinato e continuar a defender a sua teoria da “revolução permanente” contra a fórmula de Lenin de “ditadura democrática revolucionária do campesinato e do proletariado”. A última acusação era verdadeira, mas eles precisavam ignorar o fato de que Lenin entrou em acordo com todos os aspectos essenciais da revolução permanente em suas “Teses de Abril” de 1917, de que ele havia explicitamente abandonado a sua formulação anterior e havia travado uma luta furiosa, particularmente contra Kamenev, em cima desse ponto. De resto, eles só podiam se basear em calúnias.

É verdade que Trotsky erradamente chamou por conciliação com os mencheviques até 1914, mas ele foi convencido pelas traições dos Socialdemocratas reformistas na Primeira Guerra Mundial de que um racha era inevitável e necessário. O próprio Lenin apontou que “Trotsky há muito tempo disse que a unificação é impossível. Trotsky entendeu isso e a partir desse momento não existiu melhor bolchevique” (“Ata do Comitê de Petrogrado do Partido Bolchevique”, 1[14] de novembro de 1917). Stalin, por outro lado, chamou pela unificação com os mencheviques tão tarde quanto *abril de 1917*, quando a questão foi posta abertamente e Tseretelli (o líder menchevique) estava prestes a entrar no Governo Provisório burguês!

“*Ordem do dia*: a proposta de Tseretelli por unificação.”

“*Stalin*: Nós devemos fazê-lo. É necessário definir nossas propostas para os termos da unificação. A unificação é possível ao longo das linhas de Zimmerwald-Kienthal [conferências da socialdemocracia contra a Primeira Guerra Mundial].”

— “**Rascunho Protocolar da Conferência de Março de 1917 dos Trabalhadores do Partido**

de Toda a Rússia”

Quanto a Kamenev-Zinoviev, os outros dois membros do Triunvirato e supostos defensores do leninismo contra Trotsky, estes chamaram pela conciliação durante e depois da insurreição (o chamado por um governo conjunto com os mencheviques) e se opuseram ao levante! Nenhuma ala direita no partido bolchevique? Lenin os apelidou de “fura-greves da revolução” e pediu a sua expulsão se eles não retornassem aos seus cargos.

“Esquecer” tais episódios importantes da luta revolucionária também exigia reescrever deliberadamente a história. Assim, quando as atas das reuniões do Comitê bolchevique de Petrogrado de 1917 foram publicadas, os editores simplesmente cortaram a reunião na qual Lenin comentou que “não existiu melhor bolchevique” que Trotsky! Entretanto, um dos responsáveis pela impressão conseguiu passar a Trotsky uma mostra e ela foi preservada para a posteridade. No que diz respeito ao papel de Trotsky na revolução de outubro, as coisas ficaram um pouco mais pegajosas, já que *Os Dez Dias que Abalaram o Mundo*, de John Reed, mostrava em detalhe o papel de Trotsky como organizador da insurreição. Então, quando a campanha contra o “trotskismo” começou, Stalin repentinamente anunciou que Reed havia distorcido os fatos, uma descoberta que havia escapado aos olhos de todos nos sete anos anteriores. O “testamento” de Lenin também foi suprimido (embora Krushev tenha posteriormente admitido a sua validade).

Stalin descobre o “socialismo em um só país”

Mesmo uma receita invariável de mentiras, distorções e calúnias só conseguiria ir tão longe a ponto de assegurar o poder do novo corpo dominante. Stalin-Zinoviev-Kamenev eram particularmente vulneráveis em razão de que no arsenal teórico do bolchevismo pós-1917, nas resoluções da Internacional Comunista ou o programa o Partido Comunista soviético, não havia nada que pudesse “justificar” os apetites cada vez mais conservadores do Triunvirato. Eles precisavam de uma nova teoria que fosse uma alternativa clara à revolução permanente de Trotsky. Isso foi encontrado na doutrina do “socialismo em um só país”.

Na atual série do *Guardian* sobre o trotskismo, Carl Davidson defende essa teoria stalinista com a afirmação de que ela foi forjada pelo bolchevismo:

“Por outro lado, Trotsky ficou em oposição aos bolcheviques ao defender que o proletariado iria provavelmente entrar numa “coalizão hostil” com as grandes massas de camponeses durante a construção socialista e que sem o apoio direto do proletariado europeu, a classe trabalhadora da Rússia não poderia manter o poder e transformar a sua dominação temporária em uma ditadura socialista durável”.

— *Guardian*, 11 de abril de 1973

Esse é um mito puramente inventado. Até dezembro de 1924, *ninguém* no partido bolchevique, *nem mesmo Stalin*, reivindicava que era possível construir o socialismo em um só país, sem o apoio estatal direto de uma revolução proletária vitoriosa na Europa.

“Socialismo em um só país” é uma completa perversão do marxismo, a serviço de uma casta burocrática parasita que deseja acima de tudo fugir da lógica da história e construir um ninho isolado e confortável, longe da luta de classes. No primeiro rascunho de Engels para o *Manifesto Comunista*, essa “teoria” é claramente rejeitada. Ele escreveu:

“Questão Dezenove: Pode tal revolução acontecer em apenas um país?”

“Resposta: Não. A grande indústria, pelo fato de ter criado o mercado mundial, levou todos os povos da terra – e, nomeadamente, os civilizados – a tal ligação uns com os outros que cada povo está dependente daquilo que acontece a outro. (...) A revolução comunista não será, portanto, uma revolução simplesmente nacional; será uma revolução que se realizará simultaneamente em todos os países civilizados, isto é, pelo menos na Inglaterra, na América, na França e na Alemanha.”

— F. Engels, “Os Princípios do Comunismo”, 1847

Em certo sentido, essa declaração foi demasiadamente categórica; a história mostrou que é possível que a revolução seja vitoriosa, que a ditadura do proletariado seja estabelecida, em um só Estado. Mas a posição fundamental continua válida, de que o socialismo não pode ser construído em uma só nação.

Lenin reconhecia isso e, ainda em 1906, escreveu:

“A revolução russa tem suficientes forças para triunfar. Mas ela não tem forças o suficiente para reter os frutos dessa vitória... já que em um país com um enorme desenvolvimento da indústria em pequena escala, os produtores de *commodity* em pequena escala, entre eles os camponeses, irão inevitavelmente se voltar contra o proletário quando ele buscar se virar da simples liberdade em direção ao socialismo... Para poder prevenir a restauração, a revolução russa precisa, não de uma reserva russa, mas de ajuda do exterior. Há tal reserva no mundo? Há: o proletariado socialista do Ocidente.”

Só no começo de 1917 Lenin escreveu sobre a possibilidade de realização da ditadura do proletariado primeiro na atrasada Rússia, mas de forma alguma isso implicava uma sociedade “socialista” isolada e na penúria. Para os bolcheviques, a ditadura do proletariado significava uma ponte para a revolução no ocidente. As

condições para a revolução socialista (criar a ditadura revolucionária do proletariado) e para o socialismo (a abolição das classes sociais) não são idênticas. Que a ditadura do proletariado aconteceu primeiro na Rússia, de forma nenhuma significa que ela seria o primeiro lugar a chegar ao socialismo.

Essa distinção era tão clara que o próprio Stalin, no início de 1924, escreveu:

“Mas a derrubada do poder da *burguesia* e o estabelecimento do poder do proletariado em um país, ainda não significa que a completa vitória do socialismo foi garantida. A principal tarefa do socialismo – a organização da produção socialista – ainda precisa ser cumprida. Pode essa tarefa ser cumprida, pode a vitória final do socialismo ser alcançada em um só país, sem os esforços conjuntos dos proletários de vários países avançados? Não, não pode. Para derrubar a burguesia os esforços de um povo são suficientes; isso é provado pela história da nossa revolução. Para a vitória final do socialismo, para a organização da produção socialista, os esforços de um só país, particularmente um país camponês como a Rússia, são insuficientes; para isso os esforços dos proletários de vários países avançados são necessários.”

— **J. V. Stalin, “Fundações do Leninismo”, maio de 1924**

Em edições subsequentes, isso foi substituído pela tese oposta, ou seja, de que “nós temos tudo que é necessário para a construção de uma sociedade socialista completa”.

Não poderia ser mais claro que a perspectiva bolchevique era de internacionalismo proletário, completamente e inalteravelmente oposto à doutrina do socialismo em um só país. Os stalinistas procuram nos volumes de escritos de Lenin achar uma citação isolada que “prove” que também Lenin acreditava na doutrina do socialismo em um só país. Mas se isso fosse verdade, mesmo ignorando as muitas vezes que Lenin o negou, porque Stalin iria escrever em maio de 1924 precisamente o oposto? Se o “socialismo em um só país” era bolchevismo ortodoxo, porque ninguém descobriu isso antes de fins de 1924?

A “prova” favorita dos stalinistas, citada por Davidson, é do artigo de Lenin de 1915 “Sobre a Palavra de Ordem dos Estados Unidos da Europa”:

“Como palavra de ordem independente, a palavra de ordem dos Estados Unidos do mundo, todavia, dificilmente seria justa, em primeiro lugar porque ela se confunde com o socialismo; em segundo lugar, porque poderia dar lugar à falsa interpretação da impossibilidade da vitória do socialismo num só país e das relações deste país com os outros.”

“A desigualdade do desenvolvimento econômico

e político é uma lei absoluta do capitalismo. Daí decorre que é possível a vitória do socialismo primeiramente em poucos países ou mesmo num só país capitalista tomado por separado. O proletariado vitorioso deste país, depois de expropriar os capitalistas e de organizar a produção socialista no seu país, erguer-se-ia *contra* o resto do mundo capitalista, atraindo para o seu lado as classes oprimidas dos outros países, levantando neles a insurreição contra os capitalistas, empregando, em caso de necessidade, mesmo a força das armas contra as classes exploradoras e os seus Estados.”

Tomada no contexto de seus outros escritos desse período, é absolutamente claro que Lenin está se referindo aqui não à “sociedade socialista”, mas à ditadura do proletariado. Além disso, ele estava obviamente se referindo à Europa, já que, em 1915, Lenin nem mesmo admitia a possibilidade da ditadura do proletariado na Rússia antes da revolução socialista no Ocidente!

A outra principal “prova” é uma citação de Lenin do artigo de 1923, “Sobre a Cooperação”:

“De fato, o poder do Estado sobre os meios de produção em larga escala, o poder político nas mãos do proletariado, a aliança do proletariado com os muitos milhões de pequenos e muito pequenos camponeses, a segura liderança proletária do campesinato, etc. – não é isso tudo que é necessário para construir uma sociedade socialista completa? (...)”

Esse artigo se limita aos pré-requisitos *políticos e legais* para o socialismo. Em toda a parte (“Sobre a Nossa Revolução”, 1923) Lenin se referia à declaração de que “a Rússia não atingiu um nível de desenvolvimento das forças produtivas que torne possível o socialismo” como “fato indiscutível”, enquanto polemizava contra os mencheviques que concluíam a partir disso que a revolução não valia a pena.

As forças produtivas

Durante os anos 1930, em um período de alta inflação, de um reino de terror dentro do partido comunista e de uma guerra civil contra os camponeses, causada pelo programa de Stalin de coletivização forçada, a “vitória completa do socialismo” foi anunciada. Uma resolução do sétimo congresso da Internacional Comunista (1935) declarou que, com a nacionalização da indústria, a coletivização e liquidação dos *kulaks* como classe, “o triunfo final e irrevogável do socialismo e o reforço por todos os lados do Estado da ditadura proletária foi atingido na União Soviética”. Em 1936, o programa da Juventude Comunista declarou: “Toda a economia nacional de nosso país tornou-se socialista”. Um orador defendendo o novo programa argumentou:

“O velho programa contém uma afirmação antileninista profundamente errada de que a Rússia só pode chegar ao socialismo através de uma revolução proletária mundial. Esse ponto do programa está basicamente errado. Ele reflete visões trotskistas.”

O velho programa, escrito em 1921 por Bukharin, foi aprovado pelo Politburo com a participação de Lenin!

Em seu artigo, Davidson tenta manter uma pretensa ortodoxia declarando que “marxistas-leninistas, é claro, nunca defenderam que a vitória final do socialismo – a sociedade sem classes – é possível em apenas um país”. Por seu próprio critério, então, o Partido Comunista russo dos anos 1930, sob Stalin, não era marxista-leninista!

Davidson também acusa Trotsky de defender uma “teoria das forças produtivas’ oportunista de direita”, como base da oposição ao slogan de socialismo em um só país. Mas essa “teoria das forças produtivas” é a própria base da análise marxista materialista da história! Foi o próprio Marx quem escreveu que:

“este desenvolvimento das forças produtivas (...) é também uma premissa prática absolutamente necessária [ao socialismo] porque sem ele só a *penúria* se generaliza, e, portanto, com a *miséria* também teria de recomeçar a luta pelo necessário e de se produzir de novo toda a velha porcaria, e ainda porque só com este desenvolvimento universal das forças produtivas se estabelece um intercâmbio *universal* dos homens... Sem isto, (1) o comunismo só poderia existir como fenómeno local, (2) os *poderes* do intercâmbio não teriam podido eles próprios desenvolver-se como poderes universais, e por isso insuportáveis..., e (3) todo o alargamento do intercâmbio suprimiria o comunismo local. Empiricamente, o comunismo só é possível como o ato dos povos dominantes ‘de repente’ e ao mesmo tempo, o que pressupõe o desenvolvimento universal da força produtiva e o intercâmbio mundial que com ele se liga”.

— K. Marx e F. Engels, *A Ideologia Alemã*, 1847

Davidson ridiculariza essas proposições marxistas básicas (atribuindo-as a Krushev e Liu Shao-chi!), ao escrever:

“A maior parte da construção socialista que se deu no mundo foi em países relativamente atrasados. Mas chamar isso de ‘socialismo’, na visão de Trotsky, iria apenas ‘descreditar terrivelmente a ideia de socialismo aos olhos das massas trabalhadoras’.”

Essa visão, de acordo com Davidson, é “notoriamente ridícula”.

O quão “socialista” era a União Soviética nos anos 1930? Enquanto a Rússia havia feito grandes avanços na industrialização, definitivamente provando a superioridade da organização socialista da produção mesmo com as terríveis restrições impostas pelo domínio burocrático de Stalin, ela ainda estava muito atrás dos países capitalistas avançados. As mais básicas necessidades – moradia decente, comida e vestuário adequando – ainda eram inalcançáveis para as massas da população. A inflação era feroz e um mercado negro continuava a existir. Enquanto isso a burocracia usava o seu poder para assegurar o seu bem estar, que concretamente significava altos salários, produtos especiais, automóveis, casas de campo e muitos outros privilégios. Lenin tinha dito que o perecimento do Estado iria começar no próprio dia da tomada do poder. O Estado proletário, que ainda era um órgão do poder de classe, deixaria de ser um poder em separado acima da sociedade, mas um instrumento da vasta maioria, carregando a sua vontade e se baseando na sua participação ativa. Na União Soviética de 1935, o Estado não tinha sequer começado a desaparecer, mas tinha crescido e virado um gigantesco aparato de supressão e compulsão.

Isso, camarada Davidson, é socialismo? Mesmo depois da contrarrevolução política de Stalin, a União Soviética ainda era um grande avanço sobre as condições do czarismo e do capitalismo. Ela permaneceu sendo um Estado proletário no sentido de preservar as formas de propriedade socialistas, ainda que muito degeneradas. Mas a sociedade sem classes (anunciada por Stalin na Constituição de 1936 da URSS), ela certamente não era.

Traição da greve geral britânica de 1926

A mais séria prova do significado contrarrevolucionário da doutrina de “socialismo em um só país” foi no campo da política externa de Stalin e do seu sistemático tolhimento, e finalmente abolição (1943), da Internacional Comunista em favor de blocos com as burguesias dos vários países onde uma revolução as ameaçava. Uma ilustração imediata e gráfica do conteúdo real do “internacionalismo” stalinista foi oferecida pela greve geral britânica de 1926.

Em 1925, os administradores das minas de carvão da Grã-Bretanha tentaram encerrar o contrato estabelecido em 1924 e substituí-lo com um novo que iria reduzir os mineiros a uma condição de vida abaixo da subsistência. Depois de uma inspeção oficial na indústria, o governo retornou com um relatório que colocaria os custos da modernização da mineração nas costas dos mineiros. A sua resposta foi uma greve começando em 3 de maio de 1926. No dia seguinte todo o país estava a beira de uma greve geral. Conselhos de ação foram estabelecidos nos distritos operários para manter o moral alto e controlar a emissão de permissões para trabalhos de emergência ou transporte especial. Essa não foi uma simples disputa industrial, mas um ataque contra o Estado dos patrões.

O conselho geral do Congresso dos Sindicatos (TUC, em inglês), que tinha sido encarregado da condução da greve, chamou pelo seu encerramento depois de nove dias, no ápice da sua efetividade, assustado pelas suas implicações revolucionárias. Os homens, voltando ao trabalho, ficaram marcados ou foram aceitos somente em termos que incluíam a redução de salários, perda de estabilidade ou a condição de se retirarem do sindicato. Em 13 de maio, uma segunda greve geral ocorreu contra esses ataques, mas, depois de discursos conciliatórios dos líderes do TUC – *e sem ter nenhuma liderança alternativa* – os trabalhadores voltaram aos seus postos. Os mineiros permaneceram parados até atingirem uma série de acordos em separado, feitos entre 23 e 29 de dezembro, mas eles foram forçados pela traição dos chefes dos sindicatos a lutar por conta própria. Os proprietários ganharam em todos os aspectos: o contrato nacional foi substituído e os mineiros tiveram que trabalhar mais horas por menores salários.

Durante o temporário recuo na luta de classes europeia entre 1924-25, Stalin decidiu tentar fazer as pazes com os líderes sindicais reformistas, possivelmente abandonando a Internacional Sindical Vermelha. A pedra de toque dessa política era o Comitê Sindical Anglo-Russo, um bloco entre os sindicatos soviéticos e o conselho geral do TUC britânico, formado em maio de 1925. Depois que o conselho geral traiu a greve geral de 1926, Trotsky exigiu uma imediata ruptura com esses traidores. Stalin e Bukharin se recusaram (Zinoviev, nesse momento, havia se unido à Oposição, embora ele fosse capitular a Stalin dois anos depois). Em 1926, o conselho geral apoiou a repressão do imperialismo britânico contra a revolução chinesa. Trotsky novamente demandou que se denunciasse o Comitê Anglo-Russo. Stalin novamente se recusou.

Quando ele finalmente se desfez em 1927, foram os líderes *britânicos* que deixaram o Comitê. O seu principal objetivo era supostamente opor a intervenção britânica na Rússia. Como uma extensão lógica da doutrina do socialismo em um só país, essa ajuda mística dos traiçoeiros burocratas sindicais era um preço o suficiente para sacrificar a greve geral de 1926.

Stalin manda os comunistas chineses para seus túmulos

Outro exemplo ainda mais horripilante do significado do socialismo em um só país foi a política de Stalin na revolução chinesa de 1925-27. Ainda em 1924, o Partido Comunista Chinês havia entrado no partido populista burguês Kuomintang, de Sun Yat-sen, sob as ordens de Moscou. Trotsky se opôs quando a questão foi discutida no Politburo. A liderança do PC chinês, sob Chen Tu-hsiu, também se opôs repetidamente. Em outubro de 1925, eles propuseram deixar o Kuomintang; o plano foi rejeitado pela executiva da Comintern, sob as instruções de Stalin. A linha de Stalin era de que a revolução deveria se restringir a uma etapa democrático-burguesa, sob a liderança de um “bloco de quatro classes” incluindo a

burguesia nacional, a pequeno-burguesia urbana, os trabalhadores e os camponeses. A expressão política desse bloco era o Kuomintang, ao qual os comunistas chineses deveriam se subordinar. Eles eram instruídos a conter a luta de classes contra a “burguesia anti-imperialista” nas cidades e buscar um equilíbrio entre esta e o movimento camponês no interior, acima de tudo mantendo a unidade de todas as forças supostamente anti-imperialistas.

O principal interesse de Stalin na China à época não era preparar a revolução, mas chegar a um loco diplomático com o governo do Kuomintang. No início de 1926, este partido burguês foi admitido na Internacional Comunista como partido associado, e o Comitê executivo da IC, o “Estado-maior da Revolução Mundial”, elegeu o sucessor de Sun Yat-sen, o general Chiang Kai-shek, como seu membro honorário! Apenas algumas semanas depois, em 20 de março, Chiang realizava o seu primeiro golpe anticomunista, barrando os membros do PC de todos os cargos de liderança no Kuomintang e exigindo uma lista de todos os membros do PC que haviam entrado no partido. Sob as ordens dos representantes da IC, a liderança do partido chinês concordou! Em outubro de 1926, Stalin chegou a enviar um telegrama incitando o PC chinês a conter uma revolta camponesa na província de Kuangtung. Trotsky comentou sobre isso:

“A subordinação oficial do Partido Comunista à direção burguesa e a proibição oficial de criar Sovietes (Stalin e Bukharin ensinaram que o Kuomintang “substituiu” os Sovietes) constituem uma traição muito mais chocante e mais grosseira ao marxismo do que toda a atividade dos mencheviques de 1905 a 1917.”

— **L. D. Trotsky, “A Revolução Permanente”, 1929**

Isso já era ruim o bastante, mas depois de desafiado pela Oposição de Esquerda liderada por Trotsky e Zinoviev, e durante os dias cruciais da insurreição de Shangai que começara em março de 1927, Stalin novamente e novamente reafirmou a sua política de capitular aos nacionalistas enquanto os últimos estavam se preparando para liquidar os comunistas. Um editorial de março de 1927 da publicação *Internacional Comunista* disse que a tarefa principal na China era “o desenvolvimento subsequente do Kuomintang”. Em 5 de abril, Trotsky alertou que Chiang Kai-shek estava preparando um golpe semibonapartista contra os trabalhadores e chamou pela formação de conselhos de trabalhadores para frustrar esse objetivo. Ao mesmo tempo, Stalin se vangloriava em uma reunião do partido em Moscou de que “usaremos a burguesia chinesa e então a jogaremos fora como um limão espremido”. Também nesse momento, a liderança do PC chinês estava apelando a Moscou, tentando impactar a IC com o significado dos eventos de Shangai, o maior levante operário da Ásia, e com a necessidade de romper com o Kuomintang. Mas eles receberam ordens de render Shangai aos exércitos de Chiang e, em 12 de abril, o exército do Kuomintang realizou um massacre que

custou a vida de dezenas de milhares de comunistas e trabalhadores combativos que haviam baixado as suas armas conforme as ordens de Stalin. Isso era “socialismo em um só país” na prática!

Mas ainda assim Stalin não abandonaria sua política e, declarando que a aliança com Chiang tinha agora se equivocado (!), ele ordenou um bloco com a ala esquerda do Kuomintang, que tinha estabelecido um governo em Wuhan. Novamente, os comunistas chineses receberam ordens de conter o movimento camponês para não entrar em conflito com a burguesia “anti-imperialista”. E, novamente, os nacionalistas burgueses se voltaram contra o PC. No fim do ano, Stalin mudou sua política para escapar das críticas da Oposição de Esquerda, ordenando o levante de Cantão por telégrafo, em uma situação tática em que ele estava próximo de ser derrotado, o que aconteceu apesar da defesa heróica do “governo soviético” pelos trabalhadores de Cantão.

De acordo com Davidson, “a Comintern reivindicou uma política posta em prática por Mao de forma independente, e ignorada ou oposta por ambos Tu-hsiu [dirigente do partido] e Chang Kuo-tao”. Na verdade Mao não criticou a linha seguida por Chen nesse período. Em determinado ponto (outono de 1924) ele foi expulso do Comitê Central do PC pela sua cooperação próxima demais com os líderes da ala direita do Kuomintang!

Enquanto a linha da Oposição sobre a China havia sido firmemente derrotada no já bastante burocratizado Partido Comunista russo e na Comintern, ainda era perigoso para Stalin ter Trotsky em liberdade na capital soviética. Consequentemente, ele ordenou a prisão do organizador militar da revolução de outubro e fundador do exército vermelho, exilando-o em Alma Ata, na Ásia central, e deportando-o da URSS dois anos depois. O partido bolchevique tinha se transformado desde a força revolucionária principal do mundo, em um mero apêndice da burocracia de Stalin. Quando Davidson e os maoístas hoje apoiam a doutrina do socialismo em um só país, é essa história de traições que eles estão defendendo.

3. O “Terceiro Período”

O consistente curso de Stalin à direita em 1926-27, o levou a capitular aos *kulaks* (camponeses ricos) internamente, aos burocratas sindicais durante a greve geral britânica, a Chiang Kai-shek na China. Ele sustentou essa política através de um bloco no Politburo com Bukharin, que tinha dito “enriquecei-vos” aos camponeses e projetado a construção do socialismo “a passo de tartaruga”. A Oposição de Esquerda liderada por Trotsky se opôs a essa linha, alertando que ela não apenas significava o massacre de milhares de comunistas estrangeiros, mas em última instância ameaçava as próprias fundações do Estado soviético em si. Stalin “respondeu” no Décimo Quinto congresso do partido (dezembro de 1927) sumariamente expulsando a Oposição e formalmente declarando que “aderência à Oposição ou

propaganda das suas visões é incompatível com ser membro do partido”.

As previsões de Trotsky foram dramaticamente confirmadas pela rebelião *kulak* de 1927-28. Os depósitos de grãos do Estado estavam quase vazios e a fome ameaçava as cidades; a coleta de grãos produzia tumultos nos vilarejos, já que os camponeses (que podiam obter poucos recursos manufaturados de retorno em razão da moeda inflacionada) se recusaram a vender segundo os preços regulados pelo Estado. De repente, em janeiro de 1928, Stalin mudou para uma linha mais dura, ordenando expedições armadas para requisitar reservas de grãos. Mas mesmo isso não foi o suficiente. Em maio ele ainda estava declarando que “a expropriação dos *kulaks* seria tolice” (*Problemas do Leninismo*, pág. 221), mas no fim daquele ano ele argumentou que: “Podemos nós permitir a expropriação dos *kulaks*...? Que pergunta ridícula... Nós devemos quebrar a resistência dessa classe em um confronto aberto” (*Problemas do Leninismo*, pág. 325). Esse tipo de reviravolta dramática era constante para Stalin.

Desde 1924, Trotsky fazia um campanha pela industrialização e coletivização e era considerado por Stalin como um “inimigo do camponês” e “super-industrializador”. Mas diante da revolta antissoviética dos camponeses em 1928, Stalin entrou em completo pânico, mudando de um conservadorismo cego para um aventureirismo cego. Na *Plataforma* de 1927 da Oposição Unificada, Trotsky e Zinoviev chamaram a dobrar a taxa de crescimento previsto no primeiro plano quinquenal; Stalin agora a *triplicava*, e ao preço de um tremendo sofrimento para os trabalhadores. A Oposição chamava por uma coletivização voluntária das terras, ajudada por crédito do Estado para as cooperativas agrícolas e por uma luta contra a influência do *kulak*; Stalin realizava agora a coletivização forçada de *metade* das fazendas da União Soviética no período de *quatro meses*! Os camponeses responderam com sabotagem, sacrificando mais de 50 por cento dos cavalos do país, e com uma guerra civil que durante os vários anos seguintes custou mais de três milhões de vidas.

Trotsky se opôs à coletivização sob o cano da metralhadora, considerando-a uma monstruosidade. Marxistas sempre chamaram por ganhar a pequeno-burguesia gradualmente, por persuasão e por uma transição voluntária para o socialismo através da produção cooperativa. A industrialização, por outro lado, apesar da incrível desorganização e dificuldades desnecessárias causadas pelo planejamento burocrático, ele apoiou:

“O sucesso da União Soviética no desenvolvimento industrial está adquirindo um significado global histórico... Esse momento não é nem estável e nem seguro... mas ele provê uma prova prática das imensas possibilidades contidas nos métodos econômicos socialistas.”

— L. D. Trotsky, “Imprudência Econômica e

seus Perigos”, 1930

Ambas a coletivização e a industrialização eram plenamente justificadas nas políticas da Oposição. Para que representassem um retorno ao leninismo, entretanto, elas requeriam complementarmente o restabelecimento da democracia no partido e nos soviets. Stalin respondeu à bancarrota das suas políticas anteriores, agudamente reveladas pela crise, tomando o curso oposto, reforçando a sua ditadura burocrática e expulsando Trotsky da União Soviética.

Stalin descobre o “Terceiro Período”

As políticas de Stalin na Internacional Comunista (IC) eram uma duplicata dos seus ziguezagues domésticos. Depois do desastre da insurreição de Shanghai de 1927, no qual ele ordenou aos comunistas chineses renderem as suas armas ao carniceiro Chiang Kai-shek, ele bruscamente refez o curso e ordenou a aventureira Comuna de Cantão, que terminou em um massacre similar para os trabalhadores. No verão de 1928, Stalin generalizou esse padrão de imprudência ultra-esquerdista com a doutrina do “terceiro período” do imperialismo.

De acordo com essa “teoria”, houve uma onda revolucionária no pós-guerra até 1923, um período de estabilização até 1928 e então um novo período de iminente e final colapso do capitalismo. Como os catastrofistas de hoje, Stalin explicava que a crise econômica iria automaticamente criar uma situação revolucionária. Na verdade, os estágios iniciais de uma crise são frequentemente acompanhados de uma grave desmoralização na classe trabalhadora. E é digno de nota que, em nenhum momento entre 1928-32, qualquer partido comunista no mundo realizou uma tentativa de tomar o poder! (Posteriormente, Stalin abandonou silenciosamente a sua bombástica teoria enquanto fazia um giro brusco à direita).

O início da depressão e as políticas de ultraesquerda da Comintern causaram estragos nos partidos comunistas. No país chave da Europa ocidental, a Alemanha, uma combinação de demissões em massa e da política de abandonar os sindicatos resultou na queda da porcentagem de trabalhadores fabris do partido, de 62% em 1928, para apenas 20% em 1931, efetivamente transformando os comunistas na vanguarda dos desempregados ao invés da dos trabalhadores. Resultados patéticos típicos do aventureirismo do “terceiro período”, foram as marchas do Primeiro de Maio de 1929, que haviam sido proibidas pelos governos capitalistas: em Paris, a polícia simplesmente prendeu todos os membros ativos do PC em 30 de abril (soltando-os três dias depois). Em Berlim o chefe de polícia socialdemocrata Zoergiebel atacou brutalmente os comunistas, cujo chamado por uma greve geral foi um fiasco.

Outro aspecto das políticas do “terceiro período” foi a prática de estabelecer pequenos “sindicatos

revolucionários”, contrapostos às organizações de massa lideradas pelos reformistas. Os comunistas defendem a unidade sindical, mas não se opõem a todos os rachas. Pode ser necessário romper com restritivos sindicatos organizados por profissão para poder organizar em massa os trabalhadores da produção. Também, quando uma oposição pela esquerda é impedida de vencer somente pelos métodos burocráticos e criminosos, um rompimento com a velha organização pode ser a única alternativa à derrota. A questão é o apoio da esmagadora maioria dos trabalhadores, fazendo com que o sindicato possa sobreviver enquanto uma organização de massa.

O rompimento sindical do “terceiro período”, considerado uma questão de princípio, era bem diferente. Ele levou à formação de federações sindicais separadas (a Liga da Unidade Sindical [TUUL] nos Estados Unidos e a Oposição Sindical Revolucionária [RGO] na Alemanha), e a incontáveis pequenos “sindicatos vermelhos” com alguns poucos membros, que nunca tiveram nenhuma chance de sucesso. A política do “sindicato vermelho” é diretamente oposta à política leninista de lutar por uma liderança comunista para as existentes organizações de massa dos trabalhadores, e, com a exceção de algumas poucas situações isoladas, estava destinada ao fracasso.

“Social-fascismo”

Uma generalização dessa política foi a descoberta de Stalin de que os partidos reformistas socialdemocratas eram “social-fascistas”, ou seja, “socialistas em palavras, fascistas nos atos”. Desde que eles já não seriam mais parte do movimento operário (assim como os sindicatos dirigidos por socialdemocratas), a tática de frente única não era mais aplicável e os comunistas podiam no máximo oferecer uma “frente única pela base”, que é simplesmente chamar os trabalhadores e sindicalistas de base da socialdemocracia a romper com seus dirigentes.

Os líderes socialdemocratas prepararam o caminho para o fascismo – sobre isso não pode haver dúvida. Em janeiro de 1919, o socialdemocrata Noske pessoalmente organizou o massacre de centenas de trabalhadores revolucionários alemães ao reprimir o “levante espartaquista” em Berlim. Entre os mártires estavam Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, líderes do PC alemão. Em 1929 o socialdemocrata Zoergiebel afogou em sangue a marcha de Primeiro de Maio do PC. Em cada passo da escalada de Hitler ao poder, os reformistas capitularam ao invés de lutar. E, mesmo depois que Hitler já tinha tomado o poder, ao invés de organizar uma massiva resistência como haviam prometido, os líderes socialdemocratas ofereceram apoio à política externa do governo nazista, na vã esperança de que assim eles iriam salvar o seu partido da destruição! Eles não lutaram até que era tarde demais e, em última análise, eles preferiram Hitler à revolução.

Mas isso não é o mesmo que dizer, como fez Stalin, que a socialdemocracia era apenas a “ala esquerda do fascismo”. Essa declaração incoerente ignorava o fato de que as

organizações da socialdemocracia e os próprios sindicatos seriam *destruídos* como resultado da vitória dos fascistas. Como Trotsky escreveu:

“O fascismo não é meramente um sistema de represálias, de força bruta e de terror policial. O fascismo é um sistema de governo particular baseado na destruição de todos os elementos da democracia proletária dentro da sociedade burguesa. A tarefa do fascismo está não em destruir a vanguarda comunista... também lhe é necessário esmagar todas as organizações voluntárias e independentes, demolir todos os baluartes defensivos do proletariado, e destruir tudo que se conseguiu por três quartos de século pelos sindicatos e pela socialdemocracia.”

— **“E agora?”**, janeiro de 1932

Aqui está uma situação que pede a política de frente única. Os líderes socialdemocratas não queriam lutar, mas recuar. A base, entretanto, não podia recuar – eles deviam lutar ou se ver aniquilados. Logo, devia-se chamar a liderança socialdemocrata a montar uma ofensiva unida contra os nazistas! Se eles aceitassem, a ameaça fascista podia ser destruída e a estrada aberta para a revolução. Se eles se recusassem, a sua traição ficaria claramente exposta diante dos trabalhadores e a mobilização revolucionária da classe operária se fortaleceria, por ser demonstrado *na luta* que os comunistas são a *única* liderança proletária consistente. Nas palavras de Trotsky:

“Trabalhadores comunistas, vocês são centenas de milhões; vocês não podem fugir para lugar algum; não há passaportes o suficiente para vocês. Se o fascismo chegar ao poder, ele vai passar por cima dos seus crânios e esqueletos como um tanque arrasador. A sua salvação está em uma luta implacável. E somente uma unidade de luta com os trabalhadores socialdemocratas pode trazer a vitória.”

— **“Por uma Frente Única Proletária contra o Fascismo”**, dezembro de 1931

“Depois de Hitler – nós!”

Às vésperas da chegada de Hitler ao poder, Stalin continuava a seguir a lógica derrotista-sectária do “terceiro período”. Depois das eleições de setembro de 1930, na qual o voto nos nazistas pulou de 800 mil para mais de 6 milhões, o dirigente principal do PC alemão, Ernest Thaelmann, disse à executiva da Comintern que “... 14 de setembro foi em certo sentido o auge de Hitler, depois do qual não haverá dias melhores, mas apenas dias piores”. A IC endossou essa visão e chamou o PC a “concentrar o fogo nos social-fascistas”! Os stalinistas ridicularizaram a análise de Trotsky sobre o fascismo, e afirmaram que não havia diferença entre o regime de Brüning e os nazistas. Em outras palavras, eles foram inteiramente indiferentes quanto a se *existiriam ou não* organizações proletárias! Remmele, um líder do PC,

declarou no Reichstag (o parlamento alemão): “Deixem Hitler assumir o governo – ele logo irá à bancarrota, e então será a nossa vez”. Consistente com essa política criminoso e completamente covarde, o PC *se juntou aos nazistas* em uma tentativa (sem sucesso) de retirar do cargo através de um plebiscito o governo estadual da Prússia, dirigido pelos socialdemocratas (o “Plebiscito Vermelho” de 1931)!

Em resposta ao amplo apoio recebido pelo chamado de Trotsky por uma frente única entre os trabalhadores alemães, Thaelmann respondeu em setembro de 1932:

“Em seu folheto sobre como o Nacional-socialismo deve ser derrotado, Trotsky dá apenas uma resposta, e é esta: o Partido Comunista Alemão deve juntar as mãos com o Partido Socialdemocrata... Ou, diz ele, o Partido Comunista faz causa comum com os socialdemocratas, ou então a classe trabalhadora alemã estará perdida por dez ou vinte anos. Essa é a teoria de um fascista completamente desmoralizado e contrarrevolucionário... A Alemanha obviamente não se tornará fascista – as nossas vitórias eleitorais são uma garantia disso. [!]”.

Nove meses depois, Thaelmann estava encarcerado nas prisões de Hitler. Ele foi depois executado pelos nazistas, assim como foram milhares de militantes comunistas e socialdemocratas, e os partidos proletários e sindicatos foram esmagados pelo punho de ferro do fascismo. As análises e políticas de Trotsky foram completamente confirmadas – e o proletariado alemão pagou o preço pela cegueira criminoso de Stalin.

Mas isso não pôs fim às traições de Stalin. Trotsky havia alertado anteriormente: É preciso dizer clara, energeticamente, aos operários avançados: “Depois do ‘terceiro período’ de aventura e fanfarronada, começará o ‘quarto período’, o período do pânico e das capitulações”. (“Está na Alemanha a Chave da Situação Internacional”, novembro de 1931). A tragédia continuou a se desdobrar com uma precisão de relógio. Em seguida à chegada de Hitler ao poder, a Comintern, coberta de pânico, proibiu qualquer discussão dos eventos na Alemanha nos partidos comunistas e abandonou qualquer menção do social-fascismo. Ao invés disso, em um manifesto “Aos Trabalhadores de Todos os Países” (5 de março de 1933) a executiva chamou por uma frente única com os líderes socialdemocratas (o que eles haviam rejeitado nos cinco anos anteriores) e para que os PCs “abandonassem todos os ataques contra as organizações socialdemocratas durante a ação conjunta”!

A Frente Única

A série de Carl Davidson sobre “A Herança de Trotsky” em *Guardian* é um acobertamento consistente dos crimes

de Stalin contra o movimento dos trabalhadores em uma tentativa de sustentar as políticas stalinistas de “socialismo em um só país”, “coexistência pacífica” e “revolução em etapas”, etc. Ao lidar com os eventos em torno da chegada de Hitler ao poder, Davidson afirma que “os trotskistas encobrem a força política que realmente pavimentou o caminho do poder para os fascistas – os socialdemocratas alemães” (*Guardian*, 9 de maio de 1973). O leitor pode julgar por si próprio do que foi dito acima, quais foram as forças políticas que abriram caminho ao fascismo! Davidson segue para afirmar que “Isso não quer dizer que o partido comunista alemão não tenha cometido erros ou que estes tenham sido insignificantes... Eles também cometeram uma série de erros ultra-‘esquerdistas’, incluindo uma ênfase unilateral na ‘frente única pela base’, ao invés de um esforço mais persistente de unidade também com os líderes socialdemocratas, mesmo se esta proposta fosse recusada”. Davidson é negligente em apontar que *a cada passo a política do PC alemão foi ditada pelo próprio Stalin*, e que foi repetidamente apoiada pelas reuniões da Comintern!

Os stalinistas constantemente tentam criar confusão sobre o conteúdo da política de frente única de Lenin (cuja principal palavra de ordem era “classe contra classe”), para tentar identificá-la com a “frente popular” de Stalin junto com a burguesia “democrática”. Eles buscam mostrar a frente única como uma tática de colaboração de classe e capitulação à liderança socialdemocrata. Isso levou alguns grupos, como o Partido Trabalhista Progressivo (PL), a rejeitar completamente a tática de frente única:

“Como nós repetidamente apontamos, nós rejeitamos o conceito de uma frente única com os patrões. Nós rejeitamos o conceito de uma frente única com os trotskistas e a horda de outras fraudes na esquerda...”

“Nós acreditamos em uma frente única pela base que tome a forma de uma coalizão de centro-esquerda”.

— **“Estrada para a Revolução III”, PL, novembro de 1973**

A frente única pela base, ou seja, chamar a base a se separar dos líderes reformistas, é sempre válido. Mas não se pode simplesmente ignorar esses falsos líderes sem condicionar a vanguarda a um isolamento estéril. Respondendo aos oponentes da frente única durante os primeiros anos da Internacional Comunista, Trotsky escreveu:

“A frente única se estende apenas às massas trabalhadoras ou ela também inclui os líderes oportunistas?”

“A própria formulação da questão é um produto de falta de compreensão.”

“Se nós fôssemos capazes de simplesmente unir

as massas trabalhadoras ao redor da nossa própria bandeira ou ao redor das nossas palavras de ordem práticas imediatas, e passar por cima das organizações reformistas, fossem partidos ou sindicatos, isso sem dúvida seria a melhor coisa no mundo...”

“... para evitar perderem a sua influência sobre os trabalhadores, os reformistas são forçados, contra os mais profundos desejos dos seus líderes, a apoiar movimentos parciais dos explorados contra os exploradores...”

“... nós estamos, todas as outras considerações a parte, interessados em arrastar os reformistas das suas casas de repouso e colocá-los do nosso lado diante dos olhos das massas lutadoras.”

— **“Sobre a Frente Única”, 1922**

Essas teses foram aprovadas pelo Politburo do Partido Comunista da União Soviética e pelo Comitê Executivo da IC. Em sua polêmica contra os ultra-esquerdistas (*Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo*) Lenin chamou pelo uso de “qualquer oportunidade para ganhar um aliado de massas, não importa quão temporário, vacilante, pouco confiável ou acidental. Quem não foi capaz de colocar isso na cabeça não entendeu nada de marxismo e do socialismo científico contemporâneo em geral”.

Depois de se recusar por cinco anos a se unir na luta com os líderes socialdemocratas, Stalin, em março de 1933, deu um giro completo e concordou com uma “frente única” onde estaria proibida a possibilidade de crítica. Isso significava que os comunistas se comprometiam de antemão a permanecer em silêncio diante das inevitáveis traições dos reformistas, assim como Stalin havia se recusado a criticar e romper com os dirigentes sindicais britânicos quando eles traíram a greve geral de 1926. O quanto isso nada tem a ver com bolchevismo poder ser visualizado lendo a resolução original da Comintern sobre a frente única:

“Ao submeterem-se a uma disciplina da ação, os comunistas se reservaram absolutamente o direito e a possibilidade de expressar não somente antes e depois, mas sim também durante a ação, sua opinião sobre a política de todas as organizações operárias sem exceção. Em nenhum caso e sob nenhum pretexto, esta cláusula poderá ser contraposta.”

— **“Teses Sobre a Frente única Proletária”, 1922**

A União Soviética – um Estado proletário degenerado

A traição definitiva de Stalin na Alemanha, e a necessária conclusão de chamar por novos partidos comunistas e uma nova Internacional, levou ao questionamento a respeito de um novo partido na própria União Soviética. Isso, por sua vez, levantou de novo a questão do caráter de classe do Estado soviético e a natureza da burocracia stalinista que

estava à sua frente. Trotsky se recusava a considerar a URSS “capitalista de Estado”, como faziam muitos antigos comunistas que haviam sido expulsos por Stalin. Fazê-lo implicaria dizer que poderia haver uma contrarrevolução pacífica, “rodando o filme do reformismo ao contrário”, por assim dizer. Fundamentalmente, o Estado é baseado em formas de propriedade, que representam os interesses de classes determinadas. As relações de propriedade socialistas na União Soviética permaneciam intactas, e essa conquista colossal da revolução de outubro não deveria se facilmente abandonada. Enquanto se opõem à burocrática liderança stalinista, os bolcheviques-leninistas devem defender incondicionalmente a URSS de um ataque imperialista.

Ao mesmo tempo, ela não era um Estado proletário saudável. O proletariado havia sido expropriado politicamente. Os soviets eram simples corpos administrativos para carimbar as decisões do secretário geral. O partido bolchevique era uma criatura da burocracia, com toda a liderança de 1917 tendo sido expulsa ou subjugada, com a exceção de Stalin. Considerando os eventos dos anos recentes – as expulsões, as prisões e o banimento de todos os opositores – era uma irresponsabilidade criminosa achar que essa burocracia parasita poderia ser eliminada sem uma revolução. Essa não seria uma revolução social, resultando em novas formas de propriedade, mas em uma revolução *política*. A URSS era um *Estado proletário degenerado*:

“... os privilégios da burocracia por si próprios não mudam as bases da sociedade soviética, porque a burocracia tira seus privilégios não de alguma relação de propriedade peculiar a si, como uma ‘classe’, mas daquelas relações de propriedade criadas pela revolução de outubro e que são fundamentalmente adequadas para a ditadura do proletariado.”

“Para colocar claramente: quando a burocracia rouba o povo (e isso é feito de várias formas por todas as burocracias), nós estamos lidando não com *exploração de classe*, no sentido científico do termo, mas com *parasitismo social*, ainda que em uma vasta escala...”

“Finalmente, nós acrescentamos para garantir a completa clareza: se na URSS hoje o partido marxista estivesse no poder, ele iria renovar todo o regime político; ele iria desarticular e expurgar a burocracia e coloca-la sob o controle das massas – ele iria transformar todas as práticas organizativas e inaugurar uma série de reformas fundamentais na administração da economia; mas de forma alguma ele teria que realizar uma derrubada das relações de propriedade, ou seja, uma nova revolução social.”

— “**A Natureza de Classe do Estado Soviético**”, outubro de 1933

Os stalinistas imediatamente gritaram “contrarrevolução”. Trotsky era um agente de Chamberlain, Hitler, do Mikado, etc. e tinha o objetivo de restabelecer o capitalismo, eles diziam. Mas os stalinistas nunca foram capazes de apontar uma única instância em que Trotsky tenha se recusado a apoiar a URSS contra o imperialismo, ou chamado pelo abandono das formas de propriedade socialistas. Em 1939, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, ele liderou uma luta amarga contra um grupo liderado por Max Shachtman no Partido dos Trabalhadores Socialistas (SWP) norte-americano, que se recusava a defender a Rússia contra Hitler. Trotsky repetidamente enfatizava que enquanto a União Soviética permanecesse um Estado proletário, ainda que gravemente degenerado, era uma questão de princípios defendê-la. Na hora da necessidade, os bolcheviques-leninistas estariam prontos em seus postos de batalha.

No começo dos anos 1960, Mao Tse-tung anunciou que a liderança de Krushev-Brezhnev na União Soviética era, desde 1956, “social-imperialista” e que a URSS não era mais um Estado proletário, mas um novo tipo de imperialismo presidido por uma “burguesia vermelha”. Em um recente ataque contra o trotskismo de um ponto de vista maoísta, o folheto intitulado “Do Trotskismo ao Social-Imperialismo”, de Michael Miller, da Liga pela Revolução Proletária, essa posição é contrastada com a de Trotsky:

“Em 1956, Krushev apareceu em cena lançando um ataque contra a ditadura do proletariado e espalhando ideologia e cultura pequeno-burguesa por toda a parte...”

“O trotskismo nunca entendeu a teoria e nunca aprendeu com a prática o caráter de classe dos Estados soviético e chinês. Durante o período da história soviética em que a base econômica estava sendo transformada desde propriedade privada para propriedade social dos meios de produção, os trotskistas sempre prestaram atenção à estrutura política – a superestrutura... A base econômica nunca pode ser considerada à parte da estrutura política. Na União Soviética, o Partido Comunista, que é o coração da estrutura política, foi tomado por uma camada de políticos de tipo burguês e transformado em uma variante de um grande partido político burguês. Agora eles estão ocupados implementando políticas econômicas que *revertem a base econômica socialista*, que restauram a propriedade privada, a produção privada para o mercado, e que reproduzem em uma enorme escala todas as relações sociais capitalistas correspondentes.”

Essa passagem demonstra a rejeição pelos maoístas do mais elementar marxismo. Se, como eles dizem, uma contrarrevolução social pacífica aconteceu na Rússia, então logicamente uma revolução socialista pacífica contra o capitalismo também pode acontecer – a posição socialdemocrata clássica que Lenin refutou em *O Estado e*

a *Revolução*. Além disso, sustentar que tal contrarrevolução foi realizada pelo aparecimento de um grupo dominante com “ideologia pequeno-burguesa” é idealismo, completamente contraposto à compreensão materialista marxista de que uma revolução (ou contrarrevolução) social só pode ser atingida pela derrubada das relações de propriedade.

São importantes as consequências práticas dessa política. Já que a URSS é um Estado “imperialista” de acordo com Mao, não é necessário defendê-la contra outros Estados capitalistas. De fato, Mao foi tão longe a ponto de pressionar por uma aliança sino-japonesa contra a União Soviética e encorajar a continuidade da OTAN como um baluarte contra o “imperialismo soviético” na Europa! Essas são implicações contrarrevolucionárias da posição do “capitalismo de Estado” posta em prática. Elas levantam o fantasma de uma guerra imperialista na qual a URSS e a China estariam aliadas a potências capitalistas adversárias – uma eventualidade que colocaria as formas de propriedade dos Estados proletários deformados e degenerado em perigo imediato. Embora a camarilha de Brezhnev em Moscou não seja tão explícita em emblocar com Estados capitalistas contra a China, a sua vontade de abandonar a defesa dos Estados proletários na esperança de chegar a uma aliança com o imperialismo norte-americano foi claramente revelada no ano passado, quando Nixon foi convidado para assinar uma declaração de “coexistência pacífica” em Moscou, ao mesmo tempo em que aviões norte-americanos estavam carregando bombas de saturação sobre o Vietnã de Norte!

Os trotskistas, em contraste, chamam pela unidade sino-soviética contra o imperialismo, pela defesa incondicional dos Estados proletários deformados e degenerado. Ao mesmo tempo, nós criticamos impiedosamente as burocracias parasitas que estão sabotando essa defesa. Os trabalhadores avançados irão reconhecer a justeza dessa posição classista e principista, e saberão rejeitar aqueles como, os maoístas e stalinistas pró-Moscou, que criminosamente abandonam a defesa das conquistas dos trabalhadores.

4. A Frente Popular

O giro para a “Frente Popular” veio perto do fim de 1933 quando a Internacional Comunista, sob o domínio stalinista, faz um repentino recuo das suas políticas ultra-esquerdistas do “Terceiro Período”. Com o triunfo de Hitler e a renovada ameaça de ataque imperialista, a burocracia soviética, em pânico, definiu que precisava de aliados para a defesa da pátria soviética. A Rússia entrou na Liga das Nações e assinou o pacto de assistência militar Franco-Soviético. Ao longo desse período, a Comintern buscou se agraciar com as burguesias das potências imperialistas democráticas, através de uma contenção calculada dos movimentos proletários revolucionários na Europa. O método: alianças de colaboração de casses com a participação nos governos da burguesia. O disfarce: a luta contra o fascismo.

A frente popular encontrou expressão teórica no relatório de Georgi Dimitrov ao Sétimo Congresso da Internacional Comunista, em agosto de 1935. De acordo com Dimitrov, o principal perigo ameaçando os trabalhadores era o fascismo. Mas o fascismo ameaçava não apenas a classe trabalhadora, mas também o campesinato, a pequeno-burguesia em geral e mesmo seções da burguesia. Em consequência, a luta pela ditadura do proletariado e o socialismo seriam removidas da agenda durante esse período:

“Agora as massas trabalhadoras em uma série de países capitalistas se veem diante da necessidade de fazer uma escolha *definitiva*, e de fazê-la hoje, não entre a ditadura do proletariado e a democracia burguesa, mas entre a democracia burguesa e o fascismo.”

Para defender a democracia burguesa, o proletariado deveria, portanto, buscar se aliar com todos aqueles grupos sociais ameaçados pelo fascismo, incluindo as seções “antifascistas” da burguesia, em uma ampla “Frente Popular”.

“Sob certas condições, nós podemos e devemos virar nossos esforços para a tarefa de lançar esses partidos e organizações ou certas seções delas ao lado da frente popular antifascista, apesar da sua liderança burguesa. Essa, por sinal, é a situação hoje na França com o Partido Radical...”

— G. Dimitrov, “Relatório ao Sétimo Congresso da Comintern”, 1935

Durante o Terceiro Período, os comunistas haviam se recusado a emblocar com os socialdemocratas alemães em uma frente única contra Hitler, chamando-os de “social-fascistas”. Agora, os comunistas estavam não apenas dispostos a fazer alianças de longa duração com a socialdemocracia, mas a formar um governo com os setores antifascistas da própria burguesia! Posteriormente, na Itália, no fim dos anos 1930, essa “ampla aliança” ainda foi ampliada pra incluir apelos aos fascistas “honestos”!

A frente popular nada mais é do que uma expressão das teorias e práticas da colaboração de classes – um bloco de organizações e partidos representando várias classes na base de um programa comum, a defesa da democracia burguesa. Embora o nome fosse novo, o conteúdo não era. Os socialdemocratas alemães formaram governos de coalizão do “bloco de esquerda” com a burguesia democrática (representadas pelo Partido de Centro) ao longo da década de 1920. A única diferença era que os stalinistas ocasionalmente tinham a pretensão de se considerar revolucionários, enquanto os socialdemocratas foram mais abertos sobre o seu reformismo.

Os stalinistas tentam reivindicar que a frente popular é simplesmente a extensão lógica da frente única em um nível mais alto. Nada poderia ser mais distante da verdade.

A “frente única proletária” era formada sob a bandeira da “casca contra classe”, e era formada precisamente com o objetivo de romper os socialdemocratas das suas perenes alianças de colaboração de classes com a burguesia “democrática”:

“A tática da Frente Única é o chamado para a luta unificada dos comunistas e de todos os outros trabalhadores, sejam eles pertencentes a outros partidos e grupos, ou pertencendo a nenhum partido, para a defesa dos interesses elementares e vitais da classe trabalhadora contra a burguesia.”

— **Comitê Executivo da Internacional Comunista, “Teses sobre a Frente Única”, 1922**

A frente única servia ao mesmo tempo para unir as forças de várias organizações proletárias na ação e para expor os reformistas que participariam nas lutas pelos interesses da classe trabalhadora apenas quando forçados a fazê-lo por pressão de sua base, e que também iria desertar da luta na primeira oportunidade. Já que apenas o partido bolchevique representava os verdadeiros interesses históricos da classe trabalhadora, era crucial que não houvesse programa comum com os reformistas, já que isso só poderia significar abandonar o programa leninista. Nem poderia haver nenhuma restrição ao direito de criticar outros partidos na frente única. Assim, a segunda palavra de ordem na frente única é “unidade de ação, liberdade de crítica” ou, como dizia Trotsky, “bater juntos, marchar separados”.

Na frente popular, entretanto, os partidos proletários renunciavam à sua independência de classe e desistem do seu programa classista. Earl Browder resumiu isso sucintamente em seu relatório ao Comitê Central do PC/EUA em 4 de dezembro de 1936:

“Nós podemos organizá-los e levantá-los [a maioria do “povo”] desde que nós não façamos a exigência de que eles concordem com o nosso programa socialista, mas devemos nos unir com eles na base do seu programa, o qual nós também devemos fazer nosso [!].”

A frente popular convergia com a teoria menchevique da “revolução em etapas”. Primeiro a luta pela democracia burguesa, depois a luta pela derrubada do capitalismo. Os stalinistas procederam a partir da concepção absolutamente falsa de que um conflito social básico existia entre a democracia burguesa e o fascismo. O fascismo apareceu na Europa depois da Primeira Guerra Mundial, como um desenvolvimento necessário do poder burguês em uma época de severo declínio econômico. É um último recurso dos capitalistas para preservar o seu sistema, quando já não é mais possível fazê-lo através de medidas parlamentares normais. Os stalinistas, em certo momento, tentaram até mesmo justificar o seu esquema etapista afirmando que, na verdade, o fascismo tinha suas

raízes no feudalismo, e não no capitalismo!

Na verdade, a frente popular era simplesmente outra forma de solução burguesa para as condições que levaram ao fascismo. Os comunistas ou os socialdemocratas são convidados a participar em um governo capitalista em condições nas quais nenhuma combinação parlamentar burguesa pode efetivamente dominar um movimento de massas proletárias e camponesas inquietas. O preço da coalizão é o apoio dos comunistas à repressão das greves e medidas similares realizadas pelo governo no qual eles participam.

Durante os anos 1930, os governos de frente popular foram formados durante períodos pré-revolucionários na França e na Espanha. Lá, a coalizão com a burguesia “democrática” foi capaz de desarticular poderosos levantes de massa desviando as greves gerais e mesmo insurreições para o beco sem saída da defesa da democracia burguesa. Nos países coloniais, tais como o Vietnã, as políticas de frente popular levaram a abandonar a demanda pela independência! Contra a colaboração de classe dos stalinistas, os trotskistas defenderam a frente única proletária para esmagar os fascistas. Ao invés de depender dos generais republicanos e da polícia, eles chamaram pela formação de milícias de trabalhadores baseadas nos sindicatos. Pequenos em número e sujeitos a terríveis campanhas de calúnias por parte da Comintern, os trotskistas foram incapazes de ganhar suficiente influência para romper com o estrangulamento reformista do movimento dos trabalhadores. Mais uma vez as posições dos bolcheviques-leninistas se mostraram corretas, mas de uma forma negativa, pela derrota ignominiosa de promissoras situações revolucionárias. Stalin certamente merecia o apelido que Trotsky havia lhe dado – o grande organizador de derrotas.

França 1934-1936

Na França a agitação fascista fez mais progresso do que em qualquer outra das “grandes democracias”. As ligas fascistas apareceram em uma imitação evidente das organizações fascistas alemãs e italianas. Depois de anos ignorando ou minimizando o perigo fascista, os líderes dos partidos Comunista (PCF) e Socialista (SFIO) entraram em pânico depois do ataque ao parlamento realizado pelo bando armado da *Croix de Feu* (Cruz de Ferro), em fevereiro de 1934. Sob tremenda pressão da sua base, as federações sindicais lideradas pelos socialistas e comunistas realizaram um massivo protesto conjunto em 12 de fevereiro, cujo tamanho efetivamente serviu para fazer recuarem os fascistas por meses. A luta de Trotsky nos quatro anos anteriores por uma frente única proletária contra o fascismo era reivindicada contra as idiotices sectárias e derrotistas do terceiro período.

Em junho de 1934, o líder do PCF Maurice Thorez propôs uma frente única com a SFIO. A frente única não adotou o slogan leninista de “bater juntos, marchar separados”, mas ao invés disso tomou a forma de um “pacto de não-

agressão”. Ambos partidos renunciaram à sua independência programática e deixaram de criticar um ao outro. Trotsky criticou essa frente por limitar as suas ações a manobras parlamentares e alianças eleitorais, e por se recusar a agitar os trabalhadores para uma luta extraparlamentar contra o fascismo, uma luta que poderia ter aberto a perspectiva para uma revolução proletária.

Em meio a uma aguda crise social, ondas de greves de massa e disposição de luta dos trabalhadores, o PCF se recusou a lutar pelo poder sob o argumento de que a situação “não era revolucionária”. Ao invés disso, o PCF veio à tona com um programa de “exigências econômicas imediatas”, que servia para desorientar e desorganizar o proletariado e acelerar o crescimento do fascismo, já que os capitalistas sentiam uma ameaça crescente da classe trabalhadora. O PCF renunciou à luta pelas nacionalizações, se opôs ao chamado por milícias de trabalhadores por considera-la provocativa e se recusou a armar os trabalhadores, enquanto tentava preservar uma aparência de revolucionário, chamando absurdamente por “soviets em toda a parte”, a precondição imediata para uma insurreição armada.

Em julho de 1935, os stalinistas franceses expandiram a coalizão para incluir os Radicais Socialistas, um partido burguês. Os Radicais Socialistas, baseados na pequeno-burguesia rural e urbana, reivindicavam mudanças sociais progressivas, mas eram firmemente comprometidos com a propriedade privada e com a livre empresa. Para poder salvar sua unidade com os Radicais, o PCF insistiu que o programa da frente popular deveria se restringir à defesa da república contra o fascismo, medidas contra a depressão e reformas trabalhistas. A frente popular venceu largamente as eleições de março de 1936. A SFIO se tornou o partido dominante na Câmara dos Deputados e o seu chefe, Leon Blum, se tornou primeiro ministro de um gabinete de coalizão de socialistas e Radicais. Os comunistas se recusaram a entrar no governo para evitar assustar a burguesia, mas deu apoio no parlamento.

Como ocorre frequentemente no começo de um governo de frente popular, as massas viram as eleições como uma vitória para os trabalhadores e desencadearam uma tremenda onda militante, culminando com a greve geral de maio-junho. Enquanto as demandas iniciais eram principalmente defensivas, centrando em um aumento salarial de 15%, as greves envolviam, quase todas, a tática militante de ocupar os locais de trabalho. A burguesia entrou em pânico, exigindo que o governo de Blum fosse empossado imediatamente para conter a greve. Blum e os burocratas sindicais da CGT negociaram um acordo inicial que oferecia alguns ganhos, mas sob condições de evacuação imediata das fábricas. O pacto foi solidamente rejeitado pelos metalúrgicos de Paris.

Temendo que Trotsky tivesse razão quando escreveu que “começou a revolução francesa”, o PCF ordenou seus militantes a apoiar os acordos. Thorez declarou: “Não pode haver o menor questionamento a respeito de tomar o

poder nesse momento” e “deve-se saber quando terminar uma greve”. O governo Socialista-Radical fez sua parte proibindo a circulação do jornal trotskista (*Lutte Ouvrière*), que chamava pela continuação da greve. Em meados de junho, os esforços combinados dos reformistas foram bem sucedidos em minar a resistência.

Esse foi o ponto alto da frente popular, já que foi desarticulando a greve geral de 1936 que o governo Blum cumpriu a tarefa básica que lhe foi dada pela burguesia – parar a avalanche rumo à revolução. As poucas reformas sociais significativas, tais como a semana de 40 horas, foram logo revertidas. Em 1937, depois de um ano no cargo e tendo perdido a confiança das massas trabalhadoras, o governo Blum foi destituído pelo Senado. Em meados de 1938, os Radicais Socialistas formaram um ministério conservador sob Edouard Daladier. O anúncio de Daladier naquela primavera, sobre o retorno à semana de 48 horas, provocou uma nova onda de greves de massa. A resposta do PCF: o chamado por uma greve de protesto de um dia! Daladier declarou a lei marcial e mandou tropas às fábricas. O movimento sindical entrou em colapso, milhões de trabalhadores rasgaram seus registros sindicais em repúdio. Por volta de janeiro de 1940, os partidos burgueses, assim como os delegados da SFIO, votaram pela criação do regime de Vichy, de aceitação e colaboração com os fascistas. Assim, longe de parar o fascismo, a frente popular provou ser apenas mais um “caminho pacífico” para o barbarismo.

A frente popular na Espanha, 1936-1939

As consequências da política de frente popular de Stalin-Dimitrov foram igualmente contrarrevolucionárias na Espanha. A derrubada da monarquia em 1931 tinha levado ao estabelecimento de uma república burguesa, mas as políticas sociais da coalizão Radical/Socialista no governo eram pouco mais liberais do que aquelas da ditadura militar do Gen. Primo de Rivera durante os anos 1920 (também apoiada pelos socialdemocratas). Em outubro de 1934 uma insurreição irrompeu na região mineira das Astúrias em reação às políticas direitistas do governo. Apesar da repressão sangrenta (milhares de mineiros foram metralhados pelo exército), o levante heroico despertou as massas trabalhadoras espanholas e levou à formação difundida de comitês proletários em forma de frente única (*alianzas obreras*).

Em resposta, os líderes dos principais partidos de trabalhadores agiram para montar uma frente popular similar àquela da França, incluindo os Socialistas (alas direita e esquerda), os Comunistas e também o POUM (Partido Operário da Unificação Marxista). O POUM havia sido formado pela fusão de um racha de direita do PC (o “Bloco Operário e Camponês” de Maurín, que Trotsky havia descrito como um “Kuomintang espanhol”, ou seja, um partido de duas classes) e a antiga Esquerda Comunista, dirigida por Nin. Como resultado da formação desse bloco sem princípios com Maurín, e a assinatura do programa da Frente Popular, as ligações entre Nin e o

movimento trotskista foram rompidas.

O acordo da Frente Popular assinado em janeiro de 1936 foi um documento clássico de abandono de políticas proletárias classistas. Ele garantia que:

“Os republicanos não aceitam o princípio da nacionalização da terra e da sua livre entrega aos camponeses (...). Os partidos republicanos não aceitam medidas de nacionalização dos bancos... e de controle operário reivindicado pela delegação do Partido Socialista.”

A aliança republicano-proletária ganhou uma pluralidade nas eleições de fevereiro de 1936 e, entretanto, formou um governo sob controle do advogado burguês Azaña. Como na França, as massas interpretaram isso como uma vitória e começaram uma onda de ocupações de fábrica e ocupações de terra, que o governo foi incapaz de conter. Em consequência, em 17 de julho, o general Franco e um grupo de altos oficiais militares lançaram uma proclamação por um Estado católico autoritário e realizaram uma rebelião. A resposta do governo de Azaña foi tentar negociar com os generais insurgentes, enquanto se recusava a armar as massas!

Essa tentativa de temporizar poderia até ter tido sucesso se as massas não tivessem tomado a própria iniciativa. Em Barcelona, um reduto dos anarquistas e do POUM, os trabalhadores tomaram numerosas fábricas e assaltaram o quartel do exército com pistolas. Em menos de um dia eles tinham o completo controle da cidade. Isso deu o sinal para revoltas similares por toda a parte, e o governo republicano foi forçado a rever a sua política, armar as massas e tentar uma luta hesitante contra Franco.

A alternativa era uma revolução proletária, que era possível a qualquer momento. Na Catalunha, o transporte e a indústria estavam quase inteiramente nas mãos dos comitês de trabalhadores da CNT (Anarquista), enquanto em grande parte do Nordeste (Catalunha e Aragão) as associações de camponeses e trabalhadores agrícolas tinham estabelecido fazendas coletivas. Os antigos governos municipais desapareceram, substituídos por comitês que representavam a todos os partidos e sindicatos antifascistas. O mais importante era o Comitê Central das Milícias Antifascistas da Catalunha que, apesar de terem membros burgueses, era amplamente dominada pelas organizações dos trabalhadores. No entanto, no topo de tudo isso estava a “sombra da burguesia”, um governo de frente popular na Catalunha, dirigido por outro advogado burguês, Companys. Como na Rússia de fevereiro a outubro de 1917, havia uma situação de duplo poder, mas na qual os trabalhadores ainda davam apoio tácito ao abalado governo burguês.

Nessa situação, Lenin e os bolcheviques haviam exigido: “Abaixo o Governo Provisório, Todo Poder aos Sovietes!”. Os partidos proletários espanhóis, entretanto, dos stalinistas ao POUM e mesmo os anarquistas (que

supostamente se oporiam mesmo a um governo proletário!) entraram no governo burguês da Catalunha, em setembro de 1936. OS stalinistas garantiram aos seus amigos burgueses que eles não tinham nenhuma intenção de levar os trabalhadores ao poder. Em agosto de 1936, o jornal do PC francês, *L'Humanité*, declarou que:

“O Comitê Central do Partido Comunista da Espanha nos pede que informe ao público... que o povo espanhol não está lutando pelo estabelecimento da ditadura do proletariado, mas que ele conhece apenas um objetivo: a defesa da ordem republicana, respeitando a propriedade privada.”

Com apoios garantido dos stalinistas e socialistas, Azaña e Companys começaram a se mover para restabelecer a lei e a ordem burguesas. O primeiro passo foi a censura da imprensa proletária. O governo catalão fez isso com um decreto dissolvendo os comitês revolucionários, que haviam surgido em julho, e, no fim de outubro, ele ordenou o desarmamento dos trabalhadores na retaguarda. Os líderes do POUM e da CNT foram em seguida expulsos do gabinete, apesar de eles terem apoiado todas essas medidas contra os trabalhadores. Uma polícia secreta foi organizada sob o controle dos stalinistas e de agentes da GPU soviética.

Mas isso não foi o suficiente para quebrar a resistência dos trabalhadores. Uma provocação era necessária. Isso veio em 3 de maio de 1937, quando os stalinistas atacaram a central telefônica de Barcelona, controlada pelos trabalhadores da CNT. Dentro de horas foram erguidas barricadas pela cidade e os trabalhadores mais uma vez estavam em posição de tomar o poder. Ao invés disso, os líderes do POUM e dos anarquistas capitularam ao governo central, confiando na promessa de Azaña de que não haveria represálias. Dois dias depois, os Guardas de Assalto chegaram e ocuparam a central, matando centenas e prendendo dezenas de milhares. Dentro de um mês, o POUM estava na ilegalidade a pedido dos stalinistas, e seus líderes acabaram presos ou mesmo assassinados. Em pouco tempo, o PC comandou os Guardas de Assalto na dissolução das fazendas coletivas e milícias proletárias. Embora a guerra tenha se arrastado por mais um ano e meio, o resultado já estava decidido – uma vez que os trabalhadores e camponeses não tinham mais nada pelo que lutar, eles rapidamente se desmoralizaram e os armamentos superiores dos fascistas lhes garantiram a vitória.

Em tudo isso o PC espanhol agiu como o defensor da ordem burguesa, liderando a ofensiva contra os anarquistas e o POUM, as fazendas coletivas e as milícias proletárias. Em seu desesperado desejo de chegar a uma aliança com as potências imperialistas “democráticas”, Stalin estava absolutamente contrário à revolução na Espanha – mesmo que isso significasse que a vitória dos fascistas era a alternativa. O grande organizador de derrotas também se tornava o açougueiro da revolução

espanhola.

Mas a responsabilidade pelo desastre não acaba aí. Nin e os outros líderes da Esquerda Comunista um dia haviam lutado pela independência de classe do proletariado. Em certa época eles tinham sido um partido maior do que o próprio PC. Mas, ao capitular à frente popular, esses centristas foram tão responsáveis pela derrota da revolução espanhola quanto Stalin. Tivessem eles sabido nadar contra a corrente nos momentos em que a frente popular tinha apoio de massas e eles poderiam ter ganhado a liderança do movimento dos trabalhadores quando as massas posteriormente perceberam que elas haviam sido traídas. Na realidade, o POUM seguiu junto com as traições, protestando apenas quando era tarde demais.

A frente popular na Segunda Guerra Mundial

É digno de nota que o ataque de Davidson ao trotskismo, junto a completamente ignorar a revolução russa de outubro de 1917 e a política ignominiosa de Stalin na Alemanha, também não menciona as políticas de Stalin na França e na Espanha em nenhum momento. E por um bom motivo! Mas, como bom stalinista, ele precisa defender a frente popular de alguma forma, preferencialmente com um exemplo mais aceitável. Ele escolheu a Segunda Guerra Mundial. De acordo com os stalinistas, essa foi uma guerra contra o fascismo e em defesa da pátria soviética. A sua conclusão política foi uma frente popular ampla, “incluindo mesmo os aliados temporários e oscilantes que se encontravam no campo dos governos capitalistas democrático-burgueses” (*Guardian*, 9 de maio de 1973).

Davidson faz um resumo preciso da posição trotskista na guerra, concluindo que ninguém além dos “trotskistas contrarrevolucionários” teria se oposto à grande cruzada antifascista. Mas, enquanto a política stalinista era certamente mais popular na época, ela não será facilmente esquecida pela nova geração de trabalhadores combativos, que tem bem menos ilusões sobre o caráter “democrático” do imperialismo dos EUA. A posição trotskista na guerra era de derrotismo revolucionário para os países capitalistas nessa guerra *inter-imperialista*. Ao mesmo tempo, eles davam apoio incondicional à defesa militar da União Soviética. Isso não era uma mera questão acadêmica, já que Trotsky lutou uma dura batalha contra o grupo de Shachtman (dentro do então trotskista Partido dos Trabalhadores Socialistas [SWP/EUA]). Shachtman se opunha a defender a URSS e acabou saindo do SWP, levando com ele 40% dos membros.

Durante a guerra, os quadros trotskistas numericamente frágeis conduziram em geral uma linha internacionalista, apesar de pressões social-patriotas em algumas seções. A seção francesa, por exemplo, organizou uma célula trotskista na marinha alemã, que ocupava o país. No processo, entretanto, muitos líderes da Quarta Internacional foram executados ou pelos nazistas ou, como Nin na Espanha, pelas mãos dos stalinistas. Nos

EUA, o SWP concentrou o seu trabalho em combater o acordo de não fazer greves apoiado pela liderança da central sindical CIO e o PC.

Os stalinistas tinham a política inversa. De acordo com o líder do PC/EUA, Earl Browder:

“Nos Estados Unidos, nós temos que ganhar a guerra sob o sistema capitalista... Portanto, nós temos que descobrir como fazer o sistema capitalista funcionar... Nós temos que ajudar os capitalistas a aprender como gerir o seu sistema.”

O *Daily Worker* (o jornal do PC/EUA) de 25 de dezembro de 1941 implementou essa política saudando o compromisso da CIO de não fazer greves como uma “contribuição definitiva à unidade nacional”. Na prática, isso significava impedir greves. Durante a greve dos mineiros em 1943, o líder sindical do PC, William Z. Foster, viajou para os distritos mineiros da Pensilvânia para tentar organizar fura-greves e um movimento “De Volta ao Trabalho”. Na costa Oeste, Bridges, um simpatizante do PC no ILWU (Sindicato dos Portuários e Estivadores) chamou pela intensificação do trabalho.

Assim, nos anos 1930 e 1940, a política de frente popular levou a um resultado prático idêntico: derrotar greves e revoluções. A estrangulação da revolução espanhola, a derrota da greve geral francesa, furar a greve dos mineiros nos Estados Unidos – esses foram os resultados da colaboração de classes. Tirando a conclusão lógica, Stalin fez outra concessão aos seus amigos burgueses ao dissolver a Internacional Comunista em 1943, porque ela entravava o esforço conjunto para vencer a guerra!

5. A Luta pela Quarta Internacional

Um partido que é incapaz de defender as conquistas já obtidas pelos trabalhadores certamente não será capaz de liderar a revolução proletária. Desde a época em que foi formada, em 1923, até que Stalin ordenou ao Partido Comunista Alemão que capitulasse a Hitler sem luta quase dez anos depois, a Oposição de Esquerda defendeu firmemente a bandeira da Terceira Internacional. Apesar do mais incrível cordame burocrático, expulsões indiscriminadas, e mesmo deportações e banimentos, Trotsky se manteve firme ao seu objetivo de *reformular* a Comintern. Oposicionistas de esquerda, burocraticamente expulsos, exigiam sua readmissão aos seus respectivos PCs e agiam até esse momento como frações da Internacional Comunista, ao invés de proclamarem novos partidos. Eventos críticos dentro ou fora da União Soviética poderiam novamente pôr a classe trabalhadora em ação e oferecer a oportunidade para substituir os usurpadores stalinistas. Além do mais, a Terceira Internacional, aproveitando o prestígio de ser associada com a única revolução socialista vitoriosa, tinha laços fortes com as massas que não podiam ser ignorados. Para a Oposição de Esquerda, renunciar prematuramente à Comintern seria abandonar centenas de milhares de

trabalhadores com consciência revolucionária à burocracia e condenar os trotskistas ao isolamento e irrelevância.

As sectárias e derrotistas políticas do “terceiro período” da Comintern, que levaram à vitória do fascismo na Alemanha em 1933, forçaram a Oposição de Esquerda a adotar uma mudança radical de perspectiva. Desde 1930, Trotsky havia alertado que o destino do movimento revolucionário internacional dependia do resultado da luta contra a ameaça fascista na Alemanha. Os Comunistas (KPD), seguindo as ordens de Stalin, jogaram o poder nas mãos dos fascistas ao se recusarem a chamar por uma frente única com a socialdemocracia (SPD) contra os nazistas e, ao invés disso, denunciando o SPD como “social-fascista”.

O chamado por uma nova Internacional

A marcha pacífica de Hitler ao poder, sem nenhum tipo de resistência pelos Comunistas, levou Trotsky a concluir corretamente que o KPD havia se degenerado decisivamente. Como consequência dessa derrota e traição de proporção histórica mundial, a classe trabalhadora alemã ficou prostrada por mais de uma década e foram preparadas a segunda guerra mundial imperialista e a invasão de Hitler contra a União Soviética. A Oposição de Esquerda chamava agora por um novo partido na Alemanha:

“A questão do rompimento aberto com a burocracia stalinista na Alemanha é no presente momento uma questão de princípios de enorme importância. A vanguarda revolucionária não perdoará esse crime histórico cometido pelos stalinistas. Se nós apoiamos a ilusão de que a vitalidade do partido de Thaelmann-Neumann, nós iríamos parecer às massas como defensores da sua bancarrota. Isso significaria que nós próprios nos desviaríamos pelo caminho do centrismo e da putrefação.”

— **L. D. Trotsky, “KPD ou Novo Partido?”, março de 1933**

Mas e quanto ao restante da IC?

“Aqui é natural perguntar como nós agimos com relação às outras seções da Comintern e Terceira Internacional como um todo. Nós rompemos com elas imediatamente? Em minha opinião, seria incorreto dar uma resposta tão rígida como – sim, nós rompemos. O colapso do KPD diminui as chances de regeneração da Comintern. Mas, por outro lado, a própria catástrofe poderia provocar uma reação saudável em algumas seções. Nós devemos estar prontos para ajudar nesse processo. A questão não foi decidida na URSS, onde proclamações de um segundo partido seriam incorretas. Nós estamos chamando hoje pela criação de um novo partido na Alemanha, para tomar a Comintern das mãos da burocracia

stalinista. Não é uma questão de criar a Quarta Internacional, mas de salvar a Terceira.”

— **Idem.**

Entretanto, nem mesmo uma das seções da Comintern realizou o menor esboço de protesto contra a afirmação de Stalin de que as políticas do KPD tinham estado certas do começo ao fim, ou nem mesmo chamaram por uma discussão dos eventos! Trotsky respondeu declarando que uma organização que é atingida pelo trovão do fascismo e se submete docilmente aos atos ultrajantes da burocracia demonstra que está morta e que nada pode revivê-la; o stalinismo tinha sofrido o seu 4 de agosto (uma referência à traição definitiva dos socialdemocratas alemães, que votaram pelos créditos de guerra do Kaiser em agosto de 1914, ficando do lado da “sua própria” burguesia na guerra imperialista). Em julho de 1933, Trotsky chamou a Oposição de Esquerda a começar a trabalhar pela construção de uma nova Internacional e novos partidos revolucionários pelo mundo. De acordo com a nova perspectiva, a Oposição de Esquerda mudou seu nome para Liga Comunista Internacional.

A análise de Trotsky foi rapidamente confirmada. Depois do desastre alemão, a IC substituiu as aventuras do terceiro período pela política capitulante da “frente única” a qualquer preço, a União Soviética decidiu entrar na Liga das Nações (que Lenin havia denunciado como um covil de bandidos) e se virou para uma aliança militar com o imperialismo francês, repudiando abertamente o internacionalismo revolucionário. Os stalinistas dividiram as potências imperialistas em dois tipos: as “democráticas, amantes da paz”, de um lado, e as fascistas, amantes da guerra, de outro. A Terceira Internacional foi subvertida para se tornar uma simples ferramenta para os interesses diplomáticos da burocracia russa, com o trabalho de forjar alianças com os imperialistas “amantes da paz” para proteger o “socialismo em um só país”. Assim, o PC francês recebeu ordens de votar pela verba de defesa militar da “sua” classe dominante. A burocracia stalinista declarou oficialmente que Roosevelt, então presidente dos EUA, estava “honestamente buscando uma solução democrática e pacifista para os conflitos imperialistas”, e consumou frentes populares com partidos burgueses liberais na França e na Espanha em 1936, que acabaram levando à vitória do fascismo anos depois. Durante a Segunda Guerra Mundial, Stalin finalmente declarou que a Comintern não servia mais a nenhum propósito e dispersou-a formalmente.

A LCI e grupos a ela simpáticos não proclamaram simplesmente a si mesmos uma nova Internacional. A expulsão da Oposição de Esquerda da Comintern a havia privado de uma necessária esfera de atividade política, forçando-a a desenvolver-se como um grupo de propaganda isolado. A Oposição de Esquerda tinha sido capaz de treinar um número limitado de quadros, mas lhe faltavam raízes nas massas e ela era numericamente fraca. Além disso, as suas organizações não haviam sido testadas em batalhas sérias da luta de classes. O período a frente

seria um de preparação:

“Propagar as ideias da Oposição de Esquerda, recrutar mais e mais aderentes, individualmente e em grupo, para as fileiras da Liga Comunista Internacional, realizar uma agitação entre as massas sob o slogan da Quarta Internacional, educar os nossos próprios quadros, aprofundar a nossa posição teórica – esse é o nosso trabalho básico no período histórico imediatamente à nossa frente” (ênfase no original).

— **L. D. Trotsky, “O SAP, a LCI e a Quarta Internacional”, janeiro de 1934**

A principal tática usada pela LCI para recrutar novos aderentes foi o reagrupamento revolucionário. Trotsky era o primeiro a reconhecer a imensidão da tarefa diante do movimento pequeno e isolado. Ele buscava cada oportunidade para romper o isolamento e encontrar novos aliados, ainda que temporários, para que pudessem ser dados os primeiros passos rumo à construção de uma nova Internacional.

Em um período de tremendos perigos e oportunidades revolucionários, as tendências e matizes oposicionistas dos anos 1930 surgiam predominantemente com um caráter centrista, vacilando entre o social-patriotismo e a revolução socialista. Os eventos da Alemanha (1931-33), o esmagamento da Socialdemocracia Austríaca “de esquerda”, junto com a sua supostamente poderosa milícia partidária em 1934, causou uma profunda efervescência no movimento da classe trabalhadora e uma rejeição ampla do reformismo. Uma proliferação de correntes centristas surgiu, como frequentemente acontece em etapas iniciais de uma nova onda de militância da classe trabalhadora. A LCI se orientou em direção a esses grupos para poder, através do exemplo e da propaganda, ganhar os elementos mais saudáveis para um programa revolucionário. Mas a tática de reagrupamento revolucionário não é, como sustentam alguns, um processo de acomodação política ao centrismo. Ao mesmo tempo, Trotsky travava uma luta consistente contra as lideranças centristas vacilantes, rejeitando impiedosamente o slogan de “unidade” de todas as organizações proletárias independente de seu programa e suas táticas:

“... obscurecer a nossa diferença com o centrismo em nome de facilitar a ‘unidade’ significaria não apenas cometer suicídio político, mas também encobrir, fortalecer e nutrir as características negativas do centrismo burocrático, e só por esse fato ajudar as tendências reacionárias dentro dele contra as tendências revolucionárias.”

— **“Sobre o estado da Oposição de Esquerda”, 16 de dezembro de 1932**

O realinhamento de forças na classe trabalhadora europeia não passou por cima dos partidos da Segunda Internacional. Desiludidos com a Comintern, muitos

militantes proletários e jovens entraram nos partidos socialdemocratas, resultando numa proliferação de tendências se movendo à esquerda dentro deles. Na França, Espanha, Bélgica e Suíça, seções da Juventude Socialista se tornaram simpáticas às ideias de Trotsky.

Na França, os Socialistas (SFIO) tinham rachado no fim de 1933 com a ala direita do partido e formado a sua própria organização. O racha fez a SFIO, o maior partido operário da França, girar à esquerda. Trotsky aconselhou à pequena seção francesa da LCI a entrar nos Socialistas. A formação da “frente única” (sem críticas) entre a SFIO e o PC em julho de 1934 e boatos sobre uma possível fusão dos dois partidos reformistas adicionou ainda mais razões para um entrismo imediato; qualquer tendência fora da “frente única” estaria mais isolada do que nunca. Trotsky reivindicou entrismos similares (o assim chamado “giro francês”) também na maioria das outras seções.

O giro francês levou a profundas disputas e mesmo rachas entre os partidários da Quarta Internacional, com alguns sectários ultra-esquerdistas, como Oehler nos Estados Unidos, rejeitando sob questão de princípio a tática de entrismo. A seção francesa rachou ao meio em cima dessa questão, e a Esquerda Comunista espanhola (liderada por Andres Nin) recusou-se imediatamente (apenas para fundir de forma oportunista com um grupo reformista e formar o POUM cerca de um ano depois). Mesmo onde foi realizado, entretanto, o giro francês e as lutas para reagrupar os revolucionários das formações centristas se movendo à esquerda trouxeram poucos recrutas aos trotskistas. O proletariado tinha uma longa série de derrotas atrás de si e estava em recuo. Com a ameaça de uma nova guerra mundial, a classe trabalhadora estava interessada em soluções imediatas para os seus problemas; os pequenos grupos trotskistas não eram atraentes.

A fundação da Quarta Internacional

Mas, com a ameaça iminente de guerra imperialista e com o desaparecimento de várias correntes centristas, seguido ao advento dos governos de frente popular na França e na Espanha, a necessidade objetiva pela fundação de uma nova Internacional não permitia mais demoras. Em setembro de 1938, a Conferência de fundação aconteceu em Paris, com 21 delegados representando 11 países. Enquanto a Quarta Internacional era pequena em números, ela representava a continuidade do leninismo, expressa acima de tudo em seu programa.

O documento programático básico adotado pela conferência de fundação, A Agonia Mortal do Capitalismo e as Tarefas da Quarta Internacional (“Programa de Transição”), é o mais compreensível e sucinto resumo do trotskismo, representando a destilação dos interesses do proletariado na época do imperialismo. É um documento que já foi propositalmente mal interpretado por ambos seus oponentes e por alguns dos seus supostos aderentes. Acima de tudo, ele não é um programa de reformas, mas apresenta palavras de ordem para a tomada de poder pelo

proletariado. Ele se baseia na premissa de que, na época de decadência capitalista, os pré-requisitos objetivos para a revolução socialista não apenas amadureceram, mas começam a apodrecer. O fator fundamental evitando a revolução mundial é a liderança reformista dos sindicatos e dos partidos proletários de massa, os agentes da burguesia dentro do movimento dos trabalhadores: “A crise histórica da humanidade se reduz à crise de liderança revolucionária”.

Durante o período progressivo do capitalismo, a socialdemocracia distinguia um programa mínimo (reformas sindicais, democracia política) e o seu programa máximo (o socialismo), postergando o último para um futuro indeterminado. Agora “não pode haver mais discussão sobre reformas sociais sistemáticas e aumento das condições de vida das massas... cada demanda seria do proletariado... inevitavelmente vai além dos limites das relações de propriedade capitalistas e do Estado burguês”. A tarefa da vanguarda comunista era tornar o proletariado consciente das suas tarefas através de uma série de demandas transitórias, que formulavam as necessidades objetivas da classe trabalhadora de tal forma que tornasse clara a necessidade de destruir o capitalismo:

“A tarefa estratégica do próximo período – período pré-revolucionário de agitação, propaganda e organização – consiste em superar a contradição entre a maturidade das condições objetivas da revolução e a imaturidade do proletariado e de sua vanguarda (confusão e desencorajamento da velha geração e falta de experiência da nova). É necessário ajudar as massas, no processo de suas lutas cotidianas, a encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista. Esta ponte deve consistir em um sistema de REIVINDICAÇÕES TRANSITÓRIAS que parta das atuais condições e consciência de largas camadas da classe operária e conduza, invariavelmente, a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado.” (ênfase no original).

— O Programa de Transição, 1938

Tais reivindicações incluíam uma escala móvel dos salários e horas de trabalho, a abertura dos livros-caixa dos capitalistas, a expropriação da indústria sob o controle dos trabalhadores, a formação de comitês de empresa, milícias de trabalhadores, soviets e um governo operário. Nos países atrasados, ele chamava pela revolução proletária apoiada pelo campesinato, que iria resolver as tarefas democráticas (a revolução agrária, a independência nacional) e as tarefas socialistas. Na União Soviética, o programa chamava por uma revolução política, enquanto enfatizava o compromisso da Quarta Internacional em defender incondicionalmente a URSS contra o ataque imperialista.

Perseguição stalinista

A Quarta Internacional, na época da sua conferência de fundação, era composta de seções consistindo de algumas dúzias, a no máximo poucas centenas de membros (com uma exceção, a seção nos Estados Unidos, o Partido dos Trabalhadores Socialistas [SWP], com 2500 membros). Mas, apesar de seu pequeno número, os trotskistas eram uma ameaça mortal a Stalin e sua camarilha de usurpadores burocráticos. A única saída era aniquilação política e física.

Stalin estava, entretanto, cada vez mais preocupado com a sua própria facção e, no início de 1936, ele iniciou um expurgo em toda a liderança do exército; através dos processos de Moscou, ele acusou e condenou todos os nove membros do antigo Politburo liderado por Lenin (a não ser o próprio Stalin), assim como virtualmente todo o Comitê Central bolchevique de 1917. No terceiro processo (março de 1938), Trotsky e seu filho Leon Sedov foram acusados de conspirar para sabotagem e derrubada do governo soviético, com o objetivo de restaurar o capitalismo em aliança com Hitler e o Imperador Japonês. Em seu famoso discurso secreto ao vigésimo Congresso do Partido, Krushev admitiu oficialmente que os processos e as “confissões” nas quais eles supostamente se baseavam eram uma fraude do começo ao fim. Apesar disso, ambos os stalinistas pró-Moscou e os maoístas de hoje continuam repetindo as calúnias de que Trotsky cooperava com os fascistas, apesar de que nunca se produziu o menor indício de evidência para “provar” essas acusações.

Também nessa época, Stalin lançou uma campanha sistemática para exterminar líderes trotskistas ao redor do mundo e eliminar milhares de Oposicionistas de Esquerda russos nos campos de trabalhos forçados. O relato de uma testemunha ocular dos campos de Vorkuta fala de cerca de 1000 bolcheviques-leninistas nesse campo, e muitos milhares em outros campos da província. Perto do fim, os prisioneiros trotskistas chamavam pela derrubada do governo de Stalin, ao mesmo tempo em que enfatizavam que iriam defender a União Soviética incondicionalmente em caso de guerra. Quando, na primavera de 1938, a GPU stalinista ordenou o assassinato de todos os trotskistas remanescentes, eles marcharam para a morte cantando a *Internacional*.

Em nível internacional, a GPU havia assassinado o filho de Trotsky; o checo Erwin Wolf e o alemão Rudolf Klement, ambos secretários de Trotsky; e o polonês Ignace Reiss, antigo dirigente do serviço secreto soviético na Europa. Durante o mesmo período eles também eliminaram proeminentes ex-trotskistas como Nin na Espanha, o austríaco Landau e outros. O ápice veio com o assassinato do próprio Trotsky por um agente da GPU em 20 de agosto de 1940.

Defesa incondicional da União Soviética

A acusação favorita dos stalinistas durante esse período

era sempre de que Trotsky havia se aliado com potências estrangeiras para destruir o Estado soviético. Isso era uma mentira descarada, já que Trotsky sempre havia insistido que verdadeiros bolcheviques-leninistas devem defender incondicionalmente as conquistas históricas da revolução de outubro. Cada documento programático da Oposição de Esquerda, da Liga Comunista Internacional e da Quarta Internacional proclamava a defesa incondicional da URSS contra forças capitalistas restauracionistas ou contra ataque imperialista.

Mas a defesa do Estado soviético exigia acima de tudo a derrubada do regime stalinista que consistentemente sabotava essa defesa. Com a teoria do “socialismo em um só país”, a burocracia descartou a possibilidade de revolução socialista mundial, que era a única forma de defender verdadeiramente as conquistas do primeiro Estado proletário da história. Mas Stalin fez mais do que isso: ele desarticulou duas vezes a liderança das forças armadas soviéticas no fim dos anos 1930 (depois de ter repetidamente expurgado o Exército Vermelho nos anos 1920, para expulsar os trotskistas); e ele depositou uma fé cega em seu acordo com Hitler, preparando assim a derrota as forças russas nas primeiras semanas da invasão de Hitler à URSS. Apenas liderando vigorosamente os trabalhadores contra suas próprias burguesias nos países capitalistas, e através da revolução política na União Soviética, o caminho poderia ser aberto para o socialismo. Essa era a tarefa da Quarta Internacional.

A última batalha política de Trotsky foi precisamente sobre essa questão. Em 1939-40, sob a pressão da opinião pública que tinha se voltado contra a União Soviética durante o pacto de não-agressão Hitler-Stalin, uma oposição pequeno-burguesa se formou entre elementos da liderança do SWP norte-americano. O grupo de Shachtman-Burnham-Abern de repente “descobriu” que a União Soviética não era mais um Estado proletário, e assim não precisava mais ser defendida incondicionalmente. Trotsky prontamente recusou-se a ceder sequer um centímetro à fração shachtmanista, já que entendia perfeitamente que oscilar a respeito dessa questão crucial iria condenar a Quarta Internacional a uma morte ignominiosa. Essa dedicação aos princípios bolcheviques custou ao SWP cerca de 40 por cento dos membros do partido quando os shachtmanistas romperam em 1940, destruindo também a organização de juventude. Apesar de frágil e perseguida, a Quarta Internacional foi capaz de evitar o seu “4 de agosto”, mantendo-se prontamente firme ao seu programa durante esse período de intenso social-patriotismo.

6. A Terceira Revolução Chinesa

O ponto central na série do Guardian sobre “O Legado de Trotsky” é a simples afirmação: “A história provou que Mao estava correto”. A revolução chinesa, de acordo com Davidson, é o modelo para os países atrasados e coloniais. O grande farol do pensamento de Mao Tse-tung mostraria o caminho. Será mesmo?

Vamos primeiro tratar do mito de Mao, o grande líder proletário que sempre lutou pela ditadura do proletariado, em oposição a traidores como Liu Shao-chi, que tentaram dissuadi-lo. Em um artigo anterior, Davidson escreveu que em 1927 “a Comintern reivindicou uma política posta em prática por Mao de forma independente, e ignorada ou oposta por ambos Tu-hsiu [dirigente principal do Partido Comunista Chinês na época] e Chang Kuo-tao”. Nada poderia estar mais distante da verdade. Em primeiro lugar, Chen infelizmente seguiu simplesmente as ordens de Moscou, mesmo quando ele discordava completamente; ele não possuía o espírito proletário para se recusar a obedecer a ordens mesmo quando estas literalmente mandariam milhares de camaradas chineses para seus túmulos.

Segundo, é para o crédito de Mao o fato de ele ter se recusado a seguir instruções da Internacional Comunista entre 1926-27, durante a Expedição para o Norte do general Chiang Kai-shek, quando Moscou queria que ele controlasse as lutas de massa a todo custo. Em 26 de outubro de 1926, Stalin havia mandado um telegrama ordenando que o movimento camponês fosse contido para que não espantasse os generais do Kuomintang que, afinal, eram eles próprios latifundiários. Mao recebeu do Comitê Central do partido a tarefa de executar essa ordem de contenção na província chave de Hunan. Ele imediatamente retornou para sua província natal e procedeu de forma exatamente oposta, levantando dezenas de milhares de camponeses para formar associações camponesas e tomar e redistribuir a terra que pertencia à aristocracia. Essa vasta onda de levante camponês ajudou enormemente a rápida marcha para o norte dos exércitos do KMT [Kuomintang]. Ela também deixou os generais “inquietos”, como se pode facilmente imaginar.

As políticas de Mao nesse período, entretanto, nem sempre eram mais militantes que a da liderança do PC. No outono de 1924, ele foi removido do Politburo do partido em razão da sua ligação excessivamente próxima dos círculos da ala direita do Kuomintang. Mas o padrão mais geral de “protesto” de Mao contra uma política da qual ele discordava era simplesmente ir para as montanhas e aplicar as políticas que considerava corretas. Quando um telegrama da Comintern em 31 de março de 1927 ordenou que o partido em Shangai e os sindicatos escondessem suas armas quando os exércitos de Chiang estavam nos portões da cidade, o resultado inevitável foi um massacre de dezenas de milhares de militantes. Chen protestou mas seguiu as ordens suicidas. Mao nunca protestou.

Durante os anos 1930, Mao entrou em conflito com a liderança do partido a respeito da política de reforma agrária na região “soviética camponesa”. Wang Ming, então líder do PC, acusou Mao de ter uma “linha a favor dos camponeses ricos”, porque ele simplesmente chamou pela redistribuição igual da terra, dando-lhes fatias iguais, e não pelo confisco da terra dos camponeses ricos. Seria mais preciso chamar isso de uma linha a favor dos camponeses médios, já que os camponeses ricos (*kulaks*

na Rússia) geralmente se opõem a levantes violentos e, em vez disso, preferem soluções graduais que lhes permitem maiores oportunidades de acumular terra e capital. São os camponeses médios que tem mais a ganhar com uma eliminação radical da classe de latifundiários feudais, e historicamente foram os camponeses médios que defenderam tais esquemas de uma “redistribuição cega” da terra. Eles foram os líderes da revolta camponesa russa do verão e do outono de 1917.

Mais importante, entretanto, é que essa é a mais radical reforma agrária que pode ser realizada sem reorganizar totalmente os vilarejos. Guerra de guerrilhas depende do apoio geral da população camponesa, não apenas dos mais pobres dentre os pobres, já que guerrilheiros isolados e mal equipados são extremamente vulneráveis a traição. E diante de armas modernas, a única arma dos camponeses é o seu número esmagador, que novamente presume unidade. Não é acidente que todos os movimentos de guerrilha optam por uma política adaptada aos camponeses médios – ou ricos – ao invés de levar a luta de classe até os vilarejos; e é mais uma razão pela qual os marxistas revolucionários insistem que o proletariado é a única classe consistentemente revolucionária, e se opõem ao guerrilherismo como método.

Período da “Frente Única Anti-japonesa”

Mao não era apenas um astuto líder de guerrilha. Gradualmente, ele chegou a um entendimento bastante claro da essência do stalinismo – capitulação à burguesia enquanto se mantém controle burocrático sobre os trabalhadores e camponeses pobres. Assim, quando ele finalmente obteve predominância no Comitê Central do PC, ele foi o mais energético defensor de uma segunda “frente única” com o Kuomintang, seguido à Longa Marcha. Isso correspondeu à mudança de linha no Sétimo Congresso da Internacional Comunista e ao período de Frente Popular.

Pouco depois, em 1º de agosto de 1935, o PC chinês lançou um apelo a todas as classes patrióticas para se juntarem aos comunistas e lutar contra o Japão. Alinhado com a nova política de frente popular, Mao lançou novas instruções de moderar a política agrária para poder receber apoio dos camponeses médios e ricos. A declaração do Politburo de 25 de dezembro de 1935 dizia:

“A República Popular Soviética mudará sua política em direção aos camponeses ricos; a terra de camponeses ricos, exceto aquela porção com exploração feudal, independente de estar sob próprio cultivo ou ser cultivada por trabalho contratado, não será confiscada. Quando a terra estiver sendo igualmente distribuída em um vilarejo, camponeses ricos terão o direito de receber a mesma parte de terra que camponeses pobres e médios.”

Agora aqui está uma verdadeira política para o camponês

rico. Seis meses depois ela foi amplificada por uma declaração do Comitê Central: “As terras dos soldados da luta anti-japonesa e daqueles envolvidos em empreitadas anti-japonesas não será confiscada”. Isso permitia até mesmo aos maiores latifundiários reter suas terras através do simples mecanismo de alistar um filho no Exército Vermelho.

Essa política para a questão da terra também tinha seu equivalente em nível político. O “Governo Soviético Operário e Camponês” se tornou a “República Popular Soviética”, que proclamou:

“Ela [a “República Popular”] está disposta a ter a ampla unidade da classe pequeno-burguesa com as massas nesse território. Todos os elementos de classe pequeno-burguesa revolucionários receberão o direito de votar e de serem eleitos no soviete”.

Nesse meio tempo, no outono de 1936, foram emitidas ordens de banir o uso do nome “Partido Comunista” ao nível dos subdistritos, substituindo-o por “Associação de Salvação Nacional Anti-japonesa”.

Tendo indicado a sua disposição a capitular, o PC chinês enviou um telegrama para o KMT em 10 de fevereiro de 1937 propondo uma frente única. (Em anos recentes, os maoístas tem feito alarde dos escritos do “Grande Timoneiro” contra aqueles que apenas colocaram ênfase na frente única e não o suficiente no partido. Considerando os termos dessa “frente única patriótica”, foi uma traição aberta às massas simplesmente entrar nessa frente, apesar de os trotskistas terem dado apoio inequívoco à luta da China contra o Japão até o momento em que a luta pela independência nacional foi subordinada à Segunda Guerra Mundial). Em resposta à proposta do PC chinês, o Kuomintang adotou a “Resolução pela Completa Erradicação da Ameaça Vermelha”, que concordava com uma reconciliação se o Exército Vermelho e o governo soviético fossem abolidos, toda a propaganda comunista fosse encerrada e os chamados pela luta de classes abandonados. O PC chinês aceitou, apesar de que a real integração das áreas de base comunista ao domínio do Kuomintang, assim como a absorção do exército comunista, tenha ficado só no papel.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, a colaboração de classes de Mao se tornou ainda mais explícita, se é que era possível. Ele rebatizou o “bloco de quatro classes” de Stalin com o slogan “Nova Democracia”, que era definida como a “ditadura de todas as classes revolucionárias contra os contrarrevolucionários e traidores”. Davidson cozinha uma versão açucarada da Nova Democracia, de acordo com a qual essa etapa intermediária só duraria até o fim da guerra civil, depois da qual “a revolução passaria de forma imediata e ininterrupta para a sua segunda etapa, do socialismo e da ditadura do proletariado”. (*Guardian*, 25 de abril de 1973). Mao nunca disse algo desse tipo. Pelo contrário:

“O progresso da revolução chinesa deve ser dividido em duas etapas: (1) a revolução democrática; (2) a revolução socialista (...). Quanto ao primeiro estágio, ou primeira etapa, nessa revolução colonial ou semicolonial, de acordo com sua própria natureza, é fundamentalmente ainda uma revolução democrático-burguesa na qual o requisito objetivo ainda é basicamente limpar o caminho dos obstáculos à frente do desenvolvimento capitalista...”.

“A revolução chinesa só pode ser alcançada em dois passos: sendo o primeiro aquele da nova democracia; o segundo aquele do socialismo. Além disso, o período da primeira etapa será consideravelmente longo a jamais pode ser concluído do dia para a noite.”

— **“Sobre a Nova Democracia”, janeiro de 1940**

Em outro documento desse período, Mao colocou a questão de forma ainda mais explícita:

“Por que nós chamamos a presente etapa da revolução de uma ‘revolução democrático-burguesa’? Porque o alvo da revolução não é a burguesia em geral, mas a opressão feudal e imperialista; o programa da revolução não é abolir a propriedade privada, mas proteger a propriedade privada em geral, e os resultados dessa revolução irão abrir o caminho para o desenvolvimento do capitalismo... Então a política de ‘terra para quem nela trabalha’ é uma política democrático-burguesa, não proletária ou socialista...”

“Sob o sistema de governo da Nova Democracia, uma política de reajuste das relações entre capital e trabalho será adotada. De um lado, os interesses dos trabalhadores serão protegidos. Um sistema de trabalho de oito a dez horas diárias (...) e direitos aos sindicatos de trabalhadores. Por outro lado, lucros razoáveis de empresas estatais, privadas e cooperativas serão garantidos (...) Nós acolhemos bem investimentos estrangeiros se eles foram benéficos para a economia da China...”

— **“Sobre o Governo de Coalizão”, abril de 1945**

Muito interessante a “passagem ininterrupta” ao socialismo do camarada Davidson. E quanto ao significado dessa “Nova Democracia” em termos econômicos e sociais, nós apenas temos que olhar para a política agrária forçada durante a “frente única anti-japonesa”, que continha medidas “progressivas” tais quais a seguinte:

“Reconhecer que a maioria dos latifundiários são anti-japoneses, que alguns da aristocracia

esclarecida também são a favor de reformas democráticas. De acordo com isso, a política do partido é apenas ajudar o camponês a reduzir a exploração feudal, mas não liquidar a exploração feudal completamente...”

“... camponeses devem ser aconselhados a pagar os aluguéis e juros, assim como a proteger os direitos civis, políticos, econômicos e agrários do latifundiário.”

— **“Decisão do Comitê Central sobre a Política Agrária nas Áreas de Base Anti-japonesa”, janeiro de 1942**

E quanto a este conceito mítico e completamente antimarxista de uma ditadura revolucionária conjunta de todas as classes revolucionárias, Mao tinha algo bem específico em mente: um verdadeiro governo de coalizão com o pouco temeroso patriota anti-imperialista Chiang Kai-shek, no qual o KMT controlaria a maioria do governo e a vasta maioria das unidades militares. Esse acordo foi elaborado e aceito pelo PC chinês em uma “Conferência Política Consultiva”, em janeiro de 1946. O governo seria formado por 40 pessoas escolhidas por Chiang, metade do Kuomintang e metade de outros partidos (incluindo o PC chinês). Os exércitos nacionalistas seriam restritos a 90 divisões e as forças comunistas a 18 divisões, respectivamente. Foi apenas em razão da hostilidade a qualquer compromisso com os Comunistas por parte de certos setores do KMT, particularmente os militares, que esse acordo nunca foi implementado.

Portanto, por um período de 20 anos, desde o fim dos anos 1920 até fins dos anos 1940, Mao repetidamente buscou conciliar com a burguesia chinesa e até mesmo, às vezes, com elementos feudais, enquanto adotava doutrinas que são expressões clássicas da teoria menchevique de revolução em duas etapas. O fato de não ter havido nenhum desastre do tipo indonésio, com a liquidação do partido e assassinato de centenas de milhares de militantes, deveu-se somente ao fato de que o governo do KMT era tão corrupto que Chiang não podia dar-se ao luxo de arriscar um governo de coalizão. Mas a burguesia nem sempre é assim tão fraca. Logo após o massacre de Shangai, Chiang tinha sido capaz de estabilizar o domínio do Kuomintang e, no período de 1927-36, foi capaz de sistematicamente aniquilar a maioria das áreas com bases comunistas.

Nova Democracia ou Revolução Permanente?

Isso leva a um segundo aspecto da revolução chinesa, que é a pergunta: quem a história provou correto? Davidson cita a observação de Trotsky de que a tentativa de Stalin de ressuscitar a política de uma “ditadura democrática revolucionária do campesinato e do proletariado”, que Lenin havia explicitamente abandonado em abril de 1917 (veja o capítulo 1 desta série), era completamente inadequado para a China:

“A fórmula da ditadura democrática perdeu completamente a sua utilidade... A terceira revolução chinesa, apesar do grande atraso da China, ou mais corretamente, do seu grande atraso se comparada à Rússia, não terá um período ‘democrático’, nem mesmo o período de seis meses que a revolução de outubro teve (novembro de 1917 a julho de 1918); mas será compelida desde o início a realizar o mais decisivo ataque e destruição da propriedade burguesa na cidade e na aldeia.”

— *A Terceira Internacional Depois de Lenin, 1928*

Davidson afirma que a teoria de Mao da Nova Democracia se provou correta contra essa previsão de Trotsky. Vejamos os fatos: Primeiro, apesar das repetidas tentativas de Mao, ele nunca foi capaz de conseguir um governo de coalizão com Chiang. Segundo, quando os Comunistas estavam avançando pela China ao fim da guerra civil, o grosso da burguesia chinesa fugiu para Taiwan com Chiang, eliminando o crucial elemento burguês da “Nova Democracia”.

Mais importantes que isso foram as mudanças nas relações de propriedade que se seguiram ao estabelecimento da “República Popular da China”, em outubro de 1949. É importante notar que, até 10 de outubro de 1947, Mao nem sequer levantava o slogan de derrotar o regime do KMT. Foi a ocupação da região base de Yenan pelas tropas dos Kuomintang e a percepção de Mao de que nenhuma compromisso era possível e que o governo de coalizão de “tipo Nova Democracia” era uma sonho utópico, que finalmente forçaram o PC chinês a lutar pelo poder de Estado – em violação às ordens explícitas de Stalin. Ao mesmo tempo em que o Partido Comunista resolveu derrubar Chiang, ele tomou o rumo corolário lógico de anunciar um esquema de reforma agrária similar à “política para o camponês rico” que Mao tinha seguido nos anos 1930, só que muito mais radical do que a tímida redução de aluguéis da terra (e a sua coleta forçada pelo Exército Vermelho) no período 1942-47.

Além disso, seguido à proclamação da República Popular da China em outubro de 1949, o PC chinês montou um “regime de coalizão” no qual, apesar da presença de alguns poucos políticos pequeno-burgueses “democráticos”, o poder governamental estava claramente nas mãos dos Comunistas. Mais importante, o poder de Estado estava baseado no domínio militar inquestionável do Exército Vermelho. O grosso da burguesia havia fugido para Taiwan.

Com o suporte da ajuda soviética, os Comunistas iniciaram a construção de um setor de indústria pesada, enquanto fizeram um arranjo para a continuação da propriedade privada de alguns produtos sob controle e supervisão do Estado. Finalmente, essa política foi estendida com a entrada chinesa na Guerra da Coreia, que levou a uma série de medidas contra os capitalistas

nacionais, começando no início de 1952.

Então, por gentileza, camarada Davidson, você pode nos informar onde está o prolongado período da etapa democrática? Toda essa evolução é a prova dramática do total utopismo fantástico ao qual levavam as teorias de Mao. Mais de uma vez o PC chinês declarou o seu desejo de estabelecer um regime democrático burguês, mas as relações de propriedade resultantes foram aquelas de um Estado proletário.

Podem camponeses estabelecer um Estado proletário?

Foi estimado que em 1949 os trabalhadores constituíam não mais do que 5 por cento dos membros do Partido Comunista Chinês; ele, portanto, era esmagadoramente um partido de camponeses e intelectuais pequeno-burgueses. Ainda assim, Trotsky defendia que só a classe trabalhadora, com uma liderança revolucionária, poderia estabelecer a ditadura do proletariado. Como explicamos a “terceira Revolução Chinesa”? Primeiro, devemos ter clareza de que esse não foi o padrão previsto por Trotsky. O marxismo demonstrou que, em polarizações de classe agudas, que ocorrem em todo período revolucionário, o campesinato irá se dividir entre os elementos seguindo a burguesia e aqueles seguindo o proletariado; que o campesinato sozinho não tem o poder social para derrubar a resistência dos exploradores capitalistas, nem os interesses de classe unidos necessários para estabelecer as formas de propriedade socialistas. Entretanto, a revolução chinesa de 1949 foi realizada por um partido e por um exército predominantemente camponeses, sob a liderança de uma burocracia militar pequeno-burguesa. Mas embora isso tenha sido diferente das expectativas dos trotskistas, **não contradisse** o programa marxista essencial de chamar a classe trabalhadora a estabelecer o seu próprio poder de classe, apoiada pelo campesinato, mesmo nos países atrasados, como o único meio de resolver as tarefas democráticas da revolução burguesa.

A razão fundamental para o sucesso dos Comunistas chineses baseados no campesinato foi a ausência de um proletariado lutando em seu próprio nome pelo poder. A classe trabalhadora chinesa estava desmoralizada e dizimada pelas contínuas derrotas sofridas durante a segunda revolução chinesa (1925-27). E a política posterior do PC foi desencorajar deliberadamente ações proletárias. O segundo ponto fundamental é que o resultado da vitória militar do PC chinês em 1949 não foi um Estado proletário saudável, como o criado pela Revolução Russa de 1917, mas um Estado proletário deformado, no qual o proletariado não possuía o poder político. Ao invés disso, o poder de Estado está e tem estado desde 1949 nas mãos de uma pequena casta burocrático-militar stalinista, composta pelas camadas superiores do PC chinês, pelo Exército de Liberação Popular e pela burocracia estatal. Como demonstrado pela repetida falha das políticas econômicas do regime chinês (notadamente o “Grande Salto Adiante”) e da incapacidade de criar formas democráticas de poder dos

trabalhadores (mesmo no período da demagógica “Grande Revolução Cultural Proletária”), a única forma de abrir o caminho para o socialismo na China – a completa abolição das classes sociais, é através de uma revolução política para derrubar essa casta militar-burocrática.

(Em adição, no fim dos anos 1940, o regime de Chiang era tão terrivelmente corrupto que ele virtualmente tombou por si próprio. Mukden, Pequim e Cantão, todas se renderam sem disparar um tiro ao fim da guerra civil. Além do mais, a classe dominante dos EUA tinha ficado tão descrente do governo do KMT que ela essencialmente retirou o seu apoio material no período de 1948-49. Finalmente, o exército Comunista, que estava muito necessitado de armas, repentinamente foi equipado com uma grande quantidade de moderno armamento japonês depois da ocupação russa da Manchúria. É essencial que essas circunstâncias especiais sejam entendidas. Para colocar de outra forma, estivesse o proletariado chinês lutando com sua própria bandeira, a bandeira da Quarta Internacional, a vitória dos exércitos camponeses de Mao teria sido impossível).

Hoje, depois que a mistificação da “Revolução Cultural” se desgastou e a burocracia reassumiu controle direto do governo chinês, é muito mais fácil compreender que a China, assim como a URSS, os países da Europa Oriental, Cuba, Vietnã do Norte, é um Estado proletário deformado. Entretanto, apenas os trotskistas ortodoxos tem mantido essa posição desde os primeiros momentos do regime de Mao. A resolução de 1955 da convenção do SWP sobre a revolução chinesa declarou:

“Ao longo da revolução, Mao e Cia. continuaram a impor restrições arbitrárias e limites sobre o seu curso. A reforma agrária foi realizada ‘em etapas’ e se completou somente quando o ataque do imperialismo norte-americano estimulou a oposição dos latifundiários durante a guerra da Coréia... Os stalinistas chineses foram capazes de chegar ao poder porque a classe trabalhadora chinesa estava desmoralizada pelas contínuas derrotas que sofrera durante e após a segunda revolução chinesa, e pela política deliberada do PC chinês, que subordinava as cidades, e acima de tudo o proletariado, à luta militar no campo e assim bloqueava o levantamento dos trabalhadores como uma força política independente. Assim, o PC chinês aparecia aos olhos das massas como a única organização com quadros políticos e conhecimento, apoiada, além do mais, por uma força militar.”

— **“A Terceira Revolução Chinesa e suas Consequências”, outubro de 1955**

O que é necessário é um partido que tenha a coragem de dizer a verdade às massas, mesmo em tempos em que esta possa ser pouco popular, e que entendam a dinâmica da revolução permanente para poder defender esses ganhos do ataque imperialista e levar à frente a luta em direção ao

socialismo. Os maoístas, com seus sonhos reacionários de “frentes únicas” com a “burguesia progressiva” e entusiasmo cego com a assim chamada “Revolução Cultural”, que não resolveu nada, se provaram incapazes dessa tarefa. Ela cabe aos partidários da Quarta Internacional, os verdadeiros herdeiros da tradição de Marx, Lenin e Trotsky.

7. A China de Mao: de Stalin a Nixon

Os fantasmas dos Ming e dos Manchu no Palácio Proibido devem estar dando risadas de familiaridade com a trama de seu herdeiro desleal contra o imperador. Eles sem dúvida acreditam que uma nova dinastia reina em Pequim, uma dinastia como a sua própria. Entretanto, os marxistas tem vantagem sobre esses antigos espectros, ao reconhecer que as intrigas na corte de Mao são, em última análise, geradas e moldadas pelas pressões do mundo imperialista em uma nação isolada e atrasada, que rompeu com o sistema capitalista. As lutas internas dentro da burocracia maoísta, mesmo em suas manifestações mais bizarras e personalistas, são inextricavelmente entrelaçadas com o destino da revolução chinesa e do futuro socialista da humanidade.

Tendo chegado ao poder através de um massivo levante camponês, que destruiu o capitalismo na China e estabeleceu um Estado proletário deformado, a elite nacionalista pequeno-burguesa liderada por Mao estava determinada a restaurar o status da China como uma grande potência. Durante os anos 1950, a pressão do imperialismo forçou a burocracia maoísta a permanecer no campo liderado pela URSS. Entretanto, conforme se tornou cada vez mais claro que os dirigentes do Kremlin estavam determinados a impedir a China de conseguir o seu lugar ao Sol, a burocracia chinesa rompeu com o bloco soviético. Uma vez que a China havia se livrado das amarras que a prendiam à União Soviética, o conflito entre o atraso material da China e as aspirações de grande potência dos seus dirigentes produziu uma luta fracional convulsiva no fim dos anos 1960 (a Revolução Cultural). O resultado dessa luta foi a transformação da China de Mao, desde uma aliada da União Soviética contra o imperialismo norte-americano, a uma semialiada da diplomacia imperialista contra a URSS.

A política econômica do aventureirismo burocrático

A Revolução Cultural esteve diretamente relacionada ao fracasso do Grande Salto Adiante (1958-60) e de seu impacto na posição de Mao dentro do partido. O Grande Salto Adiante, por sua vez, surgiu da impossibilidade de impor políticas stalinistas ortodoxas de industrialização durante o Primeiro Plano Quinquenal da China (1953-56). O modelo stalinista de industrialização consistia em devotar a maior parte do excedente econômico para grandes e modernos complexos da indústria pesada. A comida para a crescente classe trabalhadora urbana e a matéria prima agrícola são extraídos do campesinato através da coletivização forçada. Isso necessariamente

envolve sacrificar o rendimento final da agricultura e o consumo de comida no campo para aumentar o excedente agrícola disponível para a população urbana em crescimento. Durante os anos 1930, o consumo de comida na Rússia caiu 15 por cento e houve fome generalizada entre os camponeses, sobretudo na Ucrânia.

Entretanto, a China era simplesmente pobre demais para aplicar o método soviético e obter um crescimento econômico rápido. Comparada com a União Soviética de 1929, a China de 1953 produzia por volta de metade da quantidade de comida per capita. Uma redução na produção de alimentos comparável à que acontecera na Rússia durante os anos 1930 iria literalmente ter produzido inanição em massa na China. O conflito entre a pobreza da China e a industrialização stalinista-soviética ortodoxa veio em 1956, quando um aumento repentino no investimento criou escassez de bens de consumo e matérias primas, levando à inflação. Diferente de insistir, como Stalin havia feito, a burocracia chinesa abandonou o Primeiro Plano Quinquenal e recuou. Em 1957, o investimento acabou reduzido e trabalhadores foram dispensados e embarcados de volta para o campo.

Como frequentemente ocorre em regimes stalinistas, uma desaceleração econômica esteve associada com certa abertura política (nesse caso, o *Desabrochar de Cem Flores*). Entretanto, o aroma das flores desabrochando acabou não sendo do gosto da burocracia. O alcance e profundidade do descontentamento que o *Desabrochar de Cem Flores* revelou alarmou o regime maoísta. A burocracia sentiu necessário reassegurar sua autoridade e impor uma maior disciplina e uma sensação forçada de propósito nacional entre as massas.

Outra importante causa da política do Grande Salto Adiante adveio do estado contraditório da coletivização do campo. Ao contrário da Rússia de Stalin, a coletivização da produção agrícola até 1956 tinha um grande componente de voluntarismo. Isso foi possível porque o Partido Comunista Chinês possuía uma considerável autoridade moral entre os camponeses, em razão da sua vitória contra os latifundiários e a distribuição igualitária da terra. Os camponeses não tinham influência real sobre a escala e padrão da produção nas cooperativas. Entretanto, os quadros regionais do partido, que administravam as cooperativas, eram incumbidos de maximizar o excedente, o que significava reduzir uma grande parte da renda e aumentar o tempo de trabalho além do que os camponeses iriam concordar voluntariamente. Assim, os quadros rurais do partido receberam a incumbência de expandir a produção agrícola sem ter o poder para fazê-lo. Consequentemente, houve pressão da base do partido para transformar as cooperativas em fazendas estatais *de facto*, onde os camponeses receberiam ordens.

Essas pressões culminaram no Grande Salto Adiante de 1958. O coração da política do Grande Salto era o amálgama das cooperativas em unidades produtivas gigantescas e autossuficientes (as comunas) de muitos

milhares de famílias. Esperava-se que o sistema de comuna liberasse enormes quantidades de força de trabalho, que seriam utilizadas para expandir a indústria através de métodos artesanais, fabricar produtos industriais pesados com técnicas primitivas (os fornalhas de ferro de fundo de quintal, por exemplo) e realizar os grandes projetos de conservação de água. Os membros das comunas seriam pagos apenas na base de frutos do trabalho, na prática transformando os camponeses em trabalhadores assalariados sem direito a propriedade, fosse a sua terra ou seus produtos diretos. O Grande Salto também foi apresentado ao campesinato de uma forma que se aproximava do discurso religioso. A China iria alcançar o Ocidente em alguns anos e atingir o comunismo completamente dentro de 15 anos. Em suma, os camponeses foram informados de que depois de alguns poucos anos de heroico sacrifício, eles estariam vivendo em um paraíso na Terra.

Quaisquer que tenham sido os seus efeitos práticos em acelerar o crescimento econômico, a “visão comunista” por trás do Grande Salto Adiante era utopismo reacionário. Ao invés de o comunismo resultar de uma divisão internacional do trabalho entre vários Estados proletários avançados (e da eliminação da escassez), o “comunismo” estilo chinês chegaria através do trabalho primitivo de milhões de camponeses (ou seja, a distribuição igualitária da pobreza). Mas, enquanto houver pobreza em massas, a base econômica para a criação de uma burocracia parasita – e, em última instância, um retorno à exploração capitalista através da contrarrevolução – permanecerá. Os líderes chineses estão cientes desse fato já que, apesar da sua absurda afirmação de que a China é um Estado *socialista*, cada nova “panelinha antipartido de traidores mal-intencionados cobertos de crimes” que é expulsa, é acusada também de andar preparando o caminho para o retorno ao capitalismo. Socialismo significa a abolição das classes através da abolição da base material para a exploração de classe – a escassez econômica. Para os marxistas, o proletariado é o vetor do socialismo não apenas porque é vítima da privação e opressão, mas também porque incorpora os mais altos avanços técnicos da humanidade, a base material para uma verdadeira revolução cultural. Para os marxistas, comunismo significa a troca do trabalho de cem camponeses pelo de um trator moderno; para os maoístas, por outro lado, comunismo significa a substituição do trabalho de um trator (indisponível) pelo de cem camponeses.

Na prática, o Grande Salto Adiante foi uma tentativa sem precedentes de militarizar o trabalho. A burocracia levou os camponeses aos limites da resistência física. As condições infernais criadas pelo sistema de produção forçada podem ser vistas no fato de que foi necessário para o Comitê Central emitir a seguinte diretiva para os quadros do partido nas comunas:

“Mas em qualquer momento, oito horas de sono e quatro horas para refeições e recreação, no total 12 horas, devem ser garantidas e isto não pode

ser reduzido”.

— **Peking Review, 3 de dezembro de 1958**

Hoje é universalmente reconhecido que o Grande Salto Adiante levou a um colapso econômico único na história dos Estados sino-soviéticos. A magnitude exata do declínio na produção permanece desconhecida, porque o regime jamais publicou nenhuma estatística econômica nos anos 1960-63, o que por si só dá uma ideia da catástrofe econômica. Entretanto, uma estimativa razoável é de que a produção alimentar caiu entre 15 e 20 por cento entre 1958-60 (*Current Scene*, janeiro de 1964), enquanto a produção industrial teria caído entre 30 e 40 por cento entre 1959-62 (*China Quarterly*, abril-junho de 1970).

As razões precisas para a catástrofe causada pelo Grande Salto são numerosas. Condições climáticas foram um fator real, embora os maoístas tenham-no tornado um álibi completo. O regime, acreditando em suas próprias estatísticas terrivelmente infladas, chegou a reduzir a área para semeadura de grãos em 1959. Os administradores das comunas desviavam o trabalho para os glamorosos trabalhos de fundição e irrigação de aço, devotando muito pouco ao trabalho agrícola básico. Na histeria de produzir resultados estatísticos, o controle de qualidade foi completamente abandonado. A maior parte do aço produzido nas comunas era inutilizável e mais da metade da supostamente nova área de terra irrigável não era arável. O estímulo à autossuficiência nas comunas resultou em tentativas de fazer crescer culturas (o algodão, por exemplo) em condições geográficas impossíveis. O abrupto corte na ajuda soviética em 1960 foi também um importante fator que causou um declínio na produção da indústria pesada.

Entretanto, a verdade avassaladora é que foram a grosseira violação dos interesses proprietários do campesinato e uma rígida militarização do trabalho as causas fundamentais da catástrofe econômica. Os camponeses se rebelaram contra o sistema de comunas da única forma que podiam – se recusando a produzir. Que a indisposição do campesinato estava no coração do fracasso do Grande Salto é atestado pela própria burocracia chinesa. Em seu recuo, o regime foi forçado a fazer grandes concessões a apetites camponeses individualistas. Nesse aspecto, o Grande Salto Adiante teve um significado decisivo. Ele dissipou o capital moral que o Partido Comunista tinha alcançado na guerra civil e com a distribuição igualitária da terra. Depois de 1960, os camponeses não podiam mais ser motivados por ideais sociais ou promessas de abundância futura, apenas com base em dinheiro vivo.

O rebaixamento de Mao e o Grande Tropeço Atrás

Mao foi especialmente responsável pelo Grande Salto Adiante. E de todos os líderes do partido, ele sozinho continuou a defendê-lo. Ele até mesmo defendeu as fornalhas de fundo de quintal, ao mesmo tempo em que observava que a ausência de ferrovias na China tornava difícil usar os lingotes produzidos para qualquer propósito

útil. Enquanto o restante da liderança do partido percebeu que o Grande Salto tinha falhado porque ele atacava brutalmente o interesse próprio dos camponeses, Mao afirmava que a falha havia sido causada por “erros” e “excessos” dos representantes regionais do partido. Assim, Mao nunca rejeitou os princípios que constituíam o Grande Salto.

Já que ele continuava defendendo a política que levava a China à beira da inanição em massa, era previsível que Mao sofreria ataques de outras seções da burocracia. Em 1959, o Ministro da Defesa Peng Teh-huai, um stalinista ortodoxo pró-russo, lançou um ataque direto contra Mao por alienar as massas, produzir um caos econômico e causar fricção desnecessária com a União Soviética. Enquanto o ataque frontal do marechal Peng falhou e este tenha sido perseguido, isso enfraqueceu a estatura de Mao.

Durante 1959-61, conforme os resultados desastrosos do Grande Salto ficavam cada vez mais aparentes, Mao perdeu muito da sua autoridade entre os quadros dirigentes. Ele foi escoraçado da liderança central e substituído por um agrupamento liderado por Liu Shao-chi (o braço direito de longa data de Mao), Chou En-lai, Teng Hsiao-ping (o secretário geral do PC chinês) e Peng Chen. Mao e seus apoiadores (Lin Piao e Chen Po-ta) foram reduzidos a uma tendência crítica à esquerda dentro da liderança mais ampla do partido. As mudanças na liderança central do partido foram escondidas do público, embora dois dos apoiadores de Peng Chen (Wu Han e Teng To) tenham publicado pequenos ataques velados contra Mao, que depois serviram como pretexto para lançar a Revolução Cultural.

Para se recuperar do Grande Salto, o regime de Liu adotou uma política econômica bucharinista com respeito à produção agrícola e também industrial. As comunas foram desmontadas e substituídas pelo mais baixo nível de coletivização, a “brigada produtiva”, de cerca de vinte famílias. O livre mercado foi encorajado, assim como o foram a propriedade privada da terra e do gado. Em 1962, a colheita de grãos privada em Yunan foi maior do que a colheita coletiva. Em 1964, já havia mais lavouras privadas do que coletivas em Kweichow e em Szechuan.

Em 1961, o governo proibiu totalmente novas construções industriais. O ritmo da expansão industrial seria determinado pelo excedente de livre mercado, vindo dos camponeses e das brigadas produtivas. Sob as condições chinesas, permitir o desenvolvimento industrial ser determinado pelo crescimento do mercado camponês é profundamente antiproletário no sentido mais elementar. Em 1964, o principal projetista econômico chinês, Po I-po disse a Anna Louise Strong que o regime pretendia reduzir a população urbana a cerca de 20 milhões (Strong, *Letters from China*).

O retorno a uma economia de mercado, combinado com um agudo declínio na autoridade popular do PC, criou poderosas tendências *desintegradoras* dentro da própria

burocracia. Ganância pessoal, carreirismo, a defesa de interesses estreitos e coronelismo regional se tornaram frequentes. Durante a Revolução Cultural, houve relatos de que, em 1962, o partido de Shangai e de outras regiões requisitou grãos de Chekiang, uma das poucas regiões onde havia excedente. O Primeiro Secretário do partido em Chekiang parece ter respondido: “Chekiang não é uma colônia de Shangai... Eu tenho porcos para alimentar” (*China Quarterly*, outubro-dezembro de 1972). Essa resposta exemplifica as relações entre diferentes setores da burocracia nesse período.

Mao representava a ala nacional-messiânica e utópica da burocracia. Ele ficou, portanto profundamente perturbado pela crescente queda na disciplina, na unidade e na sensação de propósito nacional dentro do partido. Em 1962 ele estabeleceu um grupo de pressão, o Comitê de Educação Socialista, com o duplo propósito de restaurar a noção de iniciativa nos quadros do partido e de limitar a tendência rumo ao individualismo camponês na política econômica. Os esforços do Comitê de Educação Socialista se mostraram impotentes contra a força do rotineirismo burocrático.

Em vista da Revolução Cultural, é necessário enfatizar a considerável diferença entre as políticas de Mao e aquelas da liderança partidária liderada por Liu entre 1961-65. Enquanto Mao era a favor de uma maior coletivização agrícola, ele apoiava firmemente as políticas que fortaleceram o peso social do campesinato contra a classe trabalhadora, tal como transferir população urbana para o campo. Mao sempre tentou liquidar o proletariado chinês enquanto um grupo social distinto e dissolvê-lo nas massas rurais.

Não havia diferença entre Mao e Liu a respeito da sua atitude com relação ao proletariado. Isso foi demonstrado pela defesa feita por Mao do sistema “proletário-camponês” durante a Revolução Cultural, apesar da sua enorme impopularidade e das suas consequências econômicas negativas. Essa perversa política antiproletária (instituída por Liu em 1963) exigia que os camponeses realizassem trabalho industrial durante a temporada de folga. Eles recebiam menos que os trabalhadores efetivos, não recebiam benefícios sociais completos disponíveis aos trabalhadores regulares e não tinham permissão de entrar nos sindicatos. Por sua vez, os trabalhadores efetivos sindicalizados eram substituídos por “proletários-camponeses” e logo despachados forçosamente para o campo! O sistema “proletário-camponês” conforma bem o “ideal” de Mao de uma sociedade comunista e é um mecanismo efetivo para diminuir os salários e aumentar a acumulação estatal. O sistema foi a causa mais importante do levante operário durante a Revolução Cultural. Os maoístas não apenas defenderam o sistema, mas também suprimiram as organizações de contrato de trabalho que haviam surgido espontaneamente para defender os “proletários-camponeses”.

Não há nem mesmo há qualquer evidência de que havia diferenças significativas entre Mao e o resto da liderança do PC chinês sobre a política externa antes de 1965. Foram Liu e Teng, não Mao, que organizaram a campanha contra o “revisonismo Krushevista”. Muitos dos maoístas de hoje deveriam considerar que eles foram ganhos para a linha chinesa pela campanha “anti-revisionista” de Liu, Teng e companhia, *depois* de estes terem escorraçado Mao da liderança central.

Indonésia e Vietnã na Estrada para Washington

Durante uma plenária do partido em 1962, Mao revelou que Stalin não confiava no PC chinês desde o fim dos anos 1940, suspeitando de um potencial titoísmo. Mao relatou ainda que, enquanto ele buscava ganhar a confiança de Stalin, o PC chinês nunca sacrificou a sua independência. Entretanto, a polarização da guerra fria, particularmente a Guerra da Coreia, não deixou à China outra opção se não a de se tornar parte do bloco liderado pelos soviéticos. Durante meados dos anos 1950, o PC chinês buscou desenvolver a sua própria tendência dentro do bloco soviético, manobrando ativamente entre os partidos do Leste Europeu com uma linha mais independente de Moscou. Como um importante subproduto dessas atividades, o regime de Mao desempenhou um papel chave em incentivar os russos a esmagar o levante húngaro de 1956, e depois em justificá-lo internacionalmente.

Parte do “espírito de Camp David” (a coexistência pacífica entre Eisenhower e Krushev) foi a compreensão de que o Kremlin iria policiar a expansão da potência nacional chinesa. Os principais aspectos disso, que foram também os eventos que levaram ao rompimento sino-soviético, foram a tentativa de Krushev de fazer a China abandonar a sua pressão militar contra as ilhas do Estreito de Taiwan em 1958; a recusa soviética de cumprir a promessa de fornecer à China recursos para produzir armas nucleares; e a “neutralidade” pró-Índia da URSS durante a guerra de fronteira sino-indiana em 1960. O ataque político cada vez mais estridente da China aos soviéticos levou-os a reagir cortando totalmente a ajuda econômica em 1960. Essa pode ser considerada a data oficial do rompimento.

Seguido ao racha no campo soviético, a política externa chinesa consistiu de uma tentativa de se alinhar com o “Terceiro Mundo” – um termo remodelado para incluir a França de De Gaulle! – contra as duas superpotências. Nesse período, a política externa chinesa registrou alguns episódicos ganhos diplomáticos. Entretanto, em 1965, o Terceiro Mundo de repente ficou fora do alcance dos diplomatas chineses. Vários “amigos da China” foram derrubados por golpes militares, notadamente Nkrumah, que apropriadamente estava visitando a China na época. Em vista desses golpes de direita, a Segunda Conferência Afro-asiática, que os Chineses esperavam que se tornasse um fórum antissoviético, foi cancelada. Entretanto, um verdadeiro choque foi a derrubada de Sukarno na

Indonésia, que resultou na sangrenta liquidação física do PKI pró-China, na época o maior partido stalinista que não tinha poder de Estado.

Os golpes de direita que varreram a Ásia e a África em 1965 demonstraram que a força do imperialismo dos EUA não está somente no seu poder militar direto, mas também nos seus laços orgânicos com as classes possuidoras ao redor do mundo. Onde quer que a luta de classes atinja uma certa intensidade, a burguesia colonial rompe o seu flerte com Pequim ou Moscou e abraça a classe dominante norte-americana como a principal defensora da ordem capitalista em nossa época.

Com a estratégia terceiro-mundista da China enterrada sob os corpos decapitados dos trabalhadores e camponeses indonésios, um novo perigo ameaçava a China – o avanço dos EUA no Vietnã. A manifesta impotência do “Terceiro Mundo” em proteger a China, combinada com os bombardeios do imperialismo dos EUA na sua vizinhança, causou profundas diferenças dentro da burocracia. Um grupo ao redor de Liu, Peng Chen e o Chefe do Exército de Liberação Popular, Lo Jui-ching, queriam evitar a deterioração das relações com a União Soviética e arranjar um tipo de frente única militar com o Kremlin em cima do Vietnã. O grupo de Mao e Lin queria continuar a escalar o rompimento com a URSS e, acima de tudo, impedir outra situação como a da Guerra da Coréia.

Em certo sentido, a primeira batalha da Revolução Cultural foi travada no alto comando do ELP. Sob o pretexto de “profissionalismo” contra “política”, ela foi, na realidade, uma luta em cima da política para o Vietnã e uma aliança militar soviética. Lo Jui-ching queria se preparar ativamente para uma possível intervenção massiva por terra no Vietnã. Do outro lado, um chamado pela “guerra popular” foi na verdade um chamado para um retrocesso da guerra do Vietnã de volta ao nível de guerra de guerrilhas, para evitar o perigo de que a China fosse mergulhada em outra situação como a da Coréia. A vitória de Lin sobre o chefe do Estado-maior foi a primeira vitória do isolamento militar da China.

O ponto decisivo veio no início de 1966, quando o Partido Comunista Japonês pró-China tentou organizar uma frente única militar das potências comunistas na questão do Vietnã. Uma declaração conjunta dos PCs japonês e chinês sobre o Vietnã foi acordado sem atacar os russos de “revisão”, e dessa forma abrindo a porta para colaboração sino-soviética. Na última hora, Mao sabotou o acordo e atacou abertamente os líderes do partido, sobretudo Peng Chen, que eram responsáveis por ele. Mao estava determinado a não provocar a suspeita dos norte-americanos através de uma mostra de solidariedade com a Rússia. Sob o pretexto de combater o “revisão”, Mao informou em seguida ao imperialismo dos EUA que, enquanto a China não fosse diretamente atacada, ela não iria intervir mesmo diante dos ataques mais assassinos contra os trabalhadores e camponeses de outros países. Assim, a *détente* com os EUA não era apenas um giro à

direita marcando um recuo da Revolução Cultural. O apetite de Mao para uma aliança com o imperialismo dos EUA, para melhor travar a luta com a sua “contradição principal” na forma do “social-imperialismo soviético”, foi de fato um dos eixos centrais da “Revolução Cultural”.

Havia uma conexão clara entre as divisões fracionais acerca da política interna e externa. Como o grupo liderado por Liu estava pronto a deixar a burocracia afundar no carreirismo rotineiro e nos privilégios extravagantes, e a deixar a economia expandir no ritmo da vontade dos camponeses, esse grupo só podia conceber a defesa da China estando dentro da esfera militar soviética. Já que Mao e Lin estavam determinados a fazer da China uma superpotência sem concorrência, eles estavam prontos a mobilizar e disciplinar a burocracia e as massas para superar o atraso social da China tão rapidamente quanto possível.

A Antiproletária Revolução Anticultural

Em uma frase, a Revolução Cultural era uma tentativa de mobilizar as massas para criar as condições materiais para a política de grande potência da China, na base de um grande fervor nacional messiânico. Para fazer isso, os maoístas tinham que expurgar uma burocracia administrativa cada vez mais conservadora e interessada no próprio umbigo. Para essa tarefa, Mao buscou os oficiais do ELP e a juventude estudantil de origem pobre. Uma vez tendo sido expurgado das tendências conciliacionistas pró-russas, era natural que o corpo de oficiais se encontrasse no campo maoísta. A posição social dos oficiais os levou a ficarem mais preocupados com a força em longo prazo do Estado chinês do que com estreitos interesses locais. Além disso, eles foram removidos da pressão direta das massas chinesas e naturalmente foram a favor de extrair um excedente maior para a produção de armas. A juventude estudantil chinesa era, na maior parte das vezes, a burocracia de amanhã. Eles eram os herdeiros do governo chinês e queriam que esse governo fosse grande e poderoso e os seus indivíduos fossem dedicados e sérios. Os interesses restritos de uma juventude pequeno-burguesa ambiciosa e estudada são futuramente aqueles das camadas pequeno-burguesas. Por essa razão, eles facilmente adotaram os ideais utópicos e atacaram aqueles cujos problemas cotidianos impediam esses ideais de serem realizados.

Com o apoio de Lin e do comando do ELP, Mao facilmente se livrou de seus principais oponentes fracionais – Liu, Teng e Peng – em 1966, antes de a Revolução Cultural ser levada para as ruas. O expurgo completo da burocracia provou-se mais difícil. No fim, acabou se provando impossível. Para entender como os entrincheirados burocratas resistiram à Revolução Cultural, é necessário ver o que aconteceu quando os “revolucionários proletários” do Exército Vermelho confrontaram o proletariado chinês – do outro lado das barricadas!

Quaisquer fossem as ilusões das massas chinesas sobre a Grande Revolução Cultural Proletária, rapidamente ficou claro que ela não significava mais para o proletariado. Sob o slogan de combater o “economicismo”, os maoístas radicais deixaram claro que eles tinham a intenção de baixar os salários e intensificar o ritmo de trabalho. Durante 1966, houve uma onda de lutas operárias culminando na greve geral de Shangai e na greve nacional dos ferroviários em janeiro de 1967, o maior embate entre o proletariado chinês e o governo stalinista até hoje.

Os trabalhadores ferroviários eram uma das seções mais conscientizadas do proletariado na sociedade chinesa, com as suas próprias sedes e escolas. A Revolução Cultural foi particularmente dura com os ferroviários porque, além do tráfego normal, eles tinham de transportar enormes exércitos de Guardas Vermelhos ao redor do país. Em adição, era-lhes exigido estudar o Pensamento do Presidente Mao depois de um longo dia de trabalho. Em razão do tráfego extra, os regulamentos de segurança existentes foram violados. Quando os trabalhadores reclamaram, os Guardas Vermelhos atacaram o “velho regulamento [de segurança] que não está conforme o pensamento de Mao Tse-tung” (*Current Scene*, 19 de maio de 1967). Sem dúvida os Guardas Vermelhos acreditavam que o pensamento de Mao era mais poderoso do que as leis da Física! O sindicato das ferrovias em Shangai organizou outros trabalhadores em negociações centrando em reduzir as longas horas de trabalho ou em receber por elas. Em dezembro, as autoridades locais garantiram um aumento geral nos salários. Quando a direção central maoísta em Pequim reverteu o aumento salarial, as ferrovias de Shangai e de toda a China pararam de funcionar.

Os Guardas Vermelhos e o ELP derrubaram o governo local de Shangai e seguiram para esmagar a greve. A famosa “Carta a Todo o Povo de Shangai” (*Shangai Liberation Daily*, 5 de janeiro de 1967) começava com a ordem: “Contenham a Revolução, Estimulem a Produção”. A “Carta” seguia culpando os elementos antipartido por incitar os trabalhadores a deixar seus postos e chamava a convergir com Pequim. Essa era uma propaganda curiosa vinda de supostos líderes de uma revolução “proletária” contra aqueles que detinham o poder político. A greve dos ferroviários demorou a ser suprimida e os estudantes universitários tiveram que ser usados como fura-greves sem qualificação.

Depois dos eventos de janeiro de 1967, aqueles burocratas sob ataque dos Guardas Vermelhos tiveram poucos problemas para organizar os seus próprios “Guardas Vermelhos”, compostos de trabalhadores, para defendê-los. Os trabalhadores sentiram que, se os Guardas Vermelhos tomassem o poder, eles iriam trabalhar doze horas por dia, sete dias por semana e estudar o Pensamento de Mao por mais oito horas. E nas batalhas de rua que aconteceram pelas cidades da China, os maoístas radicais não estavam ganhando.

Apesar da “participação” das massas, a Revolução Cultural permaneceu uma luta *entre* a burocracia. Era uma batalha entre a fração Mao-Lin e o aparato conservador, atomizado do partido. Em geral, os estudantes e trabalhadores foram organizados e cinicamente manipulados pelas tendências da burocracia. Os marxistas revolucionários não poderiam apoiar qualquer dos lados, fosse o nacionalismo utópico-militarista da fração de Mao ou os vários carreiristas lutando para manter seus postos.

Do ponto de vista dos comunistas, a Revolução Cultural polarizou a sociedade chinesa ao longo das linhas erras, ao colocar uma juventude estudantil subjetivamente revolucionária, que acreditava estar combatendo o burocratismo, contra trabalhadores defendendo as suas condições de vida. Houvesse uma organização trotskista na China capaz de intervir, a sua tarefa teria sido romper com essas falsas linhas de divisão e construir uma oposição comunista genuína à burocracia como um todo.

Para os Guardas Vermelhos, os comunistas teriam dito o seguinte: Primeiro, a consciência comunista entre os trabalhadores não pode ser criada por meio de métodos de misticismo religioso (o espírito de Mao dominou sua alma?), mas apenas quando os trabalhadores forem realmente responsáveis por governar a sociedade chinesa através de instituições democráticas. Segundo, o conceito de socialismo deve ser extirpado do ascetismo de quartéis militares. Comunistas se preocupam genuinamente com o bem-estar material das massas e não glorificam a pobreza e o trabalho sem fim. E, talvez mais importante, uma sociedade comunista não pode ser construída na China simplesmente através da vontade e dos sacrifícios do povo Chinês. Isso exige o apoio de revoluções proletárias vitoriosas nos países capitalistas avançados – revoluções que são impedidas pela política externa da China stalinista. Uma tarefa central para os comunistas chineses é usar o poder e a autoridade do Estado chinês para avançar a revolução socialista mundial. Isso significa não apenas um rompimento com o apoio dado a regimes nacionalistas burgueses antiproletários, mas também exigindo imediatamente um bloco militar com a União Soviética, mais urgentemente na Indochina, mesmo enquanto a URSS permanece sob domínio burocrático.

Para aqueles trabalhadores que tiveram o impulso de defender os burocratas no poder contra os maoístas radicais, os trotskistas teriam dito o seguinte: os interesses materiais dos trabalhadores não podem ser avançados apoiando os elementos “moderados” da burocracia. Esses interesses materiais só podem ser atendidos quando um governo dos trabalhadores controlar a economia chinesa, substituindo o controle destrutivo da burocracia conservadora. Para manter o poder político, o governo dos trabalhadores teria realmente que controlar o aumento dos salários para poder gerar excedente necessário para propósitos militares e para absorver o campesinato à força de trabalho industrial. A ditadura do proletariado não pode sobreviver com uma classe trabalhadora pequena e aristocrática cercada por um mar de camponeses

empobrecidos. Entretanto, uma melhoria fundamental nas condições materiais da população chinesa só pode vir através de recursos obtidos de Estados proletários mais avançados. Ajuda econômica à China através da revolução internacional não precisa ser uma perspectiva de longo prazo. Uma revolução proletária na China daria um enorme ímpeto para a revolução socialista no Japão, a potência industrial da Ásia, com um proletariado altamente consciente e uma estrutura social frágil. O desenvolvimento complementar, planejado, do Japão e da China iria avançar muito rumo à superação da pobreza da população chinesa. Essa era a política que o movimento trotskista deveria ter apresentado aos trabalhadores e estudantes chineses se digladiando durante a Revolução Cultural.

Quem foram os vencedores?

Com os burocratas no poder conseguindo mobilizar grupos de trabalhadores para lutar contra os Guardas Vermelhos, os maoístas radicais ficaram num beco sem saída. O centro maoísta tomou então uma ação que mudou fundamentalmente o curso da Revolução Cultural e acabou por levá-la ao fim. Em fevereiro de 1967, o exército foi chamado para ajudar os Guardas Vermelhos a “tomar o poder”. Mas o corpo de oficiais do ELP é carne e sangue da burocracia, ligado ao resto da oficialidade da China por inúmeros laços sociais e pessoais. Como uma condição para apoiar os Guardas Vermelhos, o comando do ELP exigiu que não houvesse expurgos grandes nos administradores no poder, que lhes permitissem se reabilitarem. Isso foi a assim chamada “política dos quadros moderados”. O papel do ELP ao preservar a burocracia foi codificado através de uma mudança no programa formal da Revolução Cultural. Quando lançado em 1966, a Revolução Cultural iria supostamente produzir um sistema político modelado na Comuna da Paris. No começo de 1967, isso foi modificado para a assim chamada “tripla aliança” de “rebeldes revolucionários” (Guardas Vermelhos), o ELP e os “quadros revolucionários” (os burocratas no poder). Claramente o corpo de oficiais estava no comando.

A verdadeira relação entre o ELP e os Guardas Vermelhos foi revelada pelo famoso incidente de Wuhan em agosto de 1967, embora o comandante do exército tenha ido longe demais. Em uma luta fracional entre dois grupos de Guardas Vermelhos, o comandante do exército naturalmente apoiou o mais direitista. Quando dois emissários maoístas vieram de Pequim para apoiar a fração mais radical, o comandante mandou prendê-los. Por esse ato de quase motim, ele foi demitido. Entretanto, o destino dos principais envolvidos no incidente de Wuhan é bastante significativo. O comandante rebelado, Chen Tsai-tao, está hoje de volta ao poder, enquanto os dois emissários maoístas foram expurgados como “ultra-esquerdistas”.

O incidente de Wuhan colocou temporariamente o centro maoísta contra o comando do ELP e a Revolução Cultural

atingiu o seu pico de violência anárquica, incluindo o incêndio da chancelaria britânica. Por volta do fim de 1967, a pressão do comando do ELP para acabar com os Guardas Vermelhos se tornou irresistível.

A edição de 28 de janeiro de 1968 de *Liberation Army Daily* anunciou que o ELP iria “apoiar a esquerda, mas nenhuma facção em particular” — uma ameaça não tão velada de esmagar os Guardas Vermelhos. O artigo seguia atacando o “fracionalismo pequeno-burguês”. Por volta da mesma época, Chou En-lai afirmou que a liderança da Revolução Cultural tinha passado dos estudantes e juventude para os trabalhadores, os camponeses e os soldados. Ao longo de 1968, ataques contra o “fracionalismo pequeno-burguês”, o “anarquismo” e o “sectarismo” abafaram os ataques contra a “tomada de rumo capitalista” e o “revisonismo”.

E tudo terminou em mangas. A cortina caiu sobre a Revolução Cultural em agosto de 1968, quando Mao entrevistou pessoalmente para resolver uma luta fracional entre Guardas Vermelhos estudantes na Universidade Tsinghua em Pequim, onde havia se formado o primeiro grupo de Guardas Vermelhos. Tendo falhado em resolver a disputa a seu gosto, Mao supostamente teria dito: “Vocês me deixaram triste, e ainda pior, vocês desapontaram os trabalhadores, camponeses e soldados da China.” (*Far Eastern Economic Review*, 29 de agosto de 1968). Dentro de 48 horas, o primeiro “Time de Propaganda do Pensamento Operário-Camponês de Mao Tse-tung”, comandado pelos oficiais do ELP, chegou na Universidade de Tsinghua e dissolveu os Guardas Vermelhos. Por este serviço, o Presidente enviou pessoalmente ao grupo um carregamento de mangas como presente. Os Guardas Vermelhos fora suprimidos por meios similares pelo país. Os ativistas mais resistentes foram enviados para o interior para “remodelar” o seu pensamento através do trabalho com os camponeses, o destino usual daqueles que “despontam” Mao.

A fração de Mao não ganhou a Revolução Cultural. Mao claramente esperava substituir a burocracia administradora por quadros inequivocamente leais a ele, intercalados com jovens “clones” seus, e gerando entusiasmo de massa enquanto fazia isso. Ao invés disso, a reação popular contra a Revolução Cultural fortaleceu a resistência da burocracia que detinha o poder. Uma vez que o exército foi chamado indiretamente, Mao foi forçado a desempenhar um papel bonapartista entre os oficiais do ELP, que representavam o conservadorismo burocrático, e a juventude estudantil radical.

Que a burocracia foi largamente mantida se demonstra pela composição do Comitê Central eleito no Nono Congresso do PC chinês em 1969 – o assim chamado “Congresso dos Vencedores”. A média de idade do CC era de 61 anos e o tempo médio de partido de 25 anos. Dois terços do CC eleito em 1945 (que não haviam morrido e nem sido expurgados antes da Revolução Cultural) foram reeleitos para o Comitê Central de 1969! Na verdade, o

CC de 1969 mostrou um aumento na proporção de oficiais do ELP (45 por cento). Dificilmente o que um ingênuo entusiasta maoísta poderia esperar do posteriori de uma suposta “revolução” antiburocrática!

A liquidação final da Revolução Cultural veio com a queda da fração de Lin. Lin Piao estava associado com uma série de políticas manifestamente fracassadas. No campo da economia nacional, ele foi acusado de querer lançar um impulso na produção em 1969 e de “permitir que os camponeses pudessem ser privados de sua renda legítima” (*Far Eastern Economic Review, 1973 Yearbook*). Claramente, Lin estava pressionando por outro Grande Salto Adiante. Entretanto, a Revolução Cultural havia demonstrado enorme descontentamento econômico e a disposição dos trabalhadores em combater o regime para preservar as suas condições de vida. A campanha por um Grande Salto Adiante em 1969 poderia ter sido suicida. De fato, desde a Revolução Cultural, a economia chinesa tem estado mais orientada para o mercado, mais desigual, e mais localizada do que ela era em 1965. O regime de Mao/Chou parece ansioso para garantir às massas que grandes sacrifícios econômicos não lhes serão exigidos. Quase todo pronunciamento oficial sobre política econômica afirma o direito do campesinato a um terreno privado.

Na política externa, o homem que anunciou que “o campo do mundo conquistará as cidades do mundo” foi igualmente derrotado. No fim dos anos 1960, somente um idiota político poderia acreditar que a China estava liderando de forma bem sucedida o “Terceiro Mundo” contra os EUA e a Rússia. A Revolução Cultural deixou a China diplomaticamente isolada. Apesar da Guerra do Vietnã, a política externa dos EUA ao longo de 1968 continuou a se orientar para um bloco com a Rússia contra a China. Com as condições objetivas favoráveis para ganhos diplomáticos e econômicos, um giro à direita na política externa era inevitável. É provável que Lin tenha rompido em oposição à reaproximação com Nixon.

Com sua base no exército, Lin sem dúvida lançou uma luta fracional contra o eixo emergente de Mao/Chou. Ele perdeu. É bem possível que ele tenha planejado um golpe militar como os maoístas afirmam. Entretanto, qualquer mal que Lin possa ter desejado a Mao e Chou enquanto estava vivo, o seu cadáver foi mais do que compensado por isso. Ele é o bode-expiatório perfeito para tudo que deu errado em razão da Revolução Cultural. Toda vez que um “defensor do rumo capitalista” expurgado é reconduzido ao poder, foi Lin que conspirou contra ele. Quando Chou pediu desculpas aos britânicos pelo incêndio na sua chancelaria, ele pôs a culpa em Lin.

A cada dia que passa, as vítimas da Revolução Cultural parecem substituir os vencedores. Mesmo o “número dois no comando para tomar o rumo capitalista”, Teng Hsiao-ping, está de volta à estrada com Mao. E ainda assim a Revolução Cultural deixou claramente um partido bastante dividido. O segredo e a extrema rapidez do

Décimo Congresso do Partido aponta uma situação interna tensa. É como se a menor concessão formal à democracia intrapartidária fosse produzir um fracionalismo mortífero. A elevação do desconhecido Wang Hungwen a número três é provavelmente colher-de-chá aos maoístas radicais que compreensivamente não confiam em Chou En-lai — o homem que nunca está do lado derrotado de uma luta fracional. Entretanto, Wang é provavelmente uma figurinha sem base real nos quadros do partido. Quando Mao morrer, o PC chinês deve ter uma crise de sucessão que vai fazer a Revolução Cultural parecer uma conversa educada. É claro, o proletariado chinês deve tirar da agenda a questão de qual burocrata aspirante vai tomar o lugar de Mao, estabelecendo o seu próprio domínio democrático de classe.

Abaixo Mao e Brezhnev! Por Unidade Comunista Sino-soviética!

O desenvolvimento mais importante desde a Revolução Cultural foi nas relações externas da China. As relações do país com a União Soviética pioraram drasticamente, chegando a sinalizar um conflito armado em 1970. A fronteira sino-soviética tornou-se uma das fronteiras mais militarizadas do mundo. O novo caso de amor do regime de Mao/Chou com Richard Nixon é claramente considerado como um contraponto ao que ela vê como o seu inimigo principal — a União Soviética. No ano passado, a tentativa chinesa para alinhar o imperialismo ocidental contra a União Soviética atingiu um novo pico. A China está fazendo campanha para fortalecer a OTAN para desviar o exército russo da Sibéria. Por exemplo, em 3 de agosto, a publicação oficial *Peking Review* cita de forma aprovadora a carta do Lord Chalfont para o *London Times* chamando pela expansão da OTAN:

“Chalfont tem recentemente publicado uma série de artigos no *The Times* para expor a ameaça soviética contra a segurança da Europa, e feito um apelo pelo fortalecimento de uma cooperação defensiva dos países da Europa Ocidental.”

Qualquer que sejam as mudanças episódicas que ocorram nos humores diplomáticos, a relação objetiva do imperialismo dos EUA para com a União Soviética é fundamentalmente diferente daquele com relação à China. A União Soviética é economicamente e militarmente superior à China, e rival militar dos EUA. Portanto, a União Soviética é que é o centro dos regimes anticapitalistas do mundo e o principal obstáculo objetivo ao imperialismo dos EUA (Poderia a China ter sustentado os cubanos sob o embargo dos EUA?). A União Soviética poderia derrotar a China em uma grande guerra sem a intervenção imperialista, enquanto a China só poderia esperar a vitória em aliança com outra potência. Assim, a lógica do triângulo de grandes potências é de uma aliança EUA-China contra a União Soviética. Entretanto, a política das grandes potências não é historicamente racional, e um ataque dos EUA e da União Soviética contra a China permanece uma possibilidade.

Sob quaisquer circunstâncias, uma guerra entre a Rússia e a China seria um enorme retrocesso para a causa do socialismo. Se eclodir uma guerra sino-soviética independente da intervenção direta do imperialismo, tal como uma versão expandida do conflito de fronteira de 1970, os trotskistas devem chamar por derrotismo revolucionário para ambos os lados. Entretanto, se os EUA se aliarem a um dos lados em uma guerra sino-soviética de forma que o resultado significasse restauração do capitalismo através da vitória imperialista, os trotskistas devem chamar pela defesa militar incondicional do Estado proletário deformado ou degenerado diretamente sob o ataque do imperialismo dos EUA.

O foco do conflito russo-chinês é a fronteira siberiana. Significativamente, a base legal para as reivindicações conflitantes é um tratado do século dezoito assinado pela dinastia Romanov e pelos Manchu — que, como todos sabemos, tinham escrúpulos em sua preocupação com os direitos nacionais! Aqueles que são novos no movimento socialista podem achar difícil compreender porque a liderança de um Estado proletário deformado está disposta a ir à guerra contra outro Estado proletário degenerado por uma fatia de território vagamente habitada e conviver com potências capitalistas para fazê-lo. Isso significa que Estados proletários podem ser imperialistas, assim como potências capitalistas? Existe um impulso econômico tornando inevitável a guerra entre esses dois países comandados por stalinistas? Não mesmo.

Na verdade, os regimes de Moscou e Pequim são *politicamente* ameaçados pela própria existência de um e de outro, já que ambas potências afirmam representar os interesses dos trabalhadores mas são na verdade instrumentos de uma burocracia isolada que só pode se manter no poder suprimindo forçosamente qualquer vida política do proletariado. Krushev e Brezhnev lidaram com Liu e Mao da mesma forma com a qual Stalin lidou com Tito (contra o qual ele tinha reclames territoriais) e cada oposição interna, desde Trotsky pela esquerda até Bukharin pela direita, e mesmo com membros potencialmente independentes das suas próprias frações também. Uma tendência competidora afirmando representar os trabalhadores e com os recursos de poder de Estado para propagar as suas visões é duplamente ameaçador para a precária estabilidade desses regimes antiproletários.

Como Trotsky apontou, as origens da degeneração burocrática da União Soviética podem ser traçadas desde a limitação nacional e isolamento da Revolução Russa em um país atrasado. Isso levou à elaboração da ideologia nacionalista do “socialismo em um só país” — uma *necessária falsa consciência* para uma camada burocrática dominante. Assim, esses supostos “comunistas” falam da boca para fora de internacionalismo proletário, mas ao mesmo tempo acreditam que é seu dever sagrado expandir a sua pátria-mãe. E o que é verdade para Moscou é

igualmente verdade para Pequim ou para as burocracias nacionalistas de segunda ordem, como a de Sofia (Bulgária), Tirana (Albânia), etc.

No conflito a respeito da Sibéria, os russos agora tem uma vantagem esmagadora. Em adição a uma absoluta superioridade nuclear, o exército soviético teria uma vantagem em guerra convencional, apesar das maiores reservas populacionais da China. O lado russo da fronteira é muito mais densamente povoado. E os povos de fala turca que habitam a fronteira norte da China tem rancor pelos séculos de chauvinismo Han, e podem muito bem ser simpáticos aos russos. O Kremlin também está dando duro, por sua parte, para conseguir apoio de potências capitalistas. Para além de considerações puramente financeiras, uma grande razão para que Brezhnev esteja tão ansioso para ter capital estrangeiro nos campos de óleo e gás siberianos é para dar aos EUA e ao Japão um bom motivo para querer que a Sibéria permaneça sendo russa.

Entretanto, a vantagem militar do exército soviético está sendo rapidamente diminuída pelo desenvolvimento da capacidade militar chinesa. Assim, existe agora pressão no regime de Brezhnev para realizar um ataque nuclear preventivo contra a China antes que os chineses desenvolvam uma capacidade de retaliação maior. As autoridades soviéticas estão atualmente criando um grande temor de guerra, particularmente entre os residentes da Sibéria, baseado no pior tipo de racismo do “perigo amarelo”. Um correspondente do *Economist* de Londres (25-31 de agosto) citou um professor escolar na Sibéria declarando que:

“A rádio chinesa, transmitindo em russo, ameaçou que os chineses iriam ocupar o sul da Sibéria, matar todos os homens russos e raptar as mulheres russas para casarem.”

Se governos proletários revolucionários estivessem no poder em Moscou e Pequim, o conflito a respeito da Sibéria seria facilmente resolvido nos interesses dos trabalhadores russos e chineses. A Sibéria seria aberta para a imigração chinesa e administrada conjuntamente para garantir um rápido desenvolvimento econômico. Além disso, a existência dos Estados proletários revolucionários unificados da Rússia e da China poderia lançar a faísca para a revolução socialista japonesa, liberando os recursos econômicos do Japão para o desenvolvimento da Sibéria, assim como o da China.

Os trotskistas entendem que as burocracias stalinistas estão presas em uma posição fundamentalmente contraditória. Por um lado, elas buscam se defender do ataque imperialista, enquanto por outro elas lutam por uma convivência impossível com as potências capitalistas e temem acima de tudo o espalhar da revolução pelo mundo, que iria inevitavelmente derrubar os seus regimes parasitários. Em longo prazo, os Estados proletários deformados (Estados baseados em formas de propriedade coletivizada comandados burocraticamente) podem

sobreviver apenas através da extensão internacional do poder dos trabalhadores. Ao defenderem políticas nacionalistas, as burocracias stalinistas da Rússia e da China enfraquecem a ditadura do proletariado e abrem o caminho para a sua derrubada por uma contrarrevolução interna ou conquista imperialista. A revolução chinesa (a mais importante derrota para o imperialismo desde a Revolução de Outubro na Rússia) está agora mortalmente ameaçada por uma guerra nuclear. Uma guerra não com uma potência imperialista, mas com outro poderoso Estado proletário burocratizado – a União Soviética.

Apenas derrubando os governos reacionários de Mao e Brezhnev podem as massas trabalhadoras russas e chinesas impedir uma guerra uma contra a outra e, ao invés disso, trazer a unificação política, militar e econômica dos Estados sino-soviéticos contra o capitalismo mundial.

Por Unidade Comunista Contra o Imperialismo Através de Revoluções Políticas Proletárias nos Estados Sino-Soviéticos!

Pela Defesa das Revoluções Russa e Chinesa Através da Revolução Proletária Internacional!

8. Trotskismo vs. Revisionismo no SWP

Os últimos quatro artigos da série do *Guardian* sobre “O Legado de Trotsky” são dedicados a mostrar que o trotskismo é reformista e “contrarrevolucionário” discutindo a atual política do Socialist Workers Party (SWP) e, em menor extensão, da Workers League (WL). Nenhuma vez a Liga Espartaquista é mencionada. Isso não é acidente. O SWP, que certa vez foi o partido principal da Quarta Internacional, há muito abandonou o caminho do trotskismo revolucionário pelo pântano do reformismo. Primeiro se adaptando ao castrismo em 1961-63, ao prever uma “via guerrilheira para o poder” e ao nacionalismo negro com a teoria de que um “nacionalismo consistente” leva ao socialismo, o SWP fez seu mergulho no reformismo em 1965, tornando-se o organizador de um movimento de frente popular contra a guerra, dominado por políticos liberais burgueses. Desde então, ele estendeu o seu colaboracionismo de classes em novas arenas, organizando movimentos setorialistas pela demanda “democrática” de autodeterminação para simplesmente todo mundo, desde os negros (controle comunitário) e mulheres, até os homossexuais e os nativos norte-americanos.

Os mercenários políticos da WL, por outro lado, fizeram da sua marca na esquerda socialista dos EUA a constante mudança na sua linha política para poderem se adaptar temporariamente ao que quer que tenha popularidade em determinado momento (Huey Newton, os Guardas Vermelhos, Ho Chi Minh, os nacionalistas árabes, burocratas sindicais com discursos de esquerda), apenas para logo depois voltar a uma posição mais “ortodoxa”.

Suas constantes são uma crença de que uma abrangente crise final do capitalismo vai eliminar a necessidade da luta pela política bolchevique do Programa de Transição e uma paixão permanente por seguir traidores dos trabalhadores de qualquer marca, desde pseudo-radicais até ultraconservadores.

Assim, é fácil “provar” que o trotskismo é reformista citando as políticas do SWP e da WL. Mas isso tem tanto valor quanto “provar” que Lenin defendia um “caminho pacífico para o socialismo” citando Kruschev.

Feminismo e Trotskismo

Em razão das traições podres do SWP durante a última década, o trotskismo se confundiu nas mentes de muitos militantes com o mais crasso reformismo rastejando diante da burguesia liberal. Isso também dá a maoístas como Davidson um monte de oportunidades para fazer ataques corretos:

“A perspectiva deles [SWP] é seguir de forma oportunista cada desenvolvimento espontâneo nos movimentos democráticos de massas. Cada grupo de indivíduos, em sucessão, é então rotulado como a ‘vanguarda’ a liderar o proletariado ao socialismo, com a provisão adicional de que a ‘vanguarda da vanguarda’ em cada setor é atualmente composto da juventude estudantil.”

— *Guardian*, 13 de junho de 1973

Essa teoria, antigamente chamada de “dialética dos setores de intervenção” pelos amigos europeus do SWP, é uma negação do papel de liderança do proletariado e é expresso na sua capitulação programática ao feminismo pequeno-burguês, ao nacionalismo, ao setorialismo estudantil, etc. Em outros momentos, Davidson critica o SWP por correr atrás do nacionalismo da pequeno-burguesia negra e a WL por seguir o chauvinismo da aristocracia operária (*Guardian*, 30 de maio de 1973). Novamente isso está correto.

Mas tais críticas são rasas – não representam o menor passo rumo a um programa marxista para a luta de classes proletária. Assim, depois de criticar o SWP por capitular às feministas pequeno-burguesas, Davidson contrapõe a “luta democrática de massas pela emancipação das mulheres”. Essa é a ponta do iceberg, já que por trás da contenção da luta pela liberação da mulher como algo meramente “democrático” (e não socialista) está também o seu chamado pela manutenção da família burguesa (simplesmente “reformando-a” ao chamar para “que os maridos dividam igualmente as responsabilidades do lar”) e por uma aliança “mesmo com as mulheres das classes exploradoras”.

A SL incorpora o programa trotskista

Ao invés de capitular ao pacifismo burguês, a SL chamou

por oposição classista contra a guerra do Vietnã: por greves operárias contra a guerra, burguesia fora do movimento antiguerra, apoio militar para a NLF vietnamita, toda a Indochina deve se tornar comunista; ao invés da recusa pequeno-burguesa ao recrutamento, a SL ficou sozinha ao consistentemente reivindicar trabalho comunista no exército.

Ao invés de capitular ao nacionalismo burguês, a SL chamou pelo fim a toda discriminação com base na cor, oposição ao controle comunitário e contratação preferencial, e por uma organização transitória negra baseada em um programa de luta de classes unitária.

Na luta pela liberação das mulheres, a SL se opôs à capitulação ao feminismo burguês e, ao mesmo tempo, ao abstencionismo reacionário de vários grupos obreiristas a esta questão. Nós chamamos pela liberação das mulheres através da revolução socialista, políticos burgueses fora do movimento das mulheres, aborto gratuito conforme a demanda e adotamos a perspectiva da eventual criação de uma seção de mulheres da SL, como vislumbrado pela Internacional Comunista nos seus primeiros anos.

Sozinha dentre todas as organizações marxistas, a SL defendeu as normas leninistas de relações entre a juventude e o partido, com sua seção de juventude (Juventude Comunista Revolucionária, RY [hoje Liga da Juventude Spartacus, SYL]) organizativamente separada mas politicamente subordinada ao partido.

Nacionalismo vs. Luta de Classes

Na questão do nacionalismo negro, Davidson critica o SWP por capitular a nacionalistas pequeno-burgueses e então declara que os negros nos Estados Unidos constituem uma nação e que devem ter o direito de se separarem. A teoria nacionalista de uma “nação negra” nos EUA ignora o fato de que os negros (e outras minorias étnico-raciais) estão profundamente integrados na economia dos EUA, ainda que esmagadoramente nos níveis mais baixos, não tem um território comum, um idioma ou cultura em separado. Os movimentos “de volta para a África” de Garvey, a teoria de uma nação negra e todas as outras formas de separatismo negro tem o efeito principal de dividir o proletariado e isolar a sua seção mais explorada, e mais potencialmente revolucionária, em organizações separadas lutando por objetivos diferentes. Ambos os SWP, com o seu entusiasmo pelo controle comunitário, e os maoístas, como a Liga Outubro de Davidson, e a Liga Comunista com os seus conceitos utópico-reacionários de uma nação negra, servem para desunir a classe trabalhadora e *para atá-la à burguesia*. O entusiasmo do SWP por um partido político negro levou-o a se empolgar com as ações dos Democratas negros (como a convenção de Gary em 1971), enquanto o separatismo negro ajuda os demagogos burgueses nacionalistas como Imamu Baraka (Leroi Jones) – apoiado pela Fundação Ford de Newark.

Em parte a capitulação ao nacionalismo negro por amplos setores da esquerda dos EUA é um reconhecimento distorcido de que esse setor mais explorado da classe trabalhadora vai, de fato, desempenhar um papel chave na revolução socialista nos Estados Unidos. Os trabalhadores negros são potencialmente a seção líder do proletariado. Mas isso exige uma integração dos seus elementos mais conscientes ao partido de vanguarda único e uma luta implacável entre os trabalhadores negros pelo programa da luta de classe conjunta. Conscientes das necessidades de métodos especiais de trabalho entre os setores duplamente explorados do proletariado, a SL chamou por uma organização negra transitória, não como uma concessão ao separatismo negro, mas precisamente para melhor combater o nacionalismo entre as massas negras (“Black and Red – Class Struggle Road to Negro Freedom”, *Spartacist*, maio-junho de 1967).

Leninismo vs. Movimentismo

Desde o fim da fração Weatherman-RYM II da SDS¹ em fins de 1969*, o nacionalismo negro e o feminismo tem sido postos juntos por um movimentismo grosseiro como a forma dominante de ideologia pequeno-burguesa no movimento socialista. Adaptando-se à atual consciência atrasada da classe trabalhadora, os movimentistas buscam ganhar popularidade instantânea e influência se organizando no nível de um sindicalismo combativo. Falhando em prestar atenção (e em alguns casos negando) o ensinamento de Lenin de que a consciência socialista deve ser trazida à classe trabalhadora pelo partido revolucionário, os movimentistas radicais de hoje realizam um trabalho sindical que de forma alguma se distingue daquele feito pelo reformista Partido Comunista/EUA nos anos 1930 e 1940. Capitulando a cada burocrata com um discurso mais combativo que aparece, e não menos a pequenos burocratas dentro da própria organização, eles falham em travar uma luta política nos sindicatos, guardando o seu apoio à NLF, Mao e companhia para as universidades.

Entre grupos que reivindicam o trotskismo, o movimentismo tomou a forma de negar a necessidade da luta pelo Programa de Transição por inteiro nos sindicatos. Alguns falsos trotskistas argumentam que demandas salariais por si sós são revolucionárias (Workers League), outros que o Programa de Transição deve ser servido aos trabalhadores às partes, um pedacinho de cada vez (Class Struggle League [Liga Luta de Classes]); outros ainda

¹* **Nota da Tradução:** A SDS (*Estudantes por uma Sociedade Democrática*) foi uma organização estudantil de massa norte-americana formada no começo dos anos 1960. Em 1969, na Convenção de Chicago, a SDS rompeu entre apoiadores do maoísta Progressive Labor Party e movimentistas, que contaram com a maior parte da direção estudantil, organizados no Revolutionary Youth Movement (RYM, que depois se dividiria entre as frações Weatherman e RYM II). A dissolução da SDS marcou a queda da maior parte dos seus antigos componentes ao nível do movimentismo pouco tempo depois.

proclamam verbalmente o Programa de Transição em seus documentos, mas veem a estratégia pelo poder baseada em dar “apoio crítico” a cada burocrata disponível (Revolutionary Socialist League [Liga Socialista Revolucionária]). O SWP, por sua vez, não faz quase nenhum trabalho sindical e, em sua imprensa, dá apoio acrítico aos burocratas liberais, tanto aqueles dentro quanto fora da direção.

A Liga Espartaquista, em contraste, chama pela formação de colaterais baseadas no Programa de Transição para lutar pela liderança dos sindicatos. Enquanto busca formar frentes únicas em torno de questões específicas, a SL vê a tarefa fundamental na criação de uma oposição comunista — e não apenas de sindicalismo combativo. Junto com Trotsky, nós afirmamos que o Programa de Transição é o programa para a luta nos sindicatos. Isso não significa que o programa de cada colateral deve ser uma cópia em carbono da Declaração de Princípios da Liga Espartaquista — é necessário escolher demandas que servem melhor para elevar a consciência socialista em cada situação particular. O que é essencial é que o programa de demandas transitórias da colateral não seja limitado ao reformismo combativo, mas contenha a perspectiva política da revolução socialista.

Davidson cita Trotsky em discussões com líderes do SWP em 1940 para afirmar que o trabalho sindical trotskista levava ao “anticomunismo”. Nós publicamos recentemente uma série de artigos sobre o “Trabalho Trotskista nos Sindicatos” (*Workers Vanguard* No. 25-28), detalhando nossas críticas à política do SWP de ênfase unilateral em blocos com burocratas “progressivos” e sua falha em construir um polo comunista nos sindicatos. Entretanto, ele estava perfeitamente correto durante o fim dos anos 1930 em concentrar o trabalho trotskista em se opor aos stalinistas: estes eram agentes de Roosevelt no movimento sindical, os autores e defensores do acordo para evitar greves durante a Segunda Guerra Mundial. É claro, ninguém pode acusar os amigos de Davidson na Liga Outubro ou os seus Sindicalistas Revolucionários de atacar o Partido Comunista (ou qualquer outro burocrata reformista) no seu trabalho sindical. Ao invés disso, eles apoiam uniformemente os burocratas de esquerda no poder (tais como Chavez, dos trabalhadores agrícolas) e formam blocos com burocratas de fora da direção quando aqueles burocratas atualmente empossados são conservadores demais para despertar qualquer ilusão entre os trabalhadores.

Consistente com esse padrão de distorções das posições de Trotsky nos artigos anteriores da sua série, Davidson busca criar a impressão de que Trotsky apoiava a decisão do SWP de emblocar por algumas vezes com os burocratas “progressivos” contra os stalinistas. Não mesmo! Em 1949, Trotsky criticou explicitamente o SWP por leveza em relação aos sindicalistas pró-Roosevelt e insistiu em uma orientação direcionada aos membros de base do PC.

A Luta pela Reconstrução da Quarta Internacional

A degeneração do SWP e seu afastamento do bolchevismo em direção ao centrismo não ocorreu simplesmente num belo dia em 1961, mas foi o resultado de um processo de degeneração programática (e, em última instância, organizativa) da Quarta Internacional depois da Segunda Guerra Mundial. O ponto crítico veio com o racha da QI em 1953, que significou a destruição organizativa do partido mundial da revolução socialista. No cerne do racha estava o programa proposto por Michel Pablo, cabeça do Secretariado Internacional da QI, de “entrismo profundo” nos partidos reformistas e stalinistas, rotulados de “centristas de esquerda” para poder justificar a nova linha. Pablo não via mais a crise de liderança revolucionária como o obstáculo chave para a revolução e a construção da Quarta Internacional como sua solução. Ao invés disso, ele adotou a teoria objetivista de que uma crise avassaladora do capitalismo (suas “Teses sobre a Guerra-revolução”) iriam forçar os stalinistas a realizar, ao menos, revoluções deformadas. Assim, as “Teses Sobre Perspectivas Internacionais” de Pablo, do Terceiro Congresso da QI (1951), declaram:

“As condições objetivas determinam, em longo prazo, o caráter e a dinâmica do movimento de massas que, tomado a certo nível, pode superar todos os obstáculos subjetivos no caminho para a revolução.”

— *Quatrième Internationale*, agosto-setembro de 1951

Quando se tornou claro que a implicação da linha de Pablo era a liquidação organizativa da QI nos partidos dominantes stalinistas e socialdemocratas, e quando isso chegou aos Estados Unidos através de uma fração liquidacionista pró-Pablo (liderada por Cochran e Clarke) dentro do próprio SWP, a maioria do partido reagiu de forma aguda. James Cannon escreveu:

“A essência do revisionismo pablista é se livrar daquela parte do trotskismo que é a mais vital — a concepção de que a crise da humanidade é a crise de liderança do movimento dos trabalhadores resumida na questão do partido.”

— “**Luta Fracional e a Direção do Partido**”, novembro de 1953

A destruição organizativa da QI pelo revisionismo pablista em 1953 veio como o resultado de uma série de fatores afetando o movimento trotskista depois da Segunda Guerra mundial, mas particularmente nas seções europeias. Por um lado, virtualmente toda a liderança do pré-guerra tinha sido assassinada ou pela Gestapo nazista ou pela GPU stalinista. A continuidade viva com Trotsky tinha sido praticamente rompida. Além do mais, as seções haviam sido dizimadas e largamente isoladas da classe trabalhadora, enquanto os stalinistas tinham sido capazes de expandir a sua influência como liderança das lutas partidárias anti-Hitler. Ao mesmo tempo, os regimes

stalinistas foram estabelecidos sob a proteção do exército russo na Europa Oriental, e a insurreição de base camponesa na China levou à derrubada do capitalismo e à criação de um Estado proletário deformado. Diante desses desenvolvimentos inesperados, a resposta inicial do movimento trotskista foi manter que os regimes stalinistas da Europa Oriental ainda eram capitalistas. Somente por volta de 1955, por exemplo, o SWP decidiu que a China havia se tornado um Estado proletário deformado. Vulgarizando despercebidamente a compreensão dialética de Trotsky sobre o stalinismo, os trotskistas ortodoxos deram ênfase ao lado contrarrevolucionário do stalinismo até que as suas teorias não se encaixavam mais na realidade. Essa desorientação permitiu que a corrente revisionista ao redor de Pablo justificasse os seus impulsos oportunistas concluindo, a partir das limitadas transformações sociais na Europa Oriental, que forças não-proletárias, não-trotskistas, podem liderar simplesmente qualquer tipo de revolução social.

O SWP foi menos afetado por esse processo, tendo emergido da guerra com a sua liderança intacta, seus membros e seus laços com a classe trabalhadora fortalecidos e com os stalinistas norte-americanos relativamente fracos se comparados com os europeus. Era natural que, em 1953, o SWP devesse liderar a luta pelo trotskismo ortodoxo. Mas de fato, o partido só travou uma luta pela metade, praticamente se isolando de qualquer trabalho internacional até o fim dos anos 1950. O “Comitê Internacional” que ele formou com as maiorias das seções francesa e britânica, que se opuseram a Pablo, mal funcionou de verdade. Como o partido perdeu praticamente todos os seus quadros sindicais na luta contra Cochran-Clarke, e como a maior parte dos seus membros se retiraram durante os anos do macarthismo, a liderança começou a mover-se para a direita no fim dos anos 1950, em busca de alguma força ou movimento ao qual pudesse se agregar para recuperar a sua influência de massa.

Ele a descobriu na revolução cubana, que evocou uma onda de simpatia ao redor de toda a América Latina e nos EUA. A liderança do partido declarou que Cuba era basicamente um Estado proletário saudável, embora ainda não possuísse as formas da democracia proletária (!) e que Fidel Castro era um marxista natural (ou seja, ele supostamente agia como um trotskista, embora falasse primeiro como um nacionalista pequeno-burguês e depois como um stalinista).

Sem surpresa, essa foi a mesma linha adotada pelos pablistas na Europa. Se as burocracias stalinistas pequeno-burguesas podiam realizar uma revolução social na

Europa Oriental, eles raciocinavam, porque não um nacionalista pequeno-burguês como Castro? Então, na prática, o SWP estava caindo na linha pablista. Ao mesmo tempo, uma oposição foi formada dentro do SWP (a Tendência Revolucionária, predecessora da Liga Espartaquista) que considerava Cuba um Estado proletário deformado e criticava a liderança do SWP por sua capitulação a Castro e aos pablistas europeus. A TR, em 1963, propôs uma tese (“Rumo ao Renascimento da Quarta Internacional”) contrária ao documento da maioria, que foi a base para a reunificação do SWP com os pablistas europeus para formar o “Secretariado Unificado”. Enquanto a maioria do partido apoiava a “via guerrilheira para o poder” de base camponesa, a TR defendeu a posição trotskista de que apenas o proletariado poderia liderar a luta pela revolução agrária e a libertação nacional.

A TR foi expulsa do SWP em 1963 pela sua oposição revolucionária à adaptação pablista da maioria a forças pequeno-burguesas. Em sequência, o vão entre as políticas do SWP e o trotskismo do grupo Espartaquista continuou a se alargar. O SWP ex-trotskista capitulou ao nacionalismo negro, ao pacifismo burguês e ao feminismo burguês, a tal ponto que hoje é uma rígida organização reformista com apetites de se tornar o partido socialdemocrata dominante dos EUA.

Nós devemos aprender com a história de derrotas que o revisionismo leva às mesmas consequências, venha ele se origens stalinistas ou de antigos trotskistas. A linha maoísta defendida pelo *Guardian* de forma alguma oferece uma alternativa proletária para o reformismo do SWP. Ao invés das campanhas setorialistas (ao redor de uma só questão) e reformistas do SWP, em aliança com a burguesia liberal (NPAC, WONAAC), os maoístas propõem campanhas reformistas amplas em cima de múltiplas questões coma a burguesia liberal (PCPJ). O único caminho para a revolução socialista é realizar um rompimento fundamentado com o stalinismo e o pablismo e retornar ao programa marxista da independência de classe do proletariado, incorporado unicamente pela Liga Espartaquista dos EUA. Internacionalmente, isso significa uma luta sem tréguas para a criação de uma tendência trotskista unida com base no seu programa e com funcionamento baseado no centralismo democrático, para levar adiante a tarefa de reconstrução da Quarta Internacional.

Abaixo o Pablismo!
Pela Reconstrução da Quarta Internacional!